Redesenho Curricular Inovador no Ensino Médio:

Experiência da Coordenadoria Distrital Norte de Manaus

Marinete da Silva Costa

AYA EDITORA
2025

Redesenho Curricular Inovador no Ensino Médio:

Experiência da Coordenadoria Distrital Norte de Manaus

Marinete da Silva Costa

Redesenho Curricular Inovador no Ensino Médio:

Experiência da Coordenadoria Distrital Norte de Manaus

AYA EDITORA
2025

Direção Editorial
Prof.º Dr. Adriano Mesquita Soares
Autoras
Marinete da Silva Costa
Capa
AYA Editora©
Revisão
A Autora
Executiva de Negócios
Ana Lucia Ribeiro Soares
Produção Editorial
AYA Editora©
Imagens de Capa
DALL-E
Área do Conhecimento
Ciências Humanas

Conselho Editorial

Prof.º Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva (UNIDAVI)
Prof.ª Dr.ª Adriana Almeida Lima (UEA)
Prof.º Dr. Aknaton Toczek Souza (UCPEL)
Prof.º Dr. Alaerte Antonio Martelli Contini (UFGD)
Prof.º Dr. Argemiro Midonês Bastos (IFAP)
Prof.º Dr. Carlos Eduardo Ferreira Costa (UNITINS)
Prof.º Dr. Carlos López Noriega (USP)
Prof.ª Dr.ª Claudia Flores Rodrigues (PUCRS)
Prof.ª Dr.ª Daiane Maria de Genaro Chiroli (UTFPR)
Prof.ª Dr.ª Danyelle Andrade Mota (IFPI)
Prof.ª Dr.ª Déa Nunes Fernandes (IFMA)
Prof.ª Dr.ª Déborah Aparecida Souza dos Reis (UEMG)
Prof.º Dr. Denison Melo de Aguiar (UEA)
Prof.º Dr. Emerson Monteiro dos Santos (UNIFAP)
Prof.º Dr. Gilberto Zammar (UTFPR)
Prof.º Dr. Gustavo de Souza Preussler (UFGD)
Prof.ª Dr.ª Helenadja Santos Mota (IF Baiano)
Prof.ª Dr.ª Heloísa Thaís Rodrigues de Souza (UFS)
Prof.ª Dr.ª Ingridi Vargas Bortolaso (UNISC)
Prof.ª Dr.ª Jéssyka Maria Nunes Galvão (UFPE)
Prof.º Dr. João Luiz Kovaleski (UTFPR)
Prof.º Dr. João Paulo Roberti Junior (UFRR)
Prof.º Dr. José Enildo Elias Bezerra (IFCE)
Prof.º Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia-Filho (UFRPE)
Prof.ª Dr.ª Marcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina (UEA)
Prof.ª Dr.ª Maria Gardênia Sousa Batista (UESPI)
Prof.º Dr. Myller Augusto Santos Gomes (UTFPR)

Prof.° Dr. Pedro Fauth Manhães Miranda (UEPG)
Prof.° Dr. Rafael da Silva Fernandes (UFRA)
Prof.° Dr. Raimundo Santos de Castro (IFMA)
Prof.ª Dr.ª Regina Negri Pagani (UTFPR)
Prof.° Dr. Ricardo dos Santos Pereira (IFAC)
Prof.° Dr. Rômulo Damasclin Chaves dos Santos (ITA)
Prof.ª Dr.ª Silvia Gaia (UTFPR)
Prof.ª Dr.ª Tânia do Carmo (UFPR)
Prof.° Dr. Ygor Felipe Távora da Silva (UEA)

Conselho Científico

Prof.° Me. Abrão Lucas Ferreira Guimarães (CIESA)
Prof.ª Dr.ª Andreia Antunes da Luz (UniCesumar)
Prof.° Dr. Clécio Danilo Dias da Silva (UFRGS)
Prof.ª Ma. Denise Pereira (FASU)
Prof.° Dr. Diogo Luiz Cordeiro Rodrigues (UFPR)
Prof.° Me. Ednan Galvão Santos (IF Baiano)
Prof.ª Dr.ª Eliana Leal Ferreira Hellvig (UFPR)
Prof.° Dr. Fabio José Antonio da Silva (HONPAR)
Prof.ª Ma. Jaqueline Fonseca Rodrigues (FASF)
Prof.ª Dr.ª Karen Fernanda Bortoloti (UFPR)
Prof.ª Dr.ª Leozenir Mendes Betim (FASF)
Prof.ª Dr.ª Lucimara Glap (FCSA)
Prof.ª Dr.ª Maria Auxiliadora de Souza Ruiz (UNIDA)
Prof.° Dr. Milson dos Santos Barbosa (UniOPET)
Prof.ª Dr.ª Pauline Balabuch (FASF)
Prof.ª Dr.ª Rosângela de França Bail (CESCAGE)
Prof.° Dr. Rudy de Barros Ahrens (FASF)
Prof.° Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares (UFPI)
Prof.ª Dr.ª Silvia Aparecida Medeiros Rodrigues (FASF)
Prof.ª Dr.ª Sueli de Fátima de Oliveira Miranda Santos (UTFPR)
Prof.ª Dr.ª Tássia Patricia Silva do Nascimento (UEA)
Prof.ª Dr.ª Thaisa Rodrigues (IFSC)

© 2025 - AYA Editora

O conteúdo deste livro foi enviado pela autora para publicação em acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição Creative Commons 4.0 Internacional **(CC BY 4.0)**. Este livro, incluindo todas as ilustrações, informações e opiniões nele contidas, é resultado da criação intelectual exclusiva da autora, que detém total responsabilidade pelo conteúdo apresentado.

As informações e interpretações aqui expressas refletem unicamente as perspectivas e visões pessoais da autora e não representam, necessariamente, a opinião ou posição da editora. A função da editora foi estritamente técnica, limitando-se aos serviços de diagramação e registro da obra, sem qualquer interferência ou influência sobre o conteúdo ou opiniões apresentadas. Quaisquer questionamentos, interpretações ou inferências decorrentes do conteúdo deste livro devem ser direcionados exclusivamente à autora.

C8373 Costa, Marinete da Silva

Redesenho curricular inovador no ensino médio: experiência da coordenadoria distrital norte de Manaus [recurso eletrônico]. / Marinete da Silva Costa. -- Ponta Grossa: Aya, 2025. 124 p.

Inclui biografia
Inclui índice
Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
ISBN: 978-65-5379-807-6
DOI: 10.47573/aya.5379.1.390

1. Educação. 2. Ensino. 3. Ensino médio – Currículos. 4. Currículos - Brasil – Planejamento - Manaus (AM). I. Título

CDD: 373.19

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Bruna Cristina Bonini - CRB 9/1347

International Scientific Journals Publicações de Periódicos e Editora LTDA
AYA Editora©
CNPJ: 36.140.631/0001-53
Fone: +55 42 3086-3131
WhatsApp: +55 42 99906-0630
E-mail: contato@ayaeditora.com.br
Site: https://ayaeditora.com.br
Endereço: Rua João Rabello Coutinho, 557
Ponta Grossa - Paraná - Brasil
84.071-150

“Se à educação não transforma, sem ela não se chega a lugar algum.” (Paulo Freire)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO **11**

MARCO INTRODUTÓRIO **12**

Tema 12
Título 13
Pergunta Genérica 13
Perguntas Específicas 13
Justificativa 13
Hipótese 16
Objetivos 16

MARCO TEÓRICO **17**

Um Retrospecto da Educação no Brasil 17

MARCO METODOLÓGICO **61**

Tipo de Investigação 64
Abordagem de Investigação 65
Universo Pesquisado 67
Amostra 67
Instrumento de Coleta de Dados 68
Método de Abordagem 69
Tabulação e Análise de Dados 69

MARCO ANALÍTICO **70**

Histórico das Escola estadual Aldeia do Conhecimento Ruth Prestes Gonçalves 70
Histórico da Escola Estadual Senador João Bosco Ramos de Lima. 74
Estrutura Física das Escolas Pesquisadas 76
Sociografia da Comunidade Zona Norte 78
O rendimento Escolar das Escolas Estudadas 78
Caracterização Geral do PROEMI na Rede de Ensino e suas Implicações sobre as Escolas Estudadas 79

O Cenário da Entrevista 79
Discussão dos Resultados da Pesquisa 80
Entrevista com as Pedagogas das Escolas e estudo 87
Entrevista com os Alunos das Escolas 97

CONSIDERAÇÕES FINAIS 101

REFERÊNCIAS 107

ANEXOS 110

SOBRE A AUTORA 117

ÍNDICE REMISSIVO 118

LISTA DE SIGLAS

ABE	- Associação Brasileira de Educação
ADE	- Avaliação do Desempenho do Estudante
CEAA	- Campanha de Educação de Adolescente
CEB	- Câmara de Educação Básica
CNE	- Conselho Nacional de Educação
CNER	- Campanha Nacional de Educação Rural
DCNEB	- Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica
ECA	- Estatuto da Criança e do Adolescente
EMI	- Ensino Médio Inovador
ENEM	- Exame Nacional do Ensino Médio
FUNDEB	- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
FUNDEF	- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IDEB	- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IES	- Instituição de Educação Superior
IFC	- Índice de Formação e Cidadania
INEP	- Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	- Ministério de Educação e Cultura
ONU	- Organização das Nações Unidas
PCNs	- Parâmetros Curriculares Nacionais
PDDE	- Programa Dinheiro Direto na Escola
PEE	- Plano Estadual de Educação
PIB	- Produto Interno Bruto
PISA	- Programa Internacional Avaliação da Aprendizagem
PNE	- Plano Nacional de Educação
PPP	- Plano Político Pedagógico
PROEMI	- Programa Ensino Médio Inovador
PRONATEC	- Programa Ensino Médio Inovador Técnico
SAEB	- Sistema de Avaliação da Educação Básico
SNE	- Sistema Nacional de Educação

APRESENTAÇÃO

A presente obra resulta de uma tese de doutorado dedicada à análise das propostas do Redesenho Curricular Inovador do Ensino Médio implementadas em escolas estaduais da Coordenadoria Distrital Norte, em Manaus/AM, durante os anos de 2017 e 2018. A pesquisa envolve observações de campo, acompanhamento da execução de projetos pedagógicos e análise do processo de avaliação da aprendizagem dos estudantes do turno matutino.

O estudo evidencia a dificuldade de inserção dos jovens de 15 a 17 anos no ensino superior e no mercado de trabalho, destacando os efeitos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) e os desafios que persistem no contexto educacional. A falta de acesso às universidades públicas, somada à impossibilidade de arcar com instituições privadas, afeta majoritariamente os estudantes de baixa renda oriundos da rede pública.

A investigação está organizada em cinco capítulos, que percorrem desde o referencial teórico e a abordagem metodológica até a análise dos dados coletados. O foco está na verificação dos impactos do Ensino Médio Inovador e nas ações do Ministério da Educação e da Secretaria de Educação do Amazonas quanto à formação docente e aos recursos destinados à melhoria da qualidade educacional.

Ao examinar a efetividade das estratégias adotadas, o trabalho busca compreender os fatores que influenciam diretamente o desempenho dos estudantes, relacionando aspectos temporais, estruturais e socioeconômicos às dificuldades enfrentadas no processo de ensino-aprendizagem.

A obra propõe uma reflexão sobre as políticas públicas voltadas à juventude e ao Ensino Médio, considerando os limites e possibilidades das ações implementadas. A inclusão de dados empíricos contribui para o debate sobre a equidade no acesso à educação e os desdobramentos dessas políticas para a realidade dos estudantes da rede estadual.

Este livro é voltado a pesquisadores, gestores educacionais e formuladores de políticas públicas interessados na avaliação crítica das reformas curriculares no Ensino Médio e em suas implicações para a juventude brasileira.

Boa leitura!

MARCO INTRODUTÓRIO

O tema desta pesquisa perpassa um processo de investigação acerca do Redesenho Curricular Inovador do Ensino Médio nas Escolas Estaduais da Coordenadoria Distrital Norte da Secretaria de Educação e Qualidade do Ensino, no biênio 2017/2018. Para desenvolver este trabalho de pesquisa, foram realizados estudos, coleta de dados e análise de resultados nas escolas objeto deste estudo: Escola Aldeia do Conhecimento Professora Ruth Prestes Gonçalves e Escola Senador João Bosco Ramos de Lima.

No decorrer desta pesquisa aconteceu durante a reestruturação e alteração em alguns artigos da Lei de Diretrizes e Base (LDB), houve um estudo minucioso no que diz respeito ao sistema educacional brasileiro, semelhante ao ocorrido no período e transição do 2º Grau, quando aconteceu extinção da lei 5692/71 e foi então aprovada Lei Darcy Ribeiro (Brasil,1996), que implantou o Ensino Médio, extinguiu o Ensino de Segundo Grau (Libâneo, 2014).

Com o Redesenho Curricular do Inovador Ensino Médio 2017/218 propõe metas de ampla magnitude para o desenvolvimento do educando de Ensino Médio Inovador, onde os estudantes ao ingressar EMI esteja preparados para ingressar nas Universidades bem como no mercado de trabalho não deixando de lado os exames externos dos quais os discentes são submetidos a exemplo do Programa Internacional de Avaliação da Aprendizagem (PISA), o que fez com que o Banco Mundial, solicitasse ao Brasil uma atenção especial na área do Ensino Médio, a fim de reduzir o índice de reprovação, abandono, desistência e evasão nas escolas do Brasil de acordo com dados do INEP.

Durante a revisão da literatura deste trabalho, observou-se que o Ensino Médio encontrava-se diante de uma problemática que ia além das questões curriculares. Verifica-se que as políticas educacionais não têm sido cumpridas regularmente, especialmente quanto às datas e à implementação do currículo mínimo. As leis existem, mas não vêm sendo rigorosamente seguidas.

Tema

Programa de Ensino Médio Inovador.

Título

O Redesenho Curricular Inovador do Ensino Médio nas Escolas Estaduais da Coordenadoria Distrital Norte da Secretaria de Educação e Qualidade do Ensino Manaus/Am2017/2018.

Pergunta Genérica

- De que modo. O Redesenho Curricular Inovador de Ensino Médio das Escolas Estaduais da Coordenadoria Distrital Norte da Secretaria de Educação e Qualidade de Ensino (trata-se dos resultados do programa ou das contribuições destes índices educacionais melhorados potencializado seus resultados)?

Perguntas Específicas

- Quais Escolas Estaduais, já implantaram o Redesenho Curricular Inovador do Ensino Médio na Coordenadoria Distrital Norte da Secretaria de Educação e Qualidade de Ensino?

- Como os recursos metodológicos são propostos pelo Redesenho Curricular Inovador do Ensino Médio das Escolas Estaduais da Coordenadoria Distrital Norte da Secretaria de Educação e Qualidade do Ensino?

- Em que contribui para a educação a proposta do Redesenho Curricular Inovador do Ensino Médio das Escolas Estaduais da Coordenadoria Distrital Norte da Secretaria de Educação e Qualidade do Ensino?

Justificativa

A relevância dessa pesquisa para a educação consiste na busca pelo entendimento acerca a necessidade da reformulação do Ensino Médio. O Redesenho Curricular Inovador do Ensino Médio nas Escolas Estaduais da Coordenadoria Distrital Norte da Secretaria de Educação e Qualidade do Ensino 2017/2018 bem como em todo sistema de ensino público brasileiro, tem como proposito contribuir com a sociedade e dá suporte aos Setores Educacionais das Secretarias de Educação: Secretaria Estadual de Educação do Estado do Amazonas (SEDUC) e Secretaria Municipal de Educação de

Manaus (SEMED) e subsidiar escolas, professores, pedagogos e demais profissionais da educação dentre outros, informando com clareza quanto é importante à implantação do Ensino médio inovador, que já está em execução desde o ano de 2009 em todas as escolas da rede estadual do Amazonas, bem como no demais Estados da Federação e distrito Federal.

Como o próprio nome já diz Ensino médio Inovador, por apresentar um currículo voltado quatro áreas do conhecimento, línguas, exatas e biológicas, matemática e humanas, de forma que não haja fragmentação dos conteúdos, dessa forma elimina-se a repercussão negativa direta na aprendizagem dos educandos, aulas mais atraentes e dinâmicas com projetos, onde os discentes também participam e são partes integrantes do contexto e não apenas meros espectadores do processo educacional. No Ano de 2010, houve treinamento para um número reduzido de educadores no Estado do Amazonas, dado a quantidade de docentes que trabalham com esses contingente de estudantes da rede estadual com ensino médio, esse treinamento deveria ter acontecido para todos os docentes e não apenas para alguns educadores, o Ensino Médio Inovador, tem sido uma boa aceitação por parte dos docentes e discentes, principalmente aquele que tem a esperança de ao terminar o Ensino Médio já está com uma formação técnica e preparados o mercado de trabalho, adentrar numa universidade, além do EMI ser utilizado um modelo de Pedagogia de Projetos.

A escolha do tema se deu pela necessidade de uma investigação mais aprofundada sobre à implantação do Currículo Inovador e explicação de forma mais simples, do que seja e como acontece o processo de ensino aprendizagem dos discentes adolescentes, jovens, do Ensino Médio Inovador do Sistema Regular, por motivos diversos, tem sido tema de discussão nas diversas conferências nacionais e internacionais, visto que os estudantes do Ensino Médio do Sistema Regular muitos ainda estão na faixa etária entre 15 e 17 anos, estipulada pela Lei de Diretrizes e Bases 9394/96(LDB), já que esta lei determina em consonância com a Constituição da República Federativa do Brasil, determina que toda criança jovem e adultos todos tem direito a educação,também nas políticas do Banco Mundial expõe que o mundo vive uma crise sem nome e só podemos encontrar uma solução que é educação.

No ano de 2009, foi então lançado o Programa Ensino Médio Inovador, o Brasil tinha cerca de 1,8 milhão de jovens entre 15 e 17 fora da escola, um número significativo de mais de 50% dos jovens nessa faixa etária, nota-se que existe um acesso muito desigual, nesse contexto cabe a cada escola,

receber incentivos do Governo Federal aplicar essa verba, com o intuito de promover melhorias e deve se voltar à situação dos estudantes adolescentes do Ensino Médio, inseridos nas unidades de ensino estaduais e federais, a questão do redesenho curricular é por sua vez potencializar os resultados, visando de forma clara tornar às escolas mais atraentes e inclusivas, ofertando condições para que todos os adolescentes do Ensino Médio dentro desse conceito sejam inseridos nos estabelecimentos de ensino, através da Proposta de Redesenho Curricular do Ensino Médio Inovador, que tem como propósito mostrar não só a preocupação em desenvolver uma escola que fomente o diálogo, e sim que os saberes e conhecimentos sejam significativos aos jovens de Ensino Médio, assim como é importante que seja possível desenvolver as atividades realizadas previamente aprovada nos projetos, que tenham sido apresentada de acordo com a nova Proposta de Redesenho Curricular.

Também são propósitos da nova Proposta de Redesenho Curricular, o PROEMI idealiza um currículo adaptado às mais diversas áreas do conhecimento sem em momento algum ignorar a bagagem de conhecimentos trazidos pelas disciplinas. A Práxis (teoria e prática) nos remete pensar em conseguir melhorar o desempenho dos educandos, bem como propagar o intercâmbio de projetos pedagógicos inovadores e integradores nas escolas do Brasil.

Com à implantação do Ensino Médio Inovador, surgiu uma preocupação por parte do Ministério da Educação e Cultura (MEC) em proporcionar uma reestruturação do currículo, tornando-o real às necessidades do jovem contemporâneo, que está em conexão com às mais diversidades culturais e sociais, mesmo as escolas, que contribuem com a sociedade a fim de minimizar a desigualdade social proporcionando aulas mais dinâmicas e diferenciadas, trabalhando os projetos macros e micro, que são planejados no início de cada ano letivo, durante a semana de jornada pedagógica e cada planejamento bimestral que acontece no inicio de cada bimestre, buscando efetivar aprendizagem dos estudantes, buscar reduzir significativamente a evasão dos discentes, diminuir o abandono nessas escolas, combater o alto índice de reprovações, minimizar as reprovações por conselho de classe.

Hipótese

- O Redesenho Curricular Inovador do Ensino Médio potencializou os resultados educacionais das Escolas Estaduais da Coordenadoria Distrital Norte Manaus/AM 2017/2018, considerando os resultados dados às práticas pedagógicas e metodológicas adotadas nas escolas objetos da pesquisa.

Variáveis Dependentes: Práticas Pedagógicas, Práticas Metodológicas.

Variáveis independentes: Evasão, Fluxos de Lotação dos estudantes.

Objetivos

Objetivo geral

- Analisar as proposituras do Redesenho Curricular Inovador do Ensino Médio nas Escolas Estaduais da Coordenadoria Distrital Norte da Secretaria de Educação e Qualidade de Ensino e seus respectivos impactos sobre o aprendizado discente e sobre os índices da oficiais educação especial.

Objetivo específico

- Descrever os aspectos estruturais do Redesenho Curricular Inovador do Ensino Médio nas Escolas Estaduais da Secretaria de Educação e Qualidade de Ensino no Amazonas.

- Compreender o Currículo apresentado do Redesenho Curricular Inovador do Ensino Médio nas Escolas Estaduais da Coordenadoria Distrital Norte da Secretaria de Educação e Qualidade de Ensino.

- Construir um quadro comparativo acerca dos resultados obtidos com a implementação do Redesenho Curricular Inovador do Ensino Médio nas Escolas Estaduais da Coordenadoria Distrital Norte.

MARCO TEÓRICO

Um Retrospecto da Educação no Brasil

Para que se possa perceber como se processou o desenvolvimento do sistema educacional no Brasil, é de suma importância levar em consideração os acontecimentos no Ocidente, especificamente na Europa, a ponto de ter contribuído com as grandes navegações, vinda da família Real, a colonização e o deslocamento dos jesuítas para Brasil (Gonçalves, 2011).

Foi necessário que fosse feito um apanhado acerca dos acontecimentos da época na Europa, que começou com as grandes navegações e foi importante percorrer um pouco junto aos colonizadores e jesuítas que tanto contribuíram Para o desenvolvimento do sistema educacional no Brasil.

A Idade Média, por ser um período identificado por significativas contribuições para o pensamento e as proposições. Voltadas à educação e a escola para o mundo ocidental contemporâneo inclusive o Brasil. Durante o período medieval a ênfase educativa aplicada pela Igreja estava voltada a formação do homem de fé nos valores cristãos, preparação advinda da patrística e escolástica.

Manacorda (1997) depois de fazer um apanhado de alguns trechos de documentos da igreja daquela época, que reportam diferentes posicionamentos, onde consta a proibição do uso de material que não fossem, bíblico-cristão com flexibilidade de utilizar textos seculares. Uma vez que a Igreja católica tinha por meta manter somente os aspectos formais dessa herança. Onde termo *liberalis*[1] em relação às sete artes liberais, que foi substituído por liber (livro) As artes divididas em *Trivium* (gramática, retórica e dialética) e *Quadrivium* (aritmética, música, geometria e astronomia) apenas o primeiro bloco salientado pela igreja.

A Idade Média foi um período de grande destaque por ter contribuído para o pensamento do homem, também foi um período muito difundido por sua contribuição para e criação das escolas do mundo ocidental contemporâneo incluindo o Brasil, por ter dado ênfase a educação aplicada pela igreja, onde a formação do indivíduo estava voltada para fé, também constava a proibição do material de que não fosse bíblico-cristão.

1 Liberalis : liberalismo, doutrina baseada na defesa da liberdade individual, nos campos econômico, político, religioso e intelectual, contra as ingerências e atitudes coercitivas do poder estatal.

Por ter identificado interesses comuns e convergentes de motivações da Coroa Portuguesa e a Companhia de Jesus, na Colônia as ações eram muito pacíficas, que nem entre os portugueses e jesuítas; a convivência dos indígenas e portugueses também entre eles e jesuítas, os conflitos eram constantes. Os colonizadores e indígenas não paravam de guerrear entre si, aliando-se a alguns, as guerras durante o início da colonização eram constantes (Manacorda,1997).

Os jesuítas estavam presentes nas expedições portuguesas, ainda que para tentar, com boas palavras trazer os indígenas para o serviço dos portugueses, Nos colégios situados ou construídos com fortificações, procuravam não se abater, desenvolvendo o currículo de disciplinas como se os acontecimentos do lado de fora dos muros não os afetassem. O mundo exterior fosse repleto de pecados, daí então era preciso treinar as pessoas para agir de acordo com o plano divino. “O proposto pela pedagogia jesuítica era a prática para virtudes sólidas” (Paiva, 2000, p. 47-50), a fuga do pecado, a penitência, a severidade e observância das leis, a disciplina para virtude, e nesse sentido as formalidades religiosas permeavam as práticas pedagógicas.

Os jesuítas se faziam presentes junto aos colonizadores, mesmo quando não estavam catequizando, ou tentando convencer os indígenas e trazê-los para realizar trabalhos domésticos, para os portugueses. Nos colégios eram desenvolvidos currículos de disciplinas tratavam os acontecimentos do lado de fora dos muros dos colégios como se não os afetassem, julgando que o mundo exterior fosse cheio de pecado. Por isso era importante treinar pessoas agir conforme o plano divino. A proposta pedagógica jesuítica estava voltada para prática da virtude e solidez a fuga do pecado e da penitência, da severidade, da disciplina para a virtude permeavam as práticas pedagógicas.

Durante o processo de constituição dos Estados-nações e de estatização da instrução pública que acontecia na Europa, Portugal enfrentou sérios problemas econômicos, e procurou manter seu domínio sobre a colônia brasileira, subtraindo dela todos os recursos de riquezas possíveis. Já que a produção açucareira do Brasil tinha perdido de certa forma a sua importância diante da concorrência de outros países no século XVII.

Diante do processo da constituição dos Estados-nações foram institucionalizadas as escolas públicas na Europa. Portugal passava por sérios problemas financeiros, porém manteve seu domínio sobre a colônia brasileira, desviou para coroa parte dos recursos e riquezas, a produção açucareira do

Brasil tinha perdido de certa forma parte de sua concorrência junto a outros países no século XVII.

Quando se trata do termo escolarização no Brasil, é importante que nos reportemos a 1759, quando foram estabelecidas algumas medidas administrativas como nos lembrado:

> Foi criada a Diretoria-Geral de Estudo e o cargo de Diretor de Estudo de Estudo do Reino e Seus Domínios, que foi ocupado por d. Tomás de Almeida [...] que executou as reformas do Brasil. [...] Estabelecida à nova organização dos estudos, "o novo método", o ensino público e gratuito de gramática latina, grego e retórico, a indicação e a proibição de vários compêndios e o impedimento para ensinar sem licença de diretor de Estudos. Determinava ainda que os professores passariam a gozar privilégios da "nobreza ordinária" – o que significava distinção social. Em edital com a mesma data, D. Tomás regulamentou a criação e a forma de provimento das cadeiras de ensino (Veiga, 2007, p.134).

Quanto às aulas régias, Cardoso (2005) explica que em 1759 começou o início da Reforma dos Estudos Menores – aulas de ler e escrever e contar, e de humanidades (gramáticas e línguas). Como menciona Gonçalves em documentos da época, Escolas Menores, e de Primeiros Estudos compreendiam o ensino primário e ao ensino secundário, sem distinção. Depois de terminados os Estudos Menores, o discente poderia iniciar os Estudos Maiores os que eram oferecidos pelas universidades.

Realizar essas diretrizes no Brasil, não foi tarefa fácil devido a falta de professores, algumas restrições em relação a Portugal, além da falta de confiança do povo brasileiro, acostumado com as instituições e práticas jesuíticas. Embora o primeiro concurso público para professores só tenha acontecido em 1760, 15 anos após professor algum ter sido contratado (Cardoso, 2005, p.77). O mais impressionante é que até 1772, a taxa cobrada sobre a produção de produtos como a cachaça e que mantinham as aulas. Daí então foi criado o subsídio literário (extinto em 1835).

A falta de professor era um elemento que colaborava para que não houvesse o desenvolvimento das atividades escolares no Brasil uma vez que havia restrições por parte de Portugal. O povo brasileiro, já estava acostumado às práticas jesuíticas, o primeiro concurso público para professores só foi realizado em 1760. Mais só 15 anos depois foram contratados os primeiros

professores, a verba destinada à educação era aquela cobrada sobre a produção de cachaça que mantinha as aulas.

Em 06 de novembro de 1772 foi promulgada a lei, que orientava a respeito do funcionamento do ensino e lançava novamente a orientação para as aulas régias. Uma vez que pouco se utilizou as edificações jesuíticas: a escola funcionava na casa do professor, cabia ao próprio docente providenciar o material a ser utilizado. Nesse período o concurso para professor não exigia titulação ou idade mínima, o exame realizado era composto de um exame de conhecimento da gramática e de matemática: se aprovados os mestres recebiam autorização para exercerem a docência.

No final do século XVIII foi instituído a lei, que orientava o funcionamento do ensino e lançava novamente as orientações para as aulas régias, as aulas aconteciam na casa dos professores e os materiais também eram de responsabilidade dos docentes, para ser professor não se exigia nenhuma titulação, apenas conhecimento da gramática e matemática, se aprovados nos exames estavam autorizados a exercer a docência.

A saída dos jesuítas no século XVIII desestabilizou o ensino e a retomada de novas diretrizes e iniciativas direcionadas a educação de adultos somente aconteceram durante o império.

O ensino normal era voltado para os cursos técnico-profissionalizantes. Normalmente voltado para estudantes do sexo masculino, após o final do século XIX a formação feminina passa a ser mais comum. Lecionam Xavier, Ribeiro e Noronha (1994) em 1860 havia somente 06 (seis) escolas normais no Brasil. Essas escolas não eram nada atrativas para profissão do professor: “Os salários eram baixíssimos e precários, dita as disputas políticas regionais que fundamentavam o Período Imperial” e a elevação do ensino normal era limitada não apenas devido à falta de docentes, mas especificamente a falta de discentes (Gonçalves, 2011, p.14).

> A educação brasileira, sempre remete os estudiosos do sistema educacional aos longínquos tempos da colonização, onde a escola permaneceu na função classificatória voltada as desigualdades sociais mesmo tendo passado por constantes mudanças em sua estrutura, tanto administrativa, quanto pedagógica a educação brasileira se volta tanto aos discentes quanto para os docentes. É importante entender os fatores que se interpõe nesse contexto histórico, quando se trata dos fundamentos da organização da escola no Brasil (Ronanelli, 2002, p. 40).

No início século XIX Napoleão Bonaparte estabeleceu o chamado Bloqueio Continental, que proibia os países do continente realizar relações comerciais com a Inglaterra. Como D. João VI, não aderiu tais determinações e temendo invasão iminente fugiu para o Brasil (Fausto, 1999, p.121).

Com a vinda e o estabelecimento da Família Real, da Coroa Portuguesa no Brasil, daí então, quando o Brasil passou a ser sede do Reino, aconteceram significativas mudanças no panorama cultural do Novo Mundo como ficou conhecido o Brasil, também houve mais restrições no panorama da corte, aconteceu então a abertura dos portos, que permitiu o comércio e o intercâmbio, em especial com a Inglaterra.

Durante a permanência de D. João VI a população da capital passou de 50 mil para 100 mil pessoas; e a capital transformou-se no centro cultural do país, a partir da iniciativa à implantação do Museu Real, Bibliotecas, teatros, academias literárias e científicas, e a missão artística francesa (1816), que muito contribuiu para a organização de Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios. Napoleão Bonaparte proibiu os continentes de estabelecer relações comerciais com a Inglaterra. Também a vinda da Família Real para o Brasil mudanças significativas aconteceram: a sede do Reino passou a ser no Brasil, D. João VI estabeleceu a Abertura dos Portos, nesse período a população duplicou e a capital transformou-se no centro cultural do país.

> A ação educativa desse período foi proporcionada pela necessidade da formação de indivíduos para administração do Reino no Rio de Janeiro. Também aconteceu a criação da cátedra e instituições culturais e educacionais, com ênfase ao ensino superior. Assim sendo, as iniciativas de instituições primárias foram praticamente nulas, restringindo às escolas de ler e escrever e às régias. O subsídio literário ainda vigorava, mas era insuficiente para o atendimento da demanda, e aos custos da escolarização primária (Costa *apud* Veiga, 2016, p. 142 – 143).

O período da ação educativa foi proporcionado pela necessidade da formação de indivíduos. Aconteceu a criação da cátedra com ênfase ao ensino superior, assim iniciando as instituições primárias, restritas às escolas de ler e escrever.

Uma visão da educação brasileira, Revista *Histedber-Online* (n.d. p.51) perpassando desde a colonização, tornou-se perceptível que a educação estava direcionada às crianças, porém “indígenas e os adultos também foram submetidos a uma ação cultural e educacional”. Uma vez que a Companhia

Missionária de Jesus tinha por missão a catequização (iniciação e à fé) e ensinar a língua portuguesa aos indígenas que sitiavam a colônia brasileira. Após os Jesuítas deixarem o Brasil em 1759, a educação de adultos enfrentou sérios problemas, então passou a ser de responsabilidade do Império, tanto a organização e emprego da educação.

O sistema de educação brasileira durante a colonizadores portugueses vinham fazendo análises contextuais onde a educação estava voltada a crianças enquanto adultos e indígenas também foram incluídos a ação educacional. Quando os Jesuítas saíram do Brasil em 1759 a educação de adultos e tudo a seu respeito, já que a educação passou por sérios problemas ainda mais quando a educação passou a ser de responsabilidade do Império.

A educação brasileira foi marcada pelo elitismo que restringia à educação as classes mais favorecidas, as aulas régias (latim, grego, filosofia, e retórica), uma vez que a reforma pombalina, estava totalmente voltada especificamente aos filhos dos colonizadores portugueses (brancos e masculinos), ficando assim a margem a populações negras e indígenas.

Pode-se então dizer que a educação no Brasil foi sendo marcada por situações em que a educação era privilegiada com aulas régias, desde a reforma de Pombal, que era direcionada aos filhos dos colonizadores portugueses, ficando assim os demais a margem da população.

A pessoa analfabeta era vista como débil sempre com resquícios de preconceitos e a exclusão ficava muito clara de ser percebida, havia uma falta de valorização das crianças em vê-la como de forma a reduzir essa situação de incapacidade.

No início do século XX aconteceu uma mobilização social que tinha uma visão que era importante eliminar este mal, o analfabetismo. As pessoas analfabetas passaram a ser culpadas pelo subdesenvolvimento do Brasil. Em 1915, foi criada, a Liga Brasileira contra o analfabetismo que pretendia lutar contra a calamidade para estabilizar a grandeza das instituições republicana.

Na Associação Brasileira de Educação (ABE), os debates em torno de uma luta que tinha por base lutar contra a calamidade pública que tinha se instalado. O analfabetismo era visto como uma praga que deveria ser exterminada. No âmago destas discussões se fazia presente à ideia onde era dito que parte da população não eram alfabetizadas, portanto deveria procurar se alfabetizar, Era necessário transformar o analfabeto em um ser produtivo, para que assim contribuísse com o desenvolvimento do Brasil.

Juntamente ao desenvolvimento da educação do Brasil é perceptível a situação econômica em que estava passando a sociedade brasileira. A característica econômica herdada do período imperial, era de uma economia que estava voltada a um sistema agrário-exportada e o sistema econômico brasileiro passava por uma crise cafeeira de 1929, foi uma mudança na economia, o capital passou a ser empregado não só no sistema agrário mas passa a servir de estimulo e investimento no setor industrial. No período da Proclamação da República, a democracia brasileira foi se fortalecendo conforme os desígnios dos setores vinculados à burguesia paulista detinham uma posição suprema (Manfredi, n.d. *apud* Costa, 1981).

Na década de 20, aconteceu um movimento revolucionário na política brasileira, articulada pela classe da média urbana e setor próprio classe dominante que não tinham interesses no comércio do café. Com a vitória da Aliança Liberal em 1929, a política brasileira se encontrava num marasmo, Em 1972 havia um colapso no poder da burguesia cafeeira e uma incapacidade das demais frações de assumi-la (Idem, 1972, p.112). Começaram as mudanças no âmbito da educação com o aparecimento dos ideais da Escola Nova e posteriormente as ações da Pedagogia de Paulo Freire juntamente com os movimentos sociais.

No final do Estado novo durante a adoção da nova Constituição, que foi outorgada na década de 30 ficou claro a obrigatoriedade do Ensino Primário, pois seria de competência da União Legislar, com a nova constituição houve uma retomada do jargão “Educação Direito de Todos,” que foi conclamado pelos pioneiros da Educação nova nos anos trinta do século passado. Com a constituição de 1934 foi estabelecido, a criação de um Plano Nacional de Educação que demonstrava pela primeira vez e que a educação de adultos ficaria sobre os cuidados dos Estados, era incluído em suas normas, a oferta do Ensino Primário Integral que por sua era obrigação da União, gratuito onde a frequência seria obrigatória, e as mesmas regras valeriam para os adultos.

No Brasil a educação foi constituída como um tema de política educacional a partir e 1940, quando o país necessitava mudar o quadro do analfabetismo do qual fazia parte, principalmente quando se faz menção à necessidade de oferecer educação as crianças, aos jovens, adolescentes, adultos e idosos, já se notava em textos normativos anteriores com pouca duração. Após a constituição de 1934, na década seguinte começou a tomar corpo, as iniciativas concretas a preocupação de oportunizar benefícios de escolarização menos abastadas e excluídas da escola, No decorrer dos anos 40 e 50,

Além das iniciativas dos níveis estaduais e locais, os governantes dão uma atenção especial, ao Ensino Primário dado as exigências do momento da política nacional.

No ano de 1946, foi regulamentado o Ensino Primário e o Ensino Normal, também foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), voltado ao atendimento das mudanças exigidas pelo povo durante a Revolução e 1930. Com base nas determinações da constituição em 1946, o Ministro Clemente Mariani nomeou uma comissão com objetivo de desenvolver um anteprojeto de reformulação geral da Educação Nacional, cujo presidente da comissão era Lourenço Filho, que seguiu a seguinte ordem: uma ordem para o Ensino Primário, uma ordem para o Ensino Médio e outra ordem para o Ensino Superior. Em 1948 foi criado um anteprojeto e enviado a Câmara dos Deputados, que continha discussões acerca das contradições das propostas Constitucionais, logo depois de um substitutivo do deputado Carlos Lacerda onde as discussões que chamaram mais atenção que eram aquelas sobre a responsabilidade do Estado com a educação que tinha sido inspirações nos educadores da geração dos anos 30.

Depois de 13 anos, foi então aprovado o anteprojeto e outorgado a Lei 4.024, onde as ideias e reivindicações da igreja Católica prevaleceram e das escolas particulares, pois defendiam o monopólio estatal para oferta educação ao povo brasileiro. Os debates da LDBN foram marcantes, por ter sido um período de destaque na História da Educação no Brasil.

No ano de 1950 na cidade Salvador, no Estado da Bahia, Anísio Teixeira inaugurou o Centro de Educação (O Centro Educacional Carneiro Ribeiro) foi quando surgiu a ideia de escola-classe e escola parque: No ano de 1952 em Fortaleza (CE), o educador (Lauro de Oliveira) adotou as ideias de Jean Piaget: O Método psicogenético de Piaget; A partir de 1953 o Ministério da Educação passou administrar a educação; no ano de 1961, no Rio Grande do Norte iniciou a didática desenvolvida por Paulo Freire: (De pé no chão também se aprende a ler), educar em 40 dias; já em 1962 foi então criado o Conselho Nacional de Educação e o também foi criado os Conselhos Estaduais e o Programa Nacional de Alfabetização pelo MEC, seguindo a ideia de Paulo Freire, no ano de 1964, durante o Golpe de Militar foi eliminado qualquer ideia de desenvolvimento da educação brasileira, utilizavam o pressuposto que a educação brasileira estava pautada no comunismo e eram ideias subversivas.

No de ano de 1961, foi criada a Universidade de Brasília com nova proposta universitária, pensava-se em radicar o analfabetismo, também foi extinto o vestibular, utilizando o ingresso na universidade, as notas durante os três anos do 2º Grau (atual Ensino Médio).

Período de maior desenvolvimento para educação Anísio Teixeira, Fernando Azevedo, Lourenço Filho, Carneiro Leão, Armando Hidelbrando, Pascoal Leme, Paulo Freire, Lauro de Oliveira, Durmeval Trigueiro dentre outros que deixaram suas marcas no setor educacional; no ano de 1964 aconteceu a perseguição a muitos educadores devido aos seus posicionamentos ideológicos, outros calaram-se e muitos perderam seus empregos ou migraram para outros setores.

Com o fim do Governo Militar[2] ressurgiu a ideia de que seria possível retomar às discussões acerca da educação. Foi então que em 1988, o projeto de lei da nova LDB, foi enviado por Otávio Elísio, a Câmara dos Deputados, já no ano de 1989, o Deputado Jorge Hagge, encaminhou um substitutivo ao Projeto Darcy Ribeiro em 1992 foi encaminhado um novo projeto que acabou aprovado em 20 de dezembro de 1996, depois de 08 (oito) anos engavetado. A partir da aprovação da LDBN Lei 9394/96, foram criados diversos programas, dentre estes podemos destacar Fundo Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental de Valorização ao Magistério (FUNDEF), extinto em 2007, pois não contemplava o Ensino Médio, Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica.

O artigo 10 da Lei de Diretrizes e Bases do Ensino Médio ao mesmo tempo e que estabelece, que algumas disciplinas são obrigatórias como é o caso da Língua Espanhola, logo a seguir diz que é facultativa ao docente conforme dispositivo da (Lei 11.161/2005), também dispõe que o tema transversal é importante já que perpasse por todo o currículo por todos os componentes curriculares, deixando estabelecido, que não deve existir o desrespeito por parte do estudante mais jovem em relação aos discentes de mais idade como forma de acabar com esse processo de exclusão de acordo com a Lei 1074/2009 a verba enviada diretamente do Programa Dinheiro Direto na escola (PDDE), todos estudantes da Educação Básica. O FUNDEF excluía os estudantes do Ensino Médio. Daí então a necessidade da criação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB).

2 Governo Militar: período da Ditadura Militar no Brasil.

O Professor e o Currículo

Não se pode apenas mudar o sistema educacional ou criar Medidas Provisórias, Leis e Resoluções, se não houver uma mudança de pensamento no que diz respeito a valorização dos professores e demais profissionais da educação no que diz respeito a qualificação profissional, melhoria salarial, é importante que o governo invista mais no setor educacional, pois para que o Brasil tenha um sistema educacional bem sucedido é de fundamental importância que os educadores sejam respeitados (OCD 2006), a valorização dos educadores é de suma importância dentro das escolas, assim como por parte das Secretarias de Educação, os educadores no Brasil vivem numa luta constante embora a constituição cite que o ingresso no serviço público seja através de concurso Público de Provas e Títulos ainda há muito educadores nas instituições de ensino público que são profissionais temporários.

O Plano de Valorização do profissional do magistério foi aprovado no Brasil no ano de 2008, pela Lei 11738 a Lei do Piso Nacional da Educação, para que pudesse existir um desenvolvimento nacional na política educacional brasileira, mesmo existindo os mais diversos obstáculos, muitos estados e municípios brasileiro tem resistido em pagar o piso salarial alegando não que os cofres públicos não tem recursos e dessa forma acabam não obedecendo a Lei do Piso, dessa forma os educadores brasileiro tem abraçado esse movimento em respeito a sua profissão, desde a última década do século XX, os educadores no brasileiros tem se qualificado cada vez mais, com mais qualificação esses profissionais tem se articulado cada vez mais, haja visto que muitos estados e municípios não tem cumprido o que a Lei 9394/96 assegura aos educadores.

E importante levar em consideração os currículos da educação básica tradicionalmente e pegaram como conteúdo alguns relevantes acervos de conhecimento acadêmico sistematizado e organizado pelas disciplinas cientificas no decorrer da História, socialmente valorizadas. Convencionou-se a denominar um determinado conjunto de conteúdo de ensino o jargão pedagógico nacional. “Conhecimento historicamente acumulados” o universo cultural dos estudantes e a valorização do conhecimento científico frente ao saber construído nas práticas de trabalho e convivências nos meios populares. As referências curriculares receberam influências diretas pelas propostas freireana de eleições de temas geradores e experiências socioculturais dos alunos, que influenciavam a uma abordagem interdisciplinar do currículo.

A concepção de Escola, aprendizagem e professor:

> Escola é o currículo, aprendizagem é o conteúdo transformado. Sala de aula não é local, é ambiente, aluno não é destinatário é atordoada aprendizagem, professor não é depositante é mediador. Estas são as premissas que ajudam a compreender a dimensão pedagógica, não se busca uma relação fria e adequada burocraticamente, entre vários fatores. Aluno/professor carga horária meios materiais. O que se pretende é assegurar uma relação visualizadora do ato pedagógico (aula) do espaço (a sala de aula) e do resultado pedagógico (a aprendizagem) socialmente relevante. A escola brasileira tem muito que rever nesta área. Os sistemas de ensino têm sido pouco diligentes no controle destas relações e os próprios (Carneiro, 2015, p.314).

É importante que os Conselhos Estaduais e Conselhos Municipais se voltem a execução de suas tarefas de maneira que Estados e Municípios, as escolas tenham realmente uma matriz curricular, que a aprendizagem é um objeto transformador, que a sala de aula seja um ambiente salutar e o educando seja o ator enquanto, o professor atua como facilitador e maestro no processo de ensino-aprendizagem. Os conteúdos curriculares, assim como a aprendizagem são significativos, e o educador enquanto mediador transmite os conteúdos contidos na matriz curricular de forma sistematizada, utilizando as metodologias mais diversificadas agindo como transmissor dos conhecimentos adquiridos (Costa, n.d. *apud* Cruz, 2016, p.103).

A aplicação dos conteúdos pelos professores aos educandos em sala de aula, os livros didáticos usados como recursos didáticos na ajuda da busca dos conhecimentos, onde os estudantes atuam como decodificadores dos conteúdos transmitidos a eles e depois, nos dias das arguições transcrevê-lo para à avaliação (Oliveira, 2007).

Muitos educadores preparam suas avaliações não para auxiliar seus educandos em sua aprendizagem, e sim em muitos casos para reprová-los, muitos professores prometem atribuir ou tira pontos para o discente, quem trouxer todo material de uma determinada disciplina, pergunta-se então em que isso contribui, para efetiva aprendizagem das diversas disciplinas escolares? Tal situação tem sido repetida em muitos conteúdos escolares (Luckesi, 2014).

Se à avaliação for utilizada na aprendizagem como instrumento de punição, não terá sentido, nada tem a ver com examinar à aprendizagem dos

conteúdos estudados, e sim o que acontece nesse momento é o disciplinamento social do estudante. O é interessante que em pleno século XXI o sistema de aprendizagem utilizado nos dias de hoje estejam pautado nos séculos XVI e XVII, no processo emergencial da cristalização da burguesia, que ainda permeiam os nossos dias. A pedagogia jesuítica estava baseada no rigor os procedimentos eram considerados como um ensino eficiente, onde o proposito era criação de uma hegemonia católica, que eram contrários aos preceitos protestantes (Idem,2024).

Em 1970 Demerval Saviani juntamente com outros professores da PUC de São Paulo do Curso de Pós-Graduação dentre eles José Carlos Libâneo, formularam o que foi denominada de Pedagogia Crítica-Social dos Conteúdos, que sinalizava as necessidades das escolas, pois precisavam ser críticas e havia necessidade ser competente o ato de ensinar, dessa forma teria garantida uma aprendizagem eficiente. Daí o impasse que tem sido constatado atualmente, dado aos fracassos escolares.

Luckesi (2014) é enfático quando afirma que os docentes são apontados como protagonista dos sucessos ou fracassos escolares. Isso se tornou corriqueiro dado às distorções ideológicas e interesseiras. No entanto, pode-se dizer que os professores em suas salas de aula conseguem fazer a diferença com resultados substanciais no final da aprendizagem dos estudantes, o que propõe uma reavaliação e uma reflexão acerca dos acontecimentos fora dos perímetros escolares que interferem direta ou indiretamente na vida cotidiana dos estudantes e repercute na vida da sociedade.

O propósito da avaliação é integrar o conhecimento vivenciado pelo educando através de atividades dinâmicas, obedecendo as propostas curriculares e os Parâmetros Curriculares Nacionais. As tarefas aplicadas consistem em acompanhar à aprendizagem, lançando mão de materiais de literatura informativa aplicadas aos alunos. Diversas atividades de avaliação da aprendizagem corroboram com a aceitação dos conteúdos aplicados no decorrer do processo através de apresentação de slides, vídeos, palestras, pesquisas etc, tudo com intuito de sondar o grau de interesse dos educandos conforme o conteúdo exposto pelo educador.

A forma como o indivíduo aprende é única e individual, porém as questões psicobiológica que interferem no processo mental da história de cada educando, é próprio, cada ser humano processa a sua história de vida e meio social, certamente os estudantes terão aprendizagem diferenciada, podendo

ser mais lenta ou até mesmo não aprender regras da língua portuguesa dentre outras disciplinas (Costa *apud* Legal, Delvan, 2016, p.66).

Os currículos de ensino são os meios seguros e diretos para atingir o núcleo da escola, enquanto a aprendizagem dos educandos é examinado com base nos objetivos, justamente para tornar o núcleo mais eficaz dentre outros conjuntos de meios: As atividades de planejamentos, projetos pedagógicos- curricular e os planos de ensino. O projeto pedagógico é o documento que apresenta as intenções, objetivos e desejos num processo de escolarização, incluindo a proposta curricular, os resultados de um trabalho escolar bem sucedido, em síntese é fruto das atividades desenvolvidas pelo docente, para assegurar o ensino aprendizagem (Libâneo, 2014).

É proeminente levantar a ideia que o currículo de ensino *a priori* teve como público alvo as crianças e os adolescentes direcionando-os a escolaridade cujo caminho era o ensino regular, sendo assim redimensionado a outras modalidades do processo de ensino. Essas modalidades estão embasadas no trabalho escolar e colocam os Jovens e o Adulto em situação bem distorcida no que diz respeito ao desenvolvimento do processo real de aprendizagem. Pode-se pensar que a situação de exclusão da escola regular por si só possa potencializar o fracasso da situação da escolarização tardia. É verdade que altos índices de evasão e repetência nos programas de jovens e adultos pontuam a falta de sintonia entre discentes e escola (idem, 2014).

Um ponto a ser levado em consideração, é que à escola um lugar de inclusão voltado ao ensino aprendizagem, onde o objeto está diretamente ligado ao sujeito que é à aprendizagem, quando se fala do processo da exclusão da escola regular, como já foi mencionado em estudos anteriores a respeito dos cursos seja na Educação Infantil, no Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio Inovador ou Ensino Superior, de certa forma a escola tem sido um lugar de exclusão, não se pode negar tenha produzido o desenvolvimento e aprendizagem de forma gradual em todos os níveis do sistema educacional (Oliveira, n.d.).

A escola é o lugar onde do professor labora, e ao mesmo tempo é o ambiente de aprendizagem da profissão na qual os docentes colocam em prática suas ideias e conhecimentos, onde também acontecem as trocas de experiências entre colegas que vão aprimorando seus trabalhos como docentes diuturnamente.

Então quando o professor juntamente com demais colegas formam uma equipe de trabalho, passam adquirir novos saberes e competências, a

escola funciona embasada em dois movimentos, que se embasam e se estão inter-relacionados, a estrutura e a dinâmica organizacional (idem, n.d.). Paulo Freire (1921-1997) nos leva a uma Reflexão acerca da realidade da escola ao indagar sobre a necessidade de discutir a realidade concreta da sociedade, buscando a associação dos conteúdos curriculares às necessidades práticas dos educandos.

É importante que haja entendimento da inserção do educando no contexto educacional, em que se encontra no momento de intensos conflitos, é de fundamental importância que aconteça uma retomada para novos estudos sobre as questões sociais e educacionais. As escolas convivem com uma situação de isolamento por parte do educador, que pensa que sua responsabilidade começa e termina na sala de aula, ledo engano.

A transformação dessa situação acontece através da adoção de práticas participativas, a escola é uma comunidade de aprendizagem e uma comunidade democrática, aberta de aprendizagem e reflexão, em um ambiente escolar é necessário que o docente tenha preparo profissional específico para transmitir conteúdo, acompanhar individualmente seus educandos, avaliar, acompanhar individualmente aprendizagem do educando, gerir a sala de aula, também cabe ao educador ter domínio de conhecimentos relacionados à organização e a gestão, participar das tomadas de decisões (reunião, conselho de classe, conselho de escola, respeito mútuo e diálogo).

A aprendizagem se dá quando educando é o construtor do conhecimento e produz conceitos sólidos na busca de novos horizontes, oferece formas de transformar a realidade, (a) O sentir – a aprendizagem perpassa do significado contextual para emocional; (b) O perceber – o educando precisa ser conduzido a perceber as especificidades do que está sendo estudado; (c) O compreender – só acontece quando se produz o conceito, que proporciona a utilização do conhecimento nos mais diversos conceitos; (d) O Definir – significa deixar claro um conceito, o educando tem que esclarecer através de sua própria interpretação; (e) O argumentar - após esclarecer através de sua própria interpretação escrita, verbal e não verbal; (f) O discutir - o educando constrói uma cadeia de raciocínio mediante a argumentação; (g) O transformar – ultimo passo é o da construção e reconstrução que é o processo de transformação.

Esse processo resultaria em uma nova variável: a intervenção da realidade. Pois, se não existe propósito, segundo o autor, a aprendizagem é

inócua. Diante disso a aprendizagem se tornará significativa com proposito de permear por todos os passos de forma a aliviar a realidade do sujeito.

A aprendizagem torna-se significativa, todos os novos conceitos, que são incluídos, novas estruturas conhecimentos dos docentes e conquistar significados a partir da relação do conhecimento previamente adquirido a partir de um conhecimento prévio. A sociedade atual perpassa por momentos paradoxais no que tange a aprendizagem, nota-se que há preocupação por parte dos educadores no que diz respeito, as dificuldades para apreender de acordo com as exigências da sociedade, algumas vezes essas dificuldades são interpretadas como fracasso escolar.

É comum educadores e educandos, bem como pais, que não atentam, que a cada ano, os educandos aprendem cada vez menos. Por sua vez é preciso saber quem está menos preparado. Quem nunca se deparou com a estatística preocupante que aborda o baixo índice de leitura e de aprendizagem dos educandos? (Luckese, 2014).

Ao mesmo tempo em que esse fracasso escolar aumenta assustadoramente, pode-se dizer que o tempo dedicado a aprender estendesse e prolonga-se cada vez mais na história pessoal e social, ampliando a educação obrigatória, que impõe uma aprendizagem ao longo da vida.

De acordo com Pozo (2000), jamais houve tantas pessoas aprendendo tantas coisas ao mesmo tempo como em nossa sociedade atual. Realmente como reconhecê-la como uma sociedade da aprendizagem, sociedade na qual aprender constitui não apenas uma exigência social crescente que nos leva a esse paradoxo: cada vez se aprende mais e também se fracassa mais na busca de aprender, o que também se torna indispensável para o desenvolvimento pessoal cultural e até mesmo econômico dos cidadãos.

Existe uma demanda crescente da aprendizagem dessa suposta sociedade do conhecimento que não exige que as pessoas só aprendam, mas que aprimorem seus conhecimentos, que aprendam coisas cada vez mais, coisas diferentes no âmbito de uma nova cultura transformadora de aprendizagem, ou seja, no âmbito de conceber e gerir o conhecimento seja na forma cognitiva ou social, procura deixar claro, que o ser humano vive em uma incessante busca pela aprendizagem, aprender é não somente um requisito para que se posa adaptar a esse momento, construindo novos espaços instrucionais que respondam a essas demandas, há uma exigência para podermos desenvolvê-las e aprofundá-las (Poros, 2002).

Estudos recentes sobre aprendizagem nos mostram ser possível notar que através delas, acontece a transformação dessa sociedade, que perpassa pelo conhecimento, da qual fazemos parte, se realmente acreditamos ser possível, outro mundo então temos de acreditar nisso é necessário investimentos no que relaciona ao conhecimento e, sem sombra de dúvida também na aprendizagem. A impressa aprimorou novas metodologias para incentivar a leitura também as tecnologias da informação estão criando novas formas para contribuir significativamente e socialmente com conhecimento, estamos apenas começando a vislumbrar, mas com certeza é importante nomear novas formas de alfabetização (literária, gráfica, informática, científica, etc.). Há evidências de que foram desenvolvidas novas estratégias para aprendizagem, que as instituições educacionais não podem – ou pelo menos não devem – desconhecê-las. O uso das tecnologias de informatização no conhecimento tem se tornado cada vez mais acessíveis a todos os saberes ao tornar mais horizontais e menos seletivos a produção e o acesso ao conhecimento (Olson, 1994; Pozo, 2001).

Nos dias de hoje, qualquer pessoa informaticamente alfabetizada pode criar sua própria página web e divulgar suas ideias, visto que não é necessário buscar nenhuma editora para publicá-las. Portanto, para desvendar o conhecimento, dialogar com ele não é simplesmente deixar-se invadir ou se inundar com tantas informações, há maiores capacidades ou competências cognitivas dos leitores de novas fontes de informações, onde o principal veículo contínua sendo a palavra escrita, mesmo não sendo impressa.

Então aviso aos navegantes! – não se trata somente em aprender a navegar pela internet para não “se tornar analfabeto das tecnologias” de vez; portanto é necessário considerar também que a construção do próprio olhar ou da leitura crítica de uma informação tão desorganizada e difusa requer dizer que vivemos em uma sociedade da aprendizagem, na qual aprender implica numa exigência social crescente que conduz a um paradoxo: cada vez se aprende mais, também se fracassa mais na tentativa de aprender. Graças a essas novas tecnologias da informação, a escola, em nossa sociedade, já não é a primeira fonte de conhecimento para os estudantes e, às vezes, nem mesmo a principal, em muitos âmbitos (Pozo e Postigo, 2000).

As “primícias” informativas reservadas à escola hoje são muito poucas. Dado que a escola já não pode proporcionar toda a informação relevante, porque esta é muito mais volátil e flexível a se mesmo, o que se pode fazer é formar os alunos para terem acesso e darem sentido à informação, propor-

cionando-lhes capacidades de aprendizagem que lhes permitam uma assimilação crítica da informação (Idem, 2000).

Formar cidadãos para uma sociedade aberta e democrática, para aquilo que Morin (2001) chama de democracia cognitiva, e, mas ainda, formá-los para abrir e democratizar a sociedade requer dotá-los de capacidades de aprendizagem, de modos de pensamento que lhes permitam utilizar estrategicamente a informação que recebem, para que possam transformar essa informação – que flui de forma caótica em inúmeros espaços sociais – em conhecimento verdadeiro, em um saber ordenado.

Pozo (2023) destaca que vivemos em uma sociedade da informação, que só se torna em uma verdadeira sociedade do conhecimento para alguns, aqueles que puderam ter acesso às capacidades que permitem desentranhar e ordenar essa informação.

Como consequência dessa multiplicação informativa, bem como de mudanças culturais mais profundas, experimentamos uma crescente incerteza intelectual e pessoal. Não existem mais saberes ou pontos de vista absolutos que se devam assumir como futuros cidadãos; a verdade é coisa do passado, mais que do presente ou do futuro, um conceito que faz parte de nossa tradição cultural é que, portanto, está presente em nossa cultura da aprendizagem, mas que, sem dúvida, é preciso repensar nessa nova cultura da aprendizagem, sem, com isso, cair em um relativismo extremo.

Vivemos na era da incerteza da qual, mais do que aprender verdades estabelecidas e indiscutíveis, é importante aprender a conviver com as diversidades de perspectivas, com a relatividade das teorias, com a existência de múltiplas interpretações de toda informação, para construir, a partir delas, o próprio juízo ou ponto de vista. Ao que parece, a literatura, a arte e, menos ainda, a ciência não estão assumindo uma postura realista, segundo a qual o conhecimento ou a representação artística devem refletir a realidade, mas tratam de reinterpretá-la ou reconstruí-la, não cabe mas à educação oferecer aos educandos conhecimentos prontos e acabados; ao contrário, é preciso que o educador ou educadora os ajude a construir seus próprios pontos de vista, sua verdade particular e a partir daí tantas verdades parciais.

Ou, como diz Morin (2001, p. 76), “conhecer e pensar não significa chegar à verdade absolutamente certa, mas sim dialogar com a incerteza”. Sem dúvida, isso requer mudar nossas crenças ou teorias implícitas sobre a aprendizagem, profundamente arraigadas em uma tradição cultural em que

aprender significava repetir e assumir as verdades estabelecidas que o educando – e tampouco o professor! – não podia pôr em dúvida e, muito menos, dialogar com elas.

Entretanto, muitos conhecimentos que podem ser proporcionados aos discentes atualmente não apenas deixaram de ser verdade absoluta em si mesma, saberes insubstituíveis, como passaram a ter data de validade, do mesmo modo que qualquer outro alimento acondicionado (nesse caso cognitivo), pronto para o consumo (Monereo; Pozo, 2001).

Nos ritmos das mudanças tecnológicas e científicas que vivemos, não há quem possa prever os conhecimentos específicos, que os cidadãos precisarão dominar dentro de 10 ou 15 anos para poder enfrentar as demandas sociais que lhes sejam colocadas. O sistema educacional não pode ser formado especificamente para cada uma dessas necessidades; porém, pode formar os futuros cidadãos para que sejam aprendizes mais flexíveis, eficazes e autônomos, dotando-os de estratégias de aprendizagem adequadas, tornando-os pessoas capazes de enfrentar novas e imprevisíveis demandas de aprendizagem (Pozo, Postigo, 2000).

O ensino de novas competências para a gestão do conhecimento tem sido uma das metas essenciais da educação, para poder atender às exigências dessa nova sociedade da aprendizagem, seria imprescindível, fomentar nos educandos capacidades de gestão do conhecimento ou, se preferirmos, de gestão metacognitiva, já que, para além da aquisição de conhecimentos pontuais concretos, essa é a única forma de ajudá-los a enfrentar as tarefas e os desafios que os aguardam na sociedade do conhecimento (Monereo e Pozo, 2001)

Além de muitas outras competências interpessoais, afetivas e sociais, a nova cultura da aprendizagem requer, no mínimo, ensinar os estudantes, a partir das diferentes áreas do currículo, cinco tipos de capacidades para a gestão metacognitiva do conhecimento amplamente explicadas em Pozo e Postigo (2000):

> Competências para a aquisição de informação. Competências para a análise da informação. Competências para a compreensão da informação. Competências para a comunicação da informação. Todavia, mudar as formas de aprender dos docentes requer também mudar as formas de ensinar dos professores. Por isso, a nova cultura da aprendizagem exige um novo perfil de educando e de professor, exige novas práticas discentes e

> docentes, as quais só se tornarão possíveis se houver uma mudança de mentalidade, uma mudança nas concepções profundamente arraigadas de uns e de outros sobre a aprendizagem e o ensino para encarar essa nova cultura da aprendizagem (Costa *et al.*, Pozo e Pérez Echeverría, 2001).

Mesmo sendo sabedores que vivemos em uma sociedade do conhecimento, o acesso a esse conhecimento culturalmente gerado não é fácil, como mostram as crises permanentes vividas por nossos sistemas educacionais, às voltas com demandas cada vez maiores de alfabetização – isto é, de universalização de sistemas culturais de representação e conhecimento – não apenas escrita e numérica, mas também científica, artística, econômica, etc. Nesse sentido, o valor crescente do conhecimento, assim como sua gestão social em nossa sociedade, deveria revalorizar à importância dos processos de aprendizagem ou de aquisição de conhecimento, já que constituem uma das ferramentas mais poderosas para essas novas formas de gestão social do conhecimento.

Quem não pode ter acesso às múltiplas formas culturais de representações simbólicas socialmente construídas que são: (numéricas, artísticas, científicas, gráficas, etc.) está socialmente, economicamente e culturalmente empobrecido. Em suma, o ensino-aprendizagem, converte-se esses sistemas culturais de representação em instrumentos de conhecimento – fazer um uso epistêmico deles – requer apropriar-se de novas formas de aprender e de relacionar-se com o conhecimento. Esse é um dos maiores desafios a ser enfrentados pelos nossos sistemas educacionais nas próximas décadas.

No final de cada ano letivo obtido por cada discente é quando se obtém o resultado, que indica a aprovação ou reprovação do discentes para série seguinte ou aquela que se encontra no ano vigente. Dificilmente na prática da avaliação educacional escolar os educadores não definem de forma clara durante o planejamento de ensino, que conduta de aprendizagem espera do educando, o processo de avaliação fica muito amplo e com várias possibilidades de entendimento, a prática de avaliação se torna muito rigorosa, cabendo muita das vezes ao professor agir de forma arbitraria, aprovando ou reprovando estudantes com ou sem a menor condição de ir para série seguinte. Então é importante que seja estabelecido um padrão mínimo necessário para aprovação ou reprovação, numa unidade de ensino não seria necessário depender do autoritarismo por parte do educador, e sim do conhecimento adquirido por parte do educando através da autocompreensão (Luckesi, 2011).

Quando se pensa em “tempo”, para as atividades realizadas, é preciso que o educador tenha em mente que o educando precisa de um amadurecimento prévio, assim sendo o tempo de aprendizagem é que um educando, independe do fator tempo axiologicamente falando, pode ser e diferente do outro, dado há uma determinados por uma série de fatores e acontecimentos para cada sujeito, especifico (Silva, 2009, p.230), por isso algumas vezes podemos perceber que a assimilação do conteúdo se deu, em momento posterior a execução da tarefa solicitada.

Não existe idade para aprender, o que deve ser levado em consideração em consideração, é que as pessoas que ficaram por muito tempo sem nenhum contato com o conteúdo escolar, ou nunca tiveram contato a este ou não tem o hábito da leitura é possível que tenha um raciocínio mais lento explicam que a aprendizagem não pode ter o mesmo grau de desempenho daquele, pode exigir da mesma forma para todos os níveis de desenvolvimento para cada aluno será diferenciado.

As diferentes definições que diversos especialistas deram como diagnóstico para (D. A.), acabou por gerar discrepâncias severas do que é esperado no mundo acadêmico e o nível de desempenho disposto, ou encontrada nas literaturas com muitas definições.

Nas pesquisas de Maria Claudenilce Vieira Nascimento, Elizabete Bassani e Hiran Pinel -UFES, até dizem ser fácil encontrar uma definição de que (D. A.) ou melhor definem (D.A.) como déficit de aprendizagem, porém ainda esta longe da compreensão de muitos educadores no Brasil principalmente pela falta de formação de muitos profissionais da área. Estudiosos no Brasil tem procurado compreender a sistematicamente a avaliação da aprendizagem no ensino, veremos que a avaliação obedece a diferentes modos no decorrer do processo de construção avaliação tem se tornado um mecanismo de aprovação/reprovação com prática ou requisito de mensuração para alcançar ou não o saber e a ascensão social, com base em (Ferreiro, 2007).

A avaliação é intrínseca ao funcionamento de um ser educativo, o qual tem a responsabilidade de garantir que seus formados tenham os conhecimentos e as habilidades requeridas pelo programa de formação. Sem existirem as avaliações no contexto educativo, em todos os níveis. Mas a novidade é a internacionalização ou globalização das avaliações, bem como as agências avaliadoras.

Em Pronunciamento em segundo mandato a Presidente Dilma Rousef, quando reeleita, para exercer seu segundo mandato no governo federal

levou o povo brasileiro em especial os professores a uma reflexão, e os deixou esperançosos quando ela utilizou a expressão “Brasil como Pátria educadora” tal posicionamento fez os profissionais da educação ficarem esperançosos, depois de anos de descasos, se por um lado tinham a esperança, por outro lhes vinha o receio de tudo não passar de promessas de palanque.

O Brasil ainda enfrenta a questão que assola aproximadamente 13,3 milhões de brasileiro com mais de 15 anos ainda não são alfabetizados conforme Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNADB) do Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa (IBGE), O Censo Escolar aponta esse problema, de acordo com o censo das escolas em 2013, em debates gerais aponta que o Brasil tem estado como um País da América Latina com um déficit educacional que tem sido acumulado por anos, é importante que o Governo Federal, faça investimento, para minimizar o Ensino Médio, também há quem diga que a prioridade do momento é a reformulação do ensino médio.

Não se pode negar que as escolas precisam ser mais organizadas melhor administradas, para então se aprimorar a qualidade do ensino-aprendizagem dos discentes.

Partindo do pressuposto que:

> Uma escola bem organizada e gerida é aquela que cria e assegura condições organizacionais e psicopedagógico-didática que permitam o bom desempenho dos professores em sala de aula de modo que todos os seus discentes são bem-sucedidos em suas aprendizagens (Libâneo, 2011, p.104).

Não se tem como contestar, que uma escola bem gerida contribui substancialmente para o desenvolvimento de toda comunidade escolar, em muitos países vem sendo realizadas pesquisas sobre elementos, que interferem do desenvolvimento dos educandos. Essas pesquisas apresentam resultados, das escolas que fazem a diferença nos rendimentos e resultados escolares dos estudantes. Mesmo as escolas não sendo iguais e embora não possa apresentar receitas prontas para estabelecer regras e procedimentos organizacionais, às pesquisas tem contribuído como recurso para compreensão do funcionamento e melhoria das situações escolares.

É de fundamental importância que as escolas tenham as características a seguir:

> Professores preparados: que tenham clareza de seus objetivos e conteúdo, que façam planos de aula, e consigam cativar seus

> discentes, que busquem metodologias, que façam avaliação contínua, sem se esquecer de observar as dificuldades de cada discente. A existência de um plano pedagógico-curricular com plano de trabalho é de suma importância, para assegurar consenso mínimo entre gestor da escola e o grupo professor, acerca dos objetivos a alcançar, dos métodos de ensino, da avaliação, das formas como os alunos são agrupados, das normas e regulamentos, a falta de educadores, comprimento de horários, relação entre discentes e funcionários (Libâneo, 2011, p.187).

Um ponto de vista Escola verso currículo, aprendizagem e professor:

> Escola é o currículo, aprendizagem é o conteúdo transformado. Sala de aula não é local, é ambiente, aluno não é destinatário é atordoada aprendizagem, professor não é depositante é mediador. Estas são as premissas que ajudam a compreender a dimensão pedagógica, não se busca uma relação fria e adequada burocraticamente, entre vários fatores. Aluno/professor carga horária meios materiais. O que se pretende-se é assegurar uma relação visualizadora do ato pedagógico (aula) do espaço (a sala de aula) e do resultado pedagógico (a aprendizagem) socialmente relevante. A escola brasileira tem muito que rever nesta área. Os sistemas de ensino têm sido pouco diligentes no controle destas relações e os próprios Conselhos Estaduais de educação pouco vigilantes em seu acompanhamento do comportamento dos alunos que traduz uma preocupação pouco densa com a questão da qualidade de ensino (Carneiro, 2015, p.314).

É importante que os Conselhos Estaduais se voltem a execução de suas tarefas de maneira que as escolas sejam realmente currículo, que a aprendizagem seja objeto transformador, que a sala de aula seja um ambiente salutar e o ator enquanto o professor atue com facilitador e maestro no processo de ensino-aprendizagem.

Os currículos de ensino são os meios seguros e diretos para atingir o núcleo da escola, enquanto a aprendizagem dos estudantes é analisada com base nos objetivos, justamente para tornar o núcleo mais eficaz dentre outros conjuntos de meios: As atividades de planejamentos, projetos pedagógicos-curricular e os planos de ensino. O projeto pedagógico é o documento que apresenta as intenções, objetivos e desejos num processo de escolarização, incluindo a proposta curricular, os resultados de um trabalho escolar bem sucedido, em síntese é fruto das atividades desenvolvidas pelo docente, para assegurar o ensino aprendizagem.

É importante levantar a ideia que, o currículo de ensino a priori teve como público alvo as crianças e os adolescentes e jovens, direcionando-os a escolaridade cujo caminho era o ensino regular, sendo assim redimensionados a outras modalidades do processo de ensino foram sendo incluídas posteriormente (Libâneo, 2014).

As características apresentadas com práticas educativas, em que a mensuração do que se aprende tem um espaço mais amplo do processo de ensino que a prática educacional das escolas se volta a uma pedagogia de exames que se deixa claro e exposto a essa prática de ensino aos estudantes 3º ano do Ensino Médio, onde suas atividades se voltam a resolução de provas, voltados aos preparatório do ENEM, PSC, SIS, SAS, Processo Macro (antigo vestibular), dentre outros para que os estudantes se voltem para acessar uma vaga nas Universidades Públicas.

O ensino está centrado unicamente na resolução de arguições partindo de determinados conteúdos que se voltam aos exames. Diante das práticas exercidas é possível notar que o exercício pedagógico é munido e atravessado de uma pedagogia de exames, por uma pedagogia de ensino, aprendizagem (Idem, 2014).

O Brasil tem nos últimos anos passado por um processo de desenvolvimento que repercute em taxas ascendentes ao crescimento econômico do Programa Interno Bruto (PIB), indo além dos 1,79% - IBGE/ 2016. Crescimento que tem sido subsidiado por programas e medidas de redistribuição de renda que o retroalimentação. A educação sem dúvida está no centro desta discussão.

Com o crescimento da economia e novas legislações: no caso das novas legislações, com o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), a Emenda Constitucional nº 59/2009 – que encerrou com a desvinculação das Receitas da União (DRU), outras medidas, que permitem o País potencializar o volume dos recursos destinados a Educação.

O Conselho de Nacional Educação (CNE) tem se empenhado participando, com ideias de desenvolver e proporcionar condições para que o Brasil possa avançar nas políticas educacionais, ao aprimoramento desenvolvimento e qualidade do ensino, assim como valorização dos laboriantes da educação, como é o caso dos docentes, gestores, pedagogos dentre outros. Assim sendo é importante que o Brasil possa conseguir atingir as suas metas pré-estabelecida até 2024 para o desenvolvimento pleno PNE. Daí então o

Brasil passou da continuidade e investir no PRONATEC em 2017, formando tecnólogo a nível de segundo grau, assim ampliando capacidade tecnológica na formação de profissionais de Nível Médio tecnológico e também os profissionais Graduados em Nível Superior.

Sendo o Ensino Médio a última etapa da Educação esta vai além da formação Básica em suas particularidades profissionais e se volta a construção da cidadania, é necessário assegurar aos jovens brasileiros novas perspectivas culturais e assim possam estabelecer novos horizontes garantindo-lhe novos horizontes, acesso ao conhecimento historicamente subsidiado pela produção de novos garantindo acesso ao conhecimento historicamente subsidiado pela produção de novos conhecimentos.

Decorridos nove anos de aplicabilidade do Programa Ensino Médio Inovador. Em 2016, perpassou por um Redesenho Curricular e foi interposto condições para à implantação do PRC:

- a) Fica estabelecido que a carga horário mínima será de 3.000 (três mil horas), sendo 2.400 obrigatórias, as outras 600 horas serão implementadas de forma gradativa nas escolas que continuam praticando apenas 2.400 horas no diurno;

- b) Observar se os projetos estão sendo realizados a acordo com as áreas de conhecimento, de acordo com o que está contido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e que são orientadoras para flexibilização dos currículos;

- c) Ações que reforcem os conhecimentos trazidos de casa pelos educandos, seus contextos e realidades, de forma que possa atender duas necessidades e expectativas respeitando as particularidades dos educandos que são trabalhadores, tanto os urbanos, como do campo, de comunidades de quilombolas, indígenas, dentre outras;

- d) Fomentar na leitura e na matemática como elementos de interpretação e de ampliação da visão de mundo, é fundamental para todas as áreas do conhecimento;

- e) Atividades utilizando-se da teoria e prática, basilar os processos de iniciação científica e de pesquisa, utilizado os laboratórios de todas as ciências (natureza, humanas), nas linguagens, de matemática e outros espaços que potencializem aprendizagem nas diferentes áreas do conhecimento.

- f) Atividades em Línguas Estrangeiras especificamente a língua inglesa, regularmente utilizando os recursos e as tecnologias sempre votando a aprendizagem dos docentes;

- g) Fomento na atividade de produção artística e teatral, que ampliem e possibilite a aplicação do desenvolvimento cultural dos educandos; -

- h) Incentivo nas atividades esportivas e corporais a fim de fomentar o desenvolvimento integral do educando;

- i) Investimento em atividades que envolvam comunicação, cultura digital e uso de mídias e tecnologias em todas as áreas do conhecimento;

- j) Garantia de ações que estejam pautados nas praticas pedagógicas transdisciplinar, pluridisciplinar, multidisciplinares ou interdisciplinares, pautados em conteúdos diversificados nas mais diferentes áreas do conhecimento;

- k) Incentivo à prática do professor em se dedicar exclusivamente a escola, e potencializando o tempo da atividades de plano pedagógico, individuais e coletivos;

- i) Contribuindo com as ações do Projeto Político Pedagógico juntamente com a participação da Comunidade Escolar;

- m) Contribuição dos educandos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM);

- n) As alterações curriculares terão que atender à regulamentação e aos prazos estabelecidos pelos Conselhos Estaduais a fim de que todas as exigências de mudanças sejam atendidas (MEC/SEB, 2016, p.7).

O sistema educacional brasileiro apresenta certas contradições, uma vez que a primeira Lei de Diretrizes e Base (LBD) foi a lei 4024 de 20 de dezembro de 1961, o termo sistema é orientado pelo critério administrativo imposto ao ensino, também a lei 5692 de 11 de agosto de 1971 sua publicação não foi diferente de anterior, enquanto para lei 9394 a nova LDB outorgada em 20 de dezembro de 1996, foi dispensado o termo de administração em muitas esferas: Sistema de ensino, federal, estadual ou municipal. Entende-se que não há um sistema educacional, dado aos aspectos apresentados anteriormente, o que existia eram apenas estruturas administrativas as quais se refere a lei.

Embora os termos dos sistemas e estruturas estejam sendo colocados para denominar um conjunto de elementos, o segundo termo não demonstra requisitos de intencionalidade, de coerência, não há elementos que tenha conexão entre si.

Perpassando pelas diversas esferas veremos como se pode tratar ás questões sobre o sistema de ensino federal, estadual e municipal, conforme

fica estabelecido na Constituição Federal no (art. 211) e Na LDB 9394/96 nos artigos de seu título IV, quando se refere à organização da Educação Nacional. O artigo 8° da Lei 9394/96 estabelece que, a União, os estados, Distrito Federal e os municípios tem a obrigação de organizar, em regime de colaboração os respectivos sistemas de ensino.

É Dever da União, coordenar à Política Nacional de Educação, organizando os vários níveis e sistemas de ensino e exercendo função normativa e supletiva em relação às diversas instâncias educacionais. De acordo com a LDB os sistemas de ensino têm sua autonomia de organização cabendo aos municípios optar interdição ao sistema estadual de ensino ou pela absorção como um sistema único de educação básica de fundamental e médio.

O Plano Nacional de Educação (PNE) fio aprovado pela Câmara dos Deputados e representa uma importante etapa do processo de tramitação de proposta que tem por objetivo dotar o sistema educacional brasileiro de um conjunto de diretrizes e metas, de forma a orientar e gerir a política educacional do país onde foi estipulado o prazo de dez anos foi aprovado pelo Congresso Nacional e modificado em lei ordinária.

O deputado Ivan Valente usando de suas prerrogativas de parlamentar em 1998, apresentou o substitutivo dos projetos lei n° 4155/98, em que o mesmo era o signatário relator e também da lei 4173/98 do poder executivo, que são os resultados de análise cuidadosa dessa proposta, bem como das emendas, sugestões e subsídios exibidos por parlamentares e por membros representativos da sociedade, principalmente os da área educacional, onde qualquer contribuição e de suma importância, foram bem discutidos nas diversas reuniões de audiência pública que aconteceram durantes os fóruns.

Durantes as audiências foram apresentadas 45 emendas do Projeto Lei (PL) 4173/98, há um número significativo de parlamentares, onde 25 emendas foram acatadas na integra ou parcialmente, uma foi aprovada em meio à votação separada pela Comissão de Educação e Cultura e Desporto.

O PNE aprovado pela comissão de Educação é constituído por três eixos:

a) A Educação como direito da pessoa;

b) A Educação como fator de desenvolvimento econômico e social;

c) A Educação como meio de combater a pobreza.

Existem as mais diversificadas definições de planejamento normalmente, estes comungam com o reconhecimento e seus objetivos propiciar

ação ao estado de maneira a torná-la racional. Cabe ao planejamento ser intensificado de maneira metódica e consciente a escolher e direcionar estratégias a fim de alcançar objetivos previamente pré-estabelecido em seus propósitos básicos e suas particularidades. A UNESCO ver o planejamento como um processo de continuidade que está disposto a alterações, dado as condições (Martins 2010). É preciso ter em mente que o planejamento é um processo político e nele estão contidos às decisões e negociações, objetivos e formas de concretizá-los.

O PNE Lei 13005/2014 foi desenvolvido planejado pelo Estado democrático que direciona as políticas públicas do setor educacional. Este novo contexto proporciona estudos entre vários intelectuais e o poder público onde funcionaram definidos os objetivos e as metas para o ensino em todos os níveis do setor educacional, Educação Infantil, Educação Básica e Educação Superior.

O Plano Nacional de Educação de (PNE) publicado em 2014 e vai até 2024, expõe 10 diretrizes, dentre estas a erradicação do analfabetismo e aprimorar a qualidade da educação assim como a valorização em melhorar a remuneração dos professores sendo este um dos maiores compromissos das políticas educacionais conforme o artigo 7º exposto na nova lei, a União, o Distrito Federal e os Estados, os Municípios, estavam irmanados a fim de cumprir as metas e implantar as estratégias previstas no texto. A Lei 13005 foi outorgada sem veto em 25, de junho de 2014 através dela entrou em vigor o Plano Nacional de Educação 2014-2024 sendo o segundo PNE garantido por lei.

O PNE só está ligado ao plano da ordem econômica por questões analógicas, o planejamento não pode ser entendido como um entrave frente à realidade. Dado a conjectura da Lei Nº13005/2014, art.5º, contempla a atuação do PNE em cumprimento a suas metas, passando por avaliação periódica, a ser realizada nas quatro esferas interpostas.

I- Ministério da Educação (MEC);

II- Comissões de Educação da Câmara dos Deputados e Comissão de Educação Cultura e Esporte do Senado Federal;

III- Conselho Nacional de Educação (CNE);

IV- Fórum Nacional de Educação.

Essas esferas são responsáveis por analisar e proporcionar políticas públicas e fazer com que sejam implementadas as estratégias e metas sejam

efetivamente cumpridas, e que seja revisado o percentual de verba pública destinada à educação.

O PNE (2001-2010) foi sancionado com nove vetos, Havia uma preocupação em se evitar obrigações jurídicas, no que trata de financiamento. Tudo isso acabou por enfraquecer o plano, embora tenham sido retirados os apenas instrumentos de tamanha relevância, as esferas responsáveis não foram isentas de seus deveres e direitos jurídicos.

Em 20 de janeiro de 2010, foi então definido às Comissões de Educação e Cultura (CEC), Finanças e Tributação (CFT) e Constituição Justiça e de Cidadania (CCJC), O PNE (2001-2010) Com intuito de reformular em 22 de março de 2011, cujos objetivos tomaram direcionamento diferenciado, em 6 de abril de 2011, o Ato da Presidência da Câmara dos Deputados implantou uma comissão especial.

Ainda em 2011 o Deputado Ângelo Vanhoni, foi nomeado relator da comissão especial apresentaram 2916 emendas destas 2906 foram analisadas. Como substitutivo apresentaram 449 emendas. Em 2012, foi autorizada a redação final e enviada ao Senado Federal. O substitutivo, desenvolvido na Casa revisora, foi devolvido à plenária dos Deputados em janeiro de 2014. Reuniram-se em 22 de abril, teve parecer de complementação voto dado pelo relator ao substitutivo apresentado pelo Senado Federal. Porém em maio de 2014 foi aprovado pelo plenário as seis emendas destaque, após encontros e desencontros foi aprovado em 3 de junho de 2014 o PNE atual.

Consta no Plano Nacional de Educação, que foi aprovado pela lei 13005 restou pouca semelhança entre o primeiro, e o atual no que diz respeito relação ao processo de debate do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

No momento da elaboração do primeiro PNE nos debates calorosos houve a contribuição do Governo Federal, Parlamentares ”interlocutores prioritários” – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

A Lei 13005 de 25 de julho de 2014 a Presidenta da Republica Federativa do Brasil decreta e sanciona a lei que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) de acordo o art. 214 da Constituição Federal, o art. 2º contempla a erradicação do analfabetismo, o parágrafo § 2º dispõe que cada dois anos

o PNE deverá passar por análise que será realizada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INPE), para verificar o cumprimento das metas estabelecidas na lei, a União cabe promover ao menos duas conferências distritais, estaduais, municipais e educacionais, o artigo 9º estabelece que o Distrito Federal e os Municípios terão que apresentar leis específicas e aprová-las para seus devidos sistemas de ensino de acordo com o prazo estipulado na aprovação do PNE.

Categoricamente o PNE foi aprovado em 2014, quando já se discutia sumarias mudanças no Ensino Médio, porém ao mesmo tempo, que se expõe essas necessidades de mudanças no Ensino Médio, o PROEMI começou a ser implementado pela portaria 971 de outubro de 2009, e infelizmente não se encontra nenhuma de referência ao Novo Ensino Médio.

O Plano Estadual de Educação do Estado do Amazonas, foi elaborado por uma comissão de Sistematização de Documentos Base, fizeram parte desse processo de elaboração diversas Secretarias de Estado da Juventude e Lazer (SEJEL), Secretaria de Estado e da Justiça e Direitos Humanos (SEJUS), Sindicato dos trabalhadores da Educação no Estado do Amazonas (SITEAM), dentre outras instituições ao todo foram 37 entidades que colaboraram na execução deste PEE, Universidades, Associações, Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, Fundações, Arquidiocese da Igreja Católica, de Manaus capital do Estado, todas essas instituições envolvidas forma direta ou indireta na elaboração do PEE e suas Modificações.

O Plano Estadual de Educação do Amazonas representa um avanço à sociedade amazonense, uma vez que para produção desse documento de fundamental importância para o ensino contou com a colaboração da sociedade civil, com representações de vários seguimentos sociais para contribuição de estudos e elaboração de metas e estratégias assentadas voltadas as necessidades educacionais do Brasil e diretamente voltado ao Amazonas, direcionado a Educação Básica e suas modalidades de ensino, no Ensino Profissionalizante e na Educação Superior para os próximos dez anos.

O PEE/AM está pautado nas exigências da Constituição Estadual de 5 de outubro de 1989 e na emenda Constitucional 059 de 2009 na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional 9394/96 de 20 de dezembro de 1996, obedecendo às prerrogativas da 13005 de 25 de junho de 2014, que é a lei que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE).

A sociedade Amazonense propõe um PEE voltado ao homem, ambiente, respeitando a identidade do homem da Amazônia, potencializado

pelo desenvolvimento sustentável, visando resgatar o direito e a valorização igualitária e fraternal, de paz e justiça social. A Amazônia comporta 50% da flora e fauna de todo planeta, possui riquezas biológicas e étnicas, ocupa um território 1577.820 Km², que abrange 40,7% do espaço geográfico da região Norte e 18,4% do contexto geográfico do Brasil. O sistema Estadual de Educação do Amazonas em 2014 compunha 5524 escolas com 1.191882 alunos matriculados e 41.990 professores para 50.880 turmas.

Nos levantamentos durante a elaboração do PEE, foi constatado estratégias do Plano Estadual de Ensino, está diretamente voltada ao Ensino Médio. No esquema situacional como foi constatado que desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, e a aprovação da lei de diretrizes 9394/96 o Ensino Médio passou a ter uma finalidade de etapa final da educação básica, mediante a garantia de escolas públicas e gratuitas, crianças e jovens de 4 a 17 anos de idade fazendo valer o disposto na emenda constitucional nº 59/2009, garantindo a todos que não tiveram acesso na idade apropriada com implementação até 2016.

Quando se fala de universalização do Ensino Médio para que seja alcançado a meta, como forma de se ter uma sociedade mais justa ou menos desigual, há de se levar em consideração a diversidade e a desigualdade que seja oferecido a essa etapa tão importante da educação básica. O PEE tem por meta e estratégia elevar a taxa alfabetização da clientela com idade iguala 15 anos ou idade acima dessa faixa etária de 93,5% até 2015, como ficou estipulado até o final deste em 2024 erradicar o analfabetismo absoluto e diminuir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

De acordo com dados do PNAID 2012 o percentual de estudantes de 15 aos 17 anos, estão regularmente matriculados e frequentam as escolas, no Brasil é de aproximadamente 84% e no Estado do Amazonas é de 82,4, foi elencado no PEE a questão dos discentes com idade entre 15 e 17 anos regularmente matriculados na idade e série indicada para o Ensino Médio taxa liquida) o percentual no estado é de 44,2%, mesmo que demandem ações e estratégias, talvez até o vencimento da vigência deste PEE se consiga a meta proposta que é de 85%.

No período de 2010 a 2013 a taxa de distorção idade e série, os resultados apontam as altas taxas de reprovação e evasão escolar no ensino Médio, levando a uma reflexão principalmente nas instâncias oficiais proporcionam maior atendimento, dentre os fatores apresentados são desinteresse

do educando, pela unidade escolar, má formação dos docentes, organização curricular fora dos anseios e das necessidades dos discentes, procurá-la para o trabalho, não conciliação do emprego com estudo, falta metas ou visão de futura, a falta de perspectiva familiar.

Mediante a situação preocupante em todo país em 2009 foi lançado o Programa Ensino Médio (PROEMI), amparado pela Portaria nº 971 Garantido pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como forma de reelaboração curricular do Ensino Médio, desenvolve o PROEMI, porque o objetivos de acordo com a Secretaria de Educação Básica do MEC, é dar suporte e apoiar o crescimento das propostas curriculares inovadoras, nas escolas onde é difundido o Ensino Médio, aumentando o Período em que os estudantes permanecerem no perímetro escolar procurando assegurar a formação integral com a inserção de atividades que proporcionem um currículo muito mais interessante e atrativo, de tal forma espera-se que as expectativas dos educandos do Ensino Médio possam sem atendidas assim com assim com as necessidades da sociedade contemporânea.

Através dos projetos de reelaboração curricular, fomentam o desenvolvimento de atividades integradoras, que favorecem as dimensões do trabalho, que contemplam Ciência, Cultura, Tecnologia, envolvendo as diversas áreas do conhecimento, começando pelos macrocampos, sempre tendo suporte pedagógico, Iniciação Científica e Pesquisa; Cultura Corporal; Cultura e Arte; Comunicação e uso das mídias Cultura Digital; participação estudantil e leitura e letramento.

A inserção do Programa Ensino Médio Inovador é de responsabilidade das secretarias estaduais. As escolas de Ensino Médio tem suporte técnico e financeiro direto do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) para reconstrução curricular. O PDDE foi consolidado e instituído em 2013, para o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, através da portaria nº 1.140, de modo a enunciar e corroborar com as ações e estratégias.

Brasil tem nos últimos anos passado por um processo de desenvolvimento que repercute em taxas ascendentes ao crescimento econômico do Produto Interno Bruto (PIB), indo além dos 1,79% em 2016. Crescimento que tem sido subsidiado por programas e medidas de redistribuição de renda que o retroalimentação. A educação sem dúvida está no centro desta discussão.

Com o crescimento da economia e novas legislações: no caso das novas legislações, com o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica

(FUNDEB), a Emenda Constitucional nº 59/2009 – que encerrou com a desvinculação das Receitas da União (DRU), outras medidas, que permitem o país potencializar o volume dos recursos destinados a Educação.

Mediante das investidas do Conselho de Nacional Educação (CNE) tem se destacando participando, com a ideia de criar condições para que se possa avançar nas políticas educacionais brasileiras, que visam o desenvolvimento da qualidade do ensino, e valorização dos que laboram na educação como é o caso dos docentes, gestores, pedagogos dentre outros a inclusão social.

Para que se consiga chegar ao desenvolvimento pleno, o Brasil tem que investir fortemente na ampliação da capacidade tecnológica e na formação de profissionais de Nível Médio e Superior. Atualmente os setor industriais e de serviços, que não se desenvolve na mesma intensidade e ritmos adequados ao novo papel que o Brasil desponta no cenário mundial devido a falta desses profissionais. Sem o desenvolvimento sólido do Ensino Médio com qualidade, caso contrário não será possível que nossas universidades e centros tecnológicos que consigam um grau de excelência necessário para que o país de vultuoso salto para o futuro.

Ensino Médio Inovador e Ensino Médio Tradicional: Questões Curriculares

O Ensino Médio a partir da LDEBEN em 1996 não evidenciou de maneira alguma a distinção com relação as peculiaridades do Ensino Médio Noturno, Zibas (2005) chamou atenção quanto a intencionalidade de diversificar as metodologias aplicadas nas salas de aula. O Programa Ensino Médio Inovador busca apoiar e favorecer ao sistema de ensino estadual e distrital no aperfeiçoamento das propostas curriculares dinâmicas, que seja mais flexíveis e que atendem aos anseios dos educados e aos interesses da sociedade como um todo.

O novo Ensino Médio atualmente é de grande importância para a educação em todo país, quando se propõe uma alteração na matriz curricular, o novo modelo contribui de forma que o estudante tenha autonomia de escolher a área de conhecimento que deseja se aprofundar em seus estudos. Estrutura que continuará como uma parte comum a todas as escolas de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é parte flexível. Daí então

pode-se perceber que o Ensino Médio Inovador aproximadamente interage a vida de cada docente integrando-os, as demandas profissionais de cada campo profissional, oportunizando, que cada discente siga suas vocações e sonho em dar continuidade aos estudos de nível superior ou se assim desejar adentrar no mundo do trabalho.

A BNCC como um todo visa nortear os currículos de todas as escolas, da rede pública e privadas de ensino, do Brasil na Base Nacional Curricular Comum, consta a promoção e desenvolvimento da qualidade do ensino no país, através de uma referência obrigatória para todas as instituições escolares da educação básica, vetado assegurado pela constituição. O Ensino Médio Inovador foi editado através de Medida Provisoria (MP), dado a vigência do problema dessa unidade de ensino. O documento norteador do PROEMI, dispõe de um professor articulador, no entanto o programa permite a contratação de mais de um professor articulador, levando em conta as disposições escolares.

Em 2014, PROEMI atingiu aproximadamente 5,6 mil escolas e o governo tinha por meta que o programa atingisse 10 mil escolas das, o que representou 50% das escolas públicas do país. Durante a aplicação dos investimentos o MEC durante o ano de 2016 fez o repasse de R$ 300,000,000,00 que é encaminhado às escolas em 2017. No decorrer da pesquisa foi possível notar que o Regimento Geral das Escolas Estaduais do Estado do Amazonas não contempla o Ensino Médio Inovador. As adesões das I e II Etapas. As secretarias Estaduais de Educação passaram a aderir o EMI, em 17 outubro de 2016 através do modulo PAR do SIMEC. A escolha das escolas que participaram do programa ficou a cargo de cada estado, ao Ministério da Educação e Cultura coube sugerir as priorização são as seguintes, escolas que tenham recebido verbas do ensino médio inovador de 2014 a 2016.

Os estados que não tinham sido contemplado ou tenham tido pouca adesão ao programa, escolas cuja o índice socioeconômico seja baixo ou muito baixo no momento da adesão é necessário informar a carga horária de participação de cada escola, se é de 5 ou 7 horas ou admitir que a escola seja autônoma para escolha. Cabe as secretarias no momento da adesão obedecer o critério obrigatório do Campo de Integração Curricular (CIC), que são : I - Acompanhamento Pedagógico, das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, não sendo possível ser alterado, II – Iniciação Cientifica e Pesquisa, III – Mundo do Trabalho, e IV – Protagonismo Juvenil,modificar um dos CIC II, III ou VIII, pelos CIC, IV, V,VI e VII ,os demais CIC ficaram a cargo das

escolas, considerando ao menos 5 CIC trabalhados, as escolas selecionadas pelas Secretarias Estaduais de Educação ocorreram no período de 24 de outubro a 18 de novembro de 2016, através do PDDE interativo.

É necessário a confirmação e a seleção por parte das escolas as cargas horárias de participação no programa se aderiram 5 ou 7 horas diárias, então escolhas o minimo um campo a mais de Integração Curricular (CIC) a ser utilizado em sua Proposta de Redesenho Curricular.

O assessoramento, após a adesão por parte do Ministério da Educação e Cultura, passará propor as metas de aprendizagem junto as secretarias, expondo os indicadores de cada escola que recebem assessoramento , as escolas tem que apresentar relatórios semestrais a respeito da implementação da Proposta de Redesenho Curricular, e encaminhar as devidas Secretarias de Educação, cabe a cada estado produzir relatórios de atividades semestralmente em função do desenvolvimento do programa nas escolas, que o aderiram, fica a cargo do MEC propor encontros com os responsáveis em coordenar o programa e a reforma do Ensino Médio.

Cabe levar em consideração os diversos impulsos que o ensino médio tem sofrido, é de suma importante reavaliar a identidade e radicação. Reorganizando os objetivos e conteúdos de formação política para cidadania democrática. Cidadania é uma visão histórica que comporta interpretações mutáveis e diversificadas. Os conteúdos propostos para formação política, voltada à uma cidadania democrática que parece permear na reorganização de um currículos inovador da educação para pessoas jovens (Costa, 2017, 43p).

Foi preciso que se passassem 20 anos, que as políticas educacionais brasileiras voltassem seus olhares, que a LDB nº 9.394/96 abandonasse a nomenclatura de ensino de 2º grau e o denominasse Ensino Médio — termo já utilizado pela Lei nº 4.024/1961 —, mudança de pouca relevância prática, haja vista que a Constituição Brasileira já o havia incorporado, tornando-o um intermediário entre o Ensino Fundamental e o Ensino Superior. Infelizmente não houve por parte da lei a notoriedade de restabelecer a compreensão, diga-se de passagem, que já está definido como etapa final da educação básica (Carneiro, 2015, p. 421).

Em tempos bem recente várias vertentes de pensamentos pedagógicos começam aparecer às necessidades das novas gerações que se agregam as bases curriculares tradicionais temas emergente da cultura contemporânea.

Como pode ser citado os Planos Curriculares Nacionais (PCN), propostos pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC), que utilizam estratégia de organização do trabalho didático conhecido pela denominação de “transversalidade” que incorporam algumas disciplinas e áreas do conhecimento.

Quatro temas voltados às mudanças societárias por esses momentos de mudanças porque passava o milênio e nos parece bem relevante para o currículo do ensino fundamental para jovens e adultos: os meios de informação e comunicação, as diversidades etno-racial e multiculturalismo, meio ambiente e qualidade de vida, relações sociais de gêneros e direito da mulher. É importante que os governos assumam atitudes convocatórias, fazendo com que as para chamar a sociedade a engajar-se nos incentivos de elevação do nível educativo da população.

Esse chamado tem por contemplar, a motivação para que todos continuem aprendendo por toda a vida, que a necessidade, à vontade e a probabilidade de aprender são comuns a todos os seres humanos, desde o seu nascimento até a velhice. Onde a aprendizagem necessita ser compreendida em seu sentido amplo, como parte integrante e essencial da vida, e a falta de interesse em aprender, a educação de adultos não pode ser contextualizada ao atraso ou a pobreza mais sim ser contemplada como indicador de alto grau de desenvolvimento social e econômico e social do país.

Como nos transpõe Connel (1999), jovens oriundos de famílias de poucos recursos financeiros, são normalmente os que têm menos êxitos, quando são avaliados através dos métodos convencionais de medidas do cognitivo. Isso porque à nossa escola se perde quando se trata da responsabilidade de transmitir o conhecimento. Junto às trocas de experiências entre os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

A escola precisa mudar e aceitar como subsídio da Proposta Pedagógica e Curricular, a múltipla troca de experiência num processo criativo. Mediante ao sentido de conduzir o estudante a todo o seu aprendizado, passo que o sujeito individual na sua condição social ainda constitui uma prática válida do sistema educacional. Então todo saber fomentado em uma sala de aula é uma troca de experiência entre educando e educador (a), torna-se muito relevante no tocante à construção de um modelo de ensino-aprendizagem (Costa, n.d. *apud* Castro, 2016).

Para Cortella (2016), a educação “fortalece a percepção de que há momentos necessários e as classes de trabalhadoras buscam a frequenta

os bancos escolares, os paradigmas pedagógico, passam não ser suficientemente para dar conta desses direitos plenos sociais e democrático".

Desde que foi promulgada a LDB9394/96[3], o Ensino Médio tem sido tema nos debates, com as alterações da LDB, o Ensino Médio deixou de ser intermediário entre o Ensino Fundamental e Ensino Superior e passa ser integrantes da Educação Básica Cury (2008) defensor da Educação Básica como direito assegurado constitucionalmente e Obrigatório.

Em 2009, o Ensino Médio passou por uma mudança substancial com a implementação da Lei 11494 de junho de 2007, dentre outro, à implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento (FUNDEB), através da medida Provisória 455 de 28 de janeiro de 2009, depois de amargar por treze anos, o Ensino Médio passa a ser reconhecido com parte integrante da Educação Básica, só então passou a ser financiado pelo Programa Dinheiro Direto na Escola, vale salientar que a partir de 2009 foram filmados convênios de apoio aos estados como é o caso do Programa Ensino Médio Inovador (PROEMI) e o Plano de Ações Articuladas (PAR).

De um percentual de 1,8 de jovens entre 15 a 17 anos fora da escola, desses mais de 50% dos jovens que fazem parte dessa faixa etária nota-se que acontece uma disparidade entre os diversos grupos Libâneo (2014, 352). Comenta que o acesso ao Ensino Médio, perpassa por uma desigualdade entre grupos da população: somente 24,9% de jovens na faixa etária entre 15 a 17 anos, dentre estes 20% da população mais abastada (Brasil, MEC/SEB, 2009, p.6).

A Medida Provisória 640/2013 em sua mudança e suas principais entraves, do Presidente Michel Temer sancionou a reformulação do Ensino Médio, que iniciou no ano de 2013 no governo da então presidente da República Federativa do Brasil, que já passou por muitas alterações nas diretrizes dessa nova fase da educação e trouxe muitas dúvidas ao povo brasileiro.

A proposta do novo Ensino Médio, desde que foi apresentada em 2016 a MP recebeu força de lei, por esse motivo os docentes coordenadores tem voltado sua atenção aos pais e comunidade; é necessário que todos que fiquem atentos a qualquer alteração acerca do tema. A reformulação conforme os governantes, visa melhorar o Ensino Médio tornando as aulas mais dinâmicas para os discentes. A partir dessa reformulação o educando elimina a ideia de se tornar o profissional satisfeito no futuro, para os profissionais da

3 LDB: Lei de Diretrizes e Base 9394/96.

educação e para aqueles que ainda vão ingressar na rede escolar, terão que aproveitar as mudanças para então se qualificarem nas mais amplas área do conhecimento.

Quando o programa foi lançado aconteceram muitas críticas dos comunitários, pais, docentes dentre tantos profissionais do setor educacional, as críticas aconteceram e o assunto não foi tratado pelas partes interessadas, antes das mudanças de educação no Brasil, também surgiu a ideia do saber notório para que esses possam atuar em sala de aula e também haverá o aumento das carga dos educadores. O Presidente do Brasil vê essa mudança no Ensino Médio como um momento revelador de seu governo, com uma ousadia voltada para o desenvolvimento do país. Tanto o governo quanto o MEC veem a medida como uma oportunidade para preparar os educandos para o mercado de trabalho.

A Resolução Nº 4 de 26 de outubro de 2016, o FNDE em conformidade com a Res.Nº04 de 26 de outubro de 2016, dispõe de verbas, para otimização do Programa Direto na Escola – PDDE, recursos destinado as escolas públicas estaduais e do Distrito Federal, cujo o propósito da matriz curricular inovadora, em consonância do programa Ensino Médio Inovador,a fundamentação legal é a Carta Magna do Brasil, outorgado em 1988, dentre as leis que perpassam Ensino Médios entre os anos de 1968, até a Lei 13005 de 2014, Decreto nº 7083 de 27 de janeiro de 2010, portaria Ministerial nº 971 de 09 de outubro de 2009, do MEC.

O Redesenho Curricular do Ensino Médio Inovador é uma busca para apoiar o sistema de ensino público, visando a qualidade do ensino em conformidade com a lei de Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio regulamentada pelo Conselho Nacional está embasada em conformidade com a meta 7 do Plano Nacional de Educação (PNE). O ingresso ao Ensino Médio vem aumentando, o que faz pensar que aumentou o número de estudantes que tem concluído o Ensino Fundamental, dados estatísticos apresentados em 1991 de 4 milhões de estudantes matriculados no Ensino Médio, em 1998 houve um crescimento para aproximadamente 7 milhões, houve uma alavancada de 84,8%.

Mesmo com o aumento nas matrículas no Ensino Médio o PNE de 2001 (Brasil, MEC. INEP, 2001, p. 54) somente 30,8% da população de 15 a 17 anos. A intenção do plano era atingir em cinco anos alcançar 50% dos educandos dessa faixa etária e intencionava alcançar 100% até 2011.

A verba oriunda do PDDE era exclusiva para a educação básica, e atendia as necessidades do ensino fundamental enquanto o ensino Médio era mantido pelos recursos financeiros dos 25% complementares parte da verba era recurso proveniente de programas e projetos provenientes de empréstimos internacionais. O ensino médio, Zibas (2005, p.13) se manteve das sobras dos recursos do ensino fundamental e pautado pela insegurança, preso aos valores pagos provenientes desses empréstimos.

O Ensino Médio Inovador nas Escolas Públicas

Conceito Programa de Ensino Médio Inovador - PROEMI

O Programa de Ensino Médio Inovador (PROEMI) é uma forma de preocupação do MEC em promover uma reformulação do currículo tornando-o adequado às reais necessidades dos estudantes jovens contemporâneos, em conexão com as mais diversas necessidades culturais e sociais da população brasileira.

Durante a implantação do Programa Ensino Médio Inovador (PROEMI), um dos maiores problemas foi a carência de professores com carga horária de 40 horas semanais e a forma como ocorrem as trocas de gestores e docentes nas escolas. Isso não acontece apenas na capital, mas em todos os municípios. Além da escassez de professores, ainda persiste o problema da falta de transporte escolar nas áreas mais distantes, haja vista que muitos discentes e docentes precisam atravessar rios de barco ou caminhar por horas em ramais, em meio à floresta, até chegar ao ponto onde embarcam na condução escolar. Dentre outros entraves para a operacionalização do PROEMI, destaca-se o não cumprimento das datas pré-estabelecidas no Termo de Adesão.

Com à implantação do Novo Ensino Médio o Estado do Amazonas teve que construir aproximadamente 170 escolas de tempo integral para atender as exigências do MEC, que foram impostas pela reformulação do Ensino Médio Inovador uma Escola Padrão de ter o mínimo de 12 salas de aulas com 40 estudantes que 50% das escolas públicas tenha tempo integral não tem

existe estimativa para construção de muito ou meno recursos orçados para isso, essas são informações foram adquiridas em setembro de 2016.

O Secretário de Educação da época firmou o compromisso aceitando atender todas as exigências do Programa, se comprometendo, que até o terceiro ano de implantação do PROEMI, os currículos estariam redesenhado e aprovados nos Conselhos Estaduais, porém já se passaram nove anos e as escolas ainda nem ao menos redigiram seus PRC, quanto mais submetido-os ao Conselho Estadual, para acompanhar e avaliar as ações realizadas nas escolas, tem-se deixado tudo a cargo de suas Coordenadorias Institucionais, diante desses fatores poucas são as escolas visitadas, partindo dessas informações sem comprovação, os resultados que se têm à frente são um tanto duvidosos, já que não há firmezas das realidades vivenciadas, é perceptível o gestor das escolas tentando demonstrar que o programa é de perspectiva favorável, quando se expõe etapas, estruturas do grupo responsável pelo processo avaliativo das atividades, as oficinas realizadas, onde todos os campos são inspecionados, as instalações são analisadas, para que só então se dê um parecer sobre o desempenho das escolas (Condé, 2011).

Então, presume-se que o Ensino Médio Inovador, ficou estabelecido pela Portaria 971/2009, está inserido nos Planos de Desenvolvimento da Educação (PDE), cuja a finalidade é exercer o papel de condutor para reforma curricular do Ensino Médio, a convergência do PROEMI, concentra-se em dois pontos (idem, 2011).

a) Propagação de atividades adaptadas mediante a incorporação dos quatro campos de integração da aprendizagem, a saberes, trabalho, ciência, cultura e tecnologia.

b) Experienciar as diversas áreas do conhecimento tomando por base os oito macro campos, o Acompanhamento Pedagógico, Iniciação Científica e pesquisa, Cultural; Cultura e Artes, Comunicação e Uso de Mídias, Cultura Corporal, Cultura Digital; Participação Estudantil e Leitura e Letramento.

c) Anteposta pela Matriz optativa da Secretaria de Educação Básica do MEC, através da inserção ao programa Ensino Médio Inovador que é implementado pelas Secretarias de Educação Estaduais.

O Programa Ensino Médio Inovador (PROEMI), teve seu ato de criação Nº 971, de outubro de 2009, foi instituído no âmbito pelo Ministério da Educação (MEC), intenção de incentivar através de apoio técnico e financeiro, a promoção de propostas circulares inovadora nas instituições escolares

de Ensino Médio Estaduais e Distritais, utilizando a pedagogia de Projetos de forma que atendam não só as necessidades da sociedade contemporânea,assim como atender as expectativas do estudante desse seguimento de ensino (Brasil, 2014).

Dados que datam de 2007 a 2010 expõe fatos que mesmo com o desenvolvimento do sistema educacional brasileiro. Ainda existe uma parcela substancial de jovens entre 15 a 17 anos que continuam fora dos bancos escolares, de acordo com pesquisas realizadas pelo PNAD, de 2007, de um total de 9.464.762 alunos, desses 1.584.365 estavam fora das escolas e 2.865.365 trabalhavam Brasil (*apud* Alcântara, 2009, p.6). Fato que proporcionou o MEC repensar uma forma de mudança para minimiza a distorção idade e série, conforme Síntese dos Indicadores (SIS) de 2010, destes apenas 50,9% dos jovens obedeciam a idade correta no Ensino Médio.

Em 2011 aconteceram inovações no Programa dando vazão de quem poderia ser o professor articulador, porém só final do ano de 2011 depois da análise dos procedimentos e das explicações gerais de como as Secretarias de Educação e das escolas fariam suas indicações conforme o projeto piloto, como funcionaria como já foi mencionadas no ofício-circular nº112/2011/GB/SEB/MEC, 02 de dezembro de 2011. O MEC concordou com a probabilidade da construção de novas escolas nos estados que integraram ao PROEMI, a partir da revisão documental a SEDUC/Amazonas Autorizou a Seleção de somente 10% das escolas de Ensino Médio para fazer parte do então do projeto Piloto, num total de 35 escolas, 10 na capital e 25 no municípios amazonenses (SEDUC, 2013).

No ano seguinte 2012 o número de escolas aumento para 48, destas apenas 41 tiveram aval para funcionar com o PROEMI, 14 escola na capital e 27 nos municípios do estado. As demais funcionaram com pendências nas Associações de Pais e Mestres e Comunidades (APMC).

Em 2013 a SEDUC juntamente com suas Coordenadorias Distritais escolheram 43 escolas na capital e 56 no municípios, destas somente cinco escolas tiveram seus PRC com parecer favorável, as demais escolas não cumpriram o prazo estipulado pelo PDDE Interativo para o preenchimento de seus formulários onlines e portanto deixaram de participar (SIMEC, 2014).

Tomando como parâmetro as Bases Curriculares dos Parâmetros Curriculares Nacional para o Ensino Médio (Brasil 2000), expõe que o Ensino Médio o está sendo reformulado dado a necessidade contextual da reforma

tecnológica, econômica, de serviço e de conhecimento que perpassam a sociedade contemporânea. É dever da escola ofertar a integração dos docentes a toda todas reformulações no campo e na prática pedagógica. Valendo-se de documento que expões as necessidades de favorecer as transformações significativas no ensino médio conforme a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2016).

Já no ano de 2014 foi possível notar que o PROEMI dispõe de um Comitê Estadual que visa dar suporte e acompanhar a execução, bem como a forma como têm sido aplicados os recursos. Este comitê foi formado por um coordenador de Ensino Médio lotado na própria SEDUC, 02 membros da equipe técnico-pedagógica da coordenação de Ensino Médio também um membro da área financeira que responde pelos recursos vindo do Governo Federal (Brasil, n.d. *apud* Alcantra, 2014, p. 34).

Em 2017, todas as escolas do Estado do Amazonas que trabalham apenas com o Ensino Médio foram inseridas no PROEMI tanto as da capital quanto as dos Municípios do estado, também foi firmado no final de 2016 à implantação do Redesenho Novo Ensino Médio Inovador.

Os Objetivos do PROEMI

No 2º artigo da portaria supracitada na portaria nº 971/2010 do PROEMI tem como principais objetivos a expansão do atendimento e melhoria da qualidade do Ensino Médio, por meio da inovação curricular, dando ênfase aos projetos pedagógicos, de forma que essa etapa de ensino consiga assegurar a permanência dos adolescentes no ambiente escolar até a conclusão da etapa final da educação básica.

É importante ressaltar, em seus objetivos, a ênfase dada ao protagonismo juvenil. O programa apresenta não só a preocupação em desenvolver uma escola onde o diálogo seja fundamental, onde os saberes e conhecimentos sejam significativos para os jovens para os jovens, mas também seja possível desenvolver a autonomia intelectual dos educandos. São objetivos do PROMI o desenvolvimento de uma rede nacional de Escolas de Ensino Médio com intercâmbio os projetos pedagógicos inovadores.

A portaria nº 971, de 9 de outubro de 2009, em seu parágrafo único, no 2º artigo, aponta como objetivo do PROEMI, consta nos dez incisos o seguinte:

- I Contemplar melhoria e qualidade do Ensino Médio, - II Desenvolver e reestrutura o Ensino Médio não profissionalizante, III Promover inovação curricular, - IV Incentivar o retorno dos adolescentes e jovens aos bancos escolares, - V Resgatar o diálogo entre escola e educandos jovens e adolescentes, VI Favorecer Onde uma escola de Ensino Médio oferte saberes e conhecimentos significativos, desenvolvam sua automação intelectual, - VII Promover autonomia ao educando mediante a uma aprendizagem significativa, - VIII Desenvolver escolas Ensino Médio em rede nacional pública ou privada que proporcione intercâmbios de projetos pedagógicos inovadores, - IX Favorecer intercâmbios dos colégios de aplicação dos Institutos Federais(IFES), e do Colégio D. Pedro II com as redes públicas estaduais do Ensino Médio, - X Motivar as articulações através parcerias do sistema com as redes de Ensino Médio estaduais.

O artigo 6º da Portaria 971/2009 expediu normas e diretrizes de operacionalização e adotará as normativas para o desenvolvimento do programa que dispõe a portaria supracitada, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), ficou responsável pela organização das avaliações externas que aconteceram durante a implementação do processo, tudo em prol da melhoria das escolas que fizeram parte do projeto piloto.

Conforme a idealizadora do Programa Ensino Médio Inovador, professora Marta Gabriel, o programa não tem por objetivo a reformulação das Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. No entanto, busca colaborar com as leis normativas e portarias já existentes. O ideal do Ensino Médio Inovador é contribuir para uma nova sistematização curricular e estabelecer as bases para uma nova escola, mais atualizada e interessante para os educandos.

O Que Muda na Escola com o Ensino Médio Inovador

O gestor escolar dispõe de autonomia para indicar um articulador na escola responsável por promover e implantar estratégias para sistematização do que foi proposto pelos docentes, buscando a construção da (PRC) da escola, as articulações curriculares necessárias cuja função é coordenar e acompanhar a execução das atividades programadas através do redesenho do currículo da escola assim como desenvolver relatórios de atividades via sistema PDDE Interativo.

Cabe ao articulador coordenar todas as atividades programadas na escola, pois possui um cargo que equivale o de um coordenador pedagógico ou cargo de professor, tem que pertencer ao quadro permanente da escola e possuir formação e perfil adequado para exercer as atribuições que lhes são correspondentes.

Agora o Ensino Médio Inovador contempla 13 disciplinas obrigatórias, com a mudança 60% da matriz curricular terá que seguir o que for estabelecido pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os outros 40% será completada por acordo com a escolha do docente valorizando as áreas anteriormente citada.

Com a Reforma do Ensino Médio as disciplinas como Filosofia, Sociologia, e Educação Física e Artes, serão disciplinas não obrigatórias, serão oferecidas pelas escolas, porém os educandos é que escolhem as disciplinas , que irão estudar. Embora a Secretária- Executiva do Ministério da Educação Maria Helena Guimarães em declaração em novembro de 2016, afirmou que a Reforma do Ensino Médio aconteceria na primeira turma que ingressasse a partir de 2018, porém em janeiro de 2017 o Ministro da Educação Mendonça Filho, esclareceu que ainda não há prazo estabelecido para que o Distrito Federal e os Estados Brasileiros adotem o novo modelo de ensino como obrigatório em todo território Nacional, que só será implantado com após sanção da reforma.

Em entrevista com docentes e especialistas da educação em Santa Maria no Rio Grande do Sul, o Jornal Diário entrevistou os profissionais que trabalham nas escolas da cidade docentes, pedagogos, dentre outros para colher o que pesam sobre a Medida Provisória (MP). Hugo Fontana, Filósofo e doutor em Filosofia da Educação e História da Educação, respondeu que a reforma era necessária, o pior na visão de Fontana, é que os estudantes não foram consultados, pois são os mais interessados, sobre a alteração da carga horária de aula, já que não há escolas de tempo integral suficiente para o quantitativo de alunos, também o fato que hoje os educados têm uma matriz curricular que contempla 13 disciplinas no decorrer dos três anos, o aumento de 30 minutos por seria apenas um paliativo, permitir que o docente escolha as disciplinas que deseja estudar ao longo dos três anos, para Fontana (n.d.) parece tornar tudo mais atrativo para o educando.

O problema da Medida Provisória é perceber que disciplinas como Filosofia e Artes como diz Fontana (n.d.), tornaram-se optativas e ainda vai mais adiante que todo professor independente da disciplina que leciona deveria

estudar Filosofia e Sociologia, porém como professor é quase inconcebível exigir isso dos profissionais.

A Aldeia do Conhecimento Professora Ruth Prestes Gonçalves, código do INEP 13084860, no ano de 2014 foi, uma das escolas inserida no PROEMI é uma escola do município de Manaus, faz parte da Unidade Federativa do Brasil, Estado do Amazonas, faz parte da Rede Pública Estadual, localizada na área urbana, no ano 2015 foi realizado o Censo Escolar, para que, assim,-fosse enviado o recurso do PROEMI, Recurso equivalente a R$ 100.000,00 (Cem mil Reais) Sendo Capital R$ 30.000,00 (trinta mil reais), Custeio R$ 70.000,00 (setenta mil reais), despesas prevista capital R$30.000,00 e custeio 70.000,0, saldo: capital 0,00 e custeio 0,00 .

Com intuito de minimizar a problemática da Unidade Escolar na elaboração da PRC ficou disposto as principais taxas do Censo Escolar, de educandos com aproveitamento, estudantes retidos, aqueles que deixaram de frequentar, através de tabelas e gráficos, que demonstraram as taxas de rendimento do Brasil, Estados e Municípios e da instituição, partindo dos gráficos para que assim de encontre as resposta a tantas questões educacionais.

Tabela 1 - Como Era o Ensino Médio/Como ficou o Ensino Médio Inovador com a Reformulação.

Grade Curricular e Divisão do Ensino Médio / Ensino Médio Inovador	
Hoje	**Depois da Reformulação**
13 Disciplinas Obrigatórias nos três anos.	Cada ano 60% da carga horária (BNCC) e 40%
800 horas em 200 dias letivos	Itinerário formativo, 1400 horas até atingir 3000 mínimo 5 ou 7 horas diárias.
Professores	
Hoje	**Com a Reformulação**
Somente Educadores graduados e licenciados por área específica.	Docente com ”saber notório”, para o Ensino Técnico e Profissional, graduado em outra área, comprovando cursos pedagógicos, professores formados em universidades, institutos superiores e faculdades isoladas.
Artes, Educação Física, Filosofia e Sociologia	
Hoje	**Com a Reformulação**
Obrigatórias nos três anos.	Optativo.

Marco Metodológico

O capítulo teórico-metodológico é descrito o tipo de investigação científica, abordagem com descrição pela qual perpassa o campo de pesquisa, o universo escolhido, bem como amostra e instrumento utilizado para coleta de dados todos os procedimentos no decorrer da pesquisa foram importantes para realização deste estudo.

Esta pesquisa tem por abordagem descritiva de campo, conforme Estelbina de Alvarenga (2014), Eva Maria Lakatos e Marlene Marconi Gil (2003, p. 85), à pesquisa é descritiva perpassa: pela descrição, registros e interpretação de fenômenos atuais, procura soluções para as investigações científica antes de tudo, requer atitude ou disposição do investigador, adequando-se aos métodos e assim se encontre solução problemas dispostos para análise.

Quanto aos métodos científicos (Lakatos e Marconi; 2003 p.85) definem:

> [...] o método é um conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros – traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

Em consonância com os ideais científicos foram utilizados vários métodos, cuja as classificações dos métodos científicos são os seguintes dividem – se em: ciências formais “métodos lógicos” a indução, dedução e analogia e ciências fáticas a observação, de experimentação entrevistas, provas psicológicas entre outros (Alvarenga, 2014, p.8), os conhecimentos cientifico, as pesquisas científicas e os métodos cientifico se relacionam se relacionam com a pesquisa que tende a ser iniciada por qualquer abordagem. .

Para fundamentação de diversos procedimentos de observação, de experimentos, coleta de dados, de registros de fatos, de levantamento, identificação e catalogação, de entrevistas, depoimentos, questionário, entre outros, portanto, o projeto de pesquisa deve ser muito criterioso, e um roteiro adequado que oficializa em função do método.

Somente a aplicabilidade do método e seguir a técnica para o procedimento da pesquisa não será o suficiente para a pesquisa científica B. Tal procedimento deverá conter: um fundamento epistemológico que sustenta e justifica a própria metodologia praticada (Severino, 2007, p.100).

A determinação do desenvolvimento metodológico precisa ser de acordo com a efetuação dos estudos. Ao definir o desenho metodológico Alvarenga (2014) menciona que: constitui o projeto de pesquisa, como se colocará em prática o estudo. Orienta que a investigação, contém estratégias a serem seguidas para dar resposta ao problema formulado, para alcançar os objetivos e comprovar a hipóteses.

De modo que, a prática da investigação científica pode ocorrer uma diversidade de concepções epistemológica e enfoques diferenciados. Nesse sentido as modalidades de investigação deve acarretar conformidade epistemológica, metodologias e técnica para o desenvolvimento da investigação.

A investigação cientifica segundo Alvarenga (2014) é a orientação metodológica para estudar as formas de geração dos conhecimentos científicos. Constitui a direção e a estratégia geral no ciclo completo do estudo, desde a abordagem do problema até a conclusão, inclui ao método e responde ao tipo ou paradigma da investigação.

Nesse sentido, os tipos de investigação ou os enfoques são classificados em: quantitativos, qualitativos, etnográfica, participante, pesquisa – ação, estudo de caso, análise de conteúdos, pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa experimental, pesquisa de campo, pesquisa exploratória, e pesquisa explicativa (Severino, 2007).

A investigação cientifica é parte do novo conhecimento extraído pela ciência, na construção do saber, e sucede por meio do processo de investigação que resulta em uma abordagem significativa na mediação às inúmeras ciências.

No referido capítulo, serão abordados os procedimentos teóricos e metodológicos que conduziram a prática da investigação. Na abordagem, serão descritos o tipo de pesquisa científica, a caracterização do campo de investigação, o universo selecionado, a amostra e o instrumento aplicado na coleta de dados. Sendo assim, todos os procedimentos contribuíram para evidenciar a relevância da pesquisa quanto à efetividade do objeto proposto.

Para uma melhor compreensão do objeto desta pesquisa foram elencadas algumas obras literárias, livros, dissertações, artigos e teses, que tratam a respeito do processo educacional do Brasil, a pesquisa de campo foi realizada nas Escolas Estaduais Aldeia do Conhecimento Professora Ruth Prestes Gonçalves e Escola Estadual Senador João Bosco Ramos de Lima, da Coordenadoria Norte na cidade de Manaus-Amazonas, local o qual fez

com que fosse suscitado a necessidade de um estudo mais aprofundado sobre o Redesenho Curricular do Novo Ensino Médio e suas peculiaridades. E a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no artigo 205, cita que educação é direito de todos, e dever do estado e da família.

Após 20 (vinte e dois anos), de vigência da LDB, nota-se que é necessário a retirada de lacunas que ficaram durante à implantação da mesma. De acordo do a Constituição da República Federativa do Brasil outorgada em 05/10/1988, artigo 205, estabelece que a educação, é direito de todos, dever do estado e da família, fica estalecido os princípios de igualdade de condições de acesso e permanência a escola (artigo 206, Inciso I). Direito este que recebeu uma nova redação por parte da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº9394/96, lei que expõe o sistema educacional brasileiro.

Embora a Constituição Brasileira de 1988 garanta educação para todos o sistema educacional brasileiro apresenta problemas seculares. Problemas esses que estão relacionados ao fracasso escolar e tem contribuído com a repetência, o abandono escolar por falta de acompanhamento das políticas públicas .

No decorrer da pesquisa de campo foi examinado o Projeto Político Pedagógico de ambas as escolas objeto de investigação, o Regimento escolar se estão em consonância com a realidade do local se esses documentos foram produzidos por todos os membros da comunidade escolar: professores, administrativos, serviços gerais (SG), estudantes, pais ou responsáveis e comunidade, se o PPP e RE, são atualizados anualmente, investigar aplicabilidade desses aparatos institucionais e se a existência desses documentos é de conhecimento de todos.

Os questionários foram aplicados aos alunos e alunas de 3º EMI do ensino matutino, das Escola Estaduais Aldeia do Conhecimento Profª Ruth Gonçalves Prestes, tem um contingente de aproximadamente 42 discentes por turma.

Serão utilizados os seguintes recursos literários: A Constituição da República Federativa do Brasil, Art. 205; Constituição histórica da Educação do Brasil, Nádia G. Gonçalves; Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional Nº9394/96; o Parecer CNE/CEB Nº 11/00, Nº 03/10, Nº 04/10 e 07/10; Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, Conselho Nacional de Educação, Câmara Nacional de educação; Resolução CME/MAO Nº 07/11.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais e as Propostas Curriculares Nacionais, para o segundo segmento do PROEMI, indicado pela Secretaria de Educação, Diversidade e Inclusão – SECADI do MEC.

Tipo de Investigação

Este estudo é uma investigação de Método Comparativo, método empregado por Tylor, visto como o estudo das semelhanças, de enfoque metodológico do tipo qualitativo, dá ênfase às características: sociais, antropológicas, culturais e sociais, enfoques que engloba todo processo humano e enfoque quantitativo por estar baseado nas ciências naturais no rigor científico, empírica, conforme Lakatos e Gil (2003), permite examinar dados concretos. O Método comparativo é usado tanto entre grupos semelhantes, é realizado com as comparações, com o objetivo de verificar similitudes assim como explicar entre os grupos.

Esta pesquisa é comparativa, pois a investigação acontece no ambiente natural onde se encontram os fenômenos estudados. O campo de investigação para Minay (1994) é o recorte do pesquisador em termo de espaço, apresentando uma realidade empírica. A revisão literária é de suma importância para o pesquisador uma vez que este busca se aprofundar acerca dos estudos e interpretação de dados, além de direcionar a pesquisa.

Rufino (*apud* Alvarenga, 2014), destacam-se que quanto ao tratamente direcionado ao material de campo, o mesmo foi coletado e realizado pela pesquisadora, a fim de obter as respostas mais fidedignas na investigação.
Pesquisa de Campo, como instrumento para realização e obtenção de dados na investigação de campo foi realizada diretamente em duas Escolas da Rede Estadual de Ensino no Distrito Norte na Cidade de Manaus com estudantes do Ensino Médio Inovador, que estão regularmente matriculado no turno Matutino no Município de Manaus, Estado do Amazonas foram 4 (quatro) turmas de terceiros anos cada turma com 42 alunos sendo 2 turmas da Escola Estadual Aldeia do Conhecimento, 2 turmas da Escola Senador João Bosco.

Abordagem de Investigação

Esta pesquisa foi realizada, na cidade de Manaus capital do Estado do Amazonas, Brasil, a investigação foi realizada no decorrer dos anos 2017 e 2018, a cidade de Manaus foi fundado em 1669, está localizada a margem esquerda do Rio Negro. Manaus é uma cidade Histórica centro da Bella Epóque, localizada no centro da maior Floresta tropical do Mundo, pelo seu potencial de turismo e pelo ecossistema, Manaus está entre as dez cidades mais visitadas do Brasil, pertence a mesorregião do Centro Amazonense se destaca pelo seu patrimônio arquitetônico e cultural, com notáveis museus, teatros, igrejas, palácios e bibliotecas.

Manaus é a capital do Estado do Amazonas e o principal centro financeiro da região Norte. Está entre as seis capitais do país com maior arrecadação. Sua economia continua baseada na Zona Franca de Manaus e no Polo Industrial. É o município mais populoso da Amazônia, com uma população superior a dois milhões de habitantes, de acordo com a estimativa do IBGE (2015) é a sétima cidade com a maior população do Brasil. Manaus possui um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre as capitais brasileiras, com 0,737 pontos considerados altos.

As escolas que fizeram parte desta pesquisas foram Escolas Estadual Aldeia do Conhecimento Professora Ruth Gonçalves Prestes e Escola Estadual Senador João Bosco Ramos de Lima, foram escolas contempladas com verbas enviadas pelo PDDE interativo que incorporou as mais diversas inovações, novidades em suas etapas de elaboração, como parte de um processo de construção coletiva junto aos programas, que fazem parte do sistema. Todas as situações buscaram aproximar a interação do sistema com a realidade da escola, potencializando assim e melhorando o sistema de planejamento, o quanto a sistematização e interação dos projetos, é importante que aconteça um interface bem detalhado principalmente entre as instituições em relação aos seus recursos no contexto em que se encontrava o setor educacional na unidades escolares.

As escolas objetos da pesquisa estão localizadas na Zona Norte de Manaus que engloba 10 (dez) bairros com a Zona Leste macro zona ou seja zona de crescimento. Em 2010 (IBGE) contou que a região tinha mais de meio milhão de habitantes com renda média de 920,25 habitantes. É a área mais populosa, a exemplo do Viver Melhor que ocupa uma área total de 600Km do Município.

A Zona Norte contempla mais de 10 (dez) Bairros da Cidade Nova e a Nova Cidade são área bem valorizadas, enquanto as demais comunidades apesar de serem bem movimentada possui uma população de renda baixa. O bairro da Cidade Nova abriga mais de 100 mil moradores, possuindo uma vida urbana agitada, comércio, hospitais universitários, Sumaúma Park Shopping, igrejas, centro de convivência da família e terminais de ônibus. Na zona norte estão as escolas estaduais com melhores notas e aproveitamento do Estado do Amazonas Escola Estaduais Marcantonio Vilaça I e II, assim como a maior escola de Manaus com 42 (quarenta e duas salas de aulas José Belarmino Lindoso.

Construção do Plano de Ações Articuladas (PAR), pode ser utilizada pelo pddeinterativo@mec.gov.br. No PAR, pode constar no planejamento das ações da rede o ciclo correspondente ao período de 2016 a 2018. Já o Plano Integrado apresenta a proposta de solução para os problemas identificados no diagnóstico, referentes aos inúmeros temas financiados pelo PDDE. Existe uma equipe responsável de assessores das escolas no processo da construção.

Em fevereiro de 2017, quando foi entrevistado o Coordenador Regional no Amazonas, ele comentou que no primeiro ano do PROEMI no Estado do Amazonas, funcionou com poucas escolas, por ser somente um Projeto Piloto, Quando novamente questionado o coordenador disse que todas escolas trabalhavam com o Ensino Médio Inovador tanto nas escolas da capital (urbanas) quanto as escolas dos municípios (Rurais), no final do ano de 2016, foi então aprovado a figura do Novo Ensino Médio, ou seja, Ensino Médio Inovador.

Durante a implementação do PROEMI um dos maiores problemas foi a carência de professores com 40 horas, semanais e a forma como acontecem as trocas de gestores nas escolas e professores nesta instituições de ensino isso não acontece apenas na capital, nos municípios, e outros, o fantasma da falta de transporte escolar dentre outros problemas para operacionalização do Ensino Médio Inovador e o não cumprimento das datas estabelecidas no termo de adesão, o Secretário de Educação no época firmou compromisso aceitando atender todas as exigências do programa, se comprometendo até o terceiro ano de implantação do Ensino Médio Inovador em todas as escolas do estado.

Universo Pesquisado

O universo ou população investigada e definido como grupos de indivíduos, de característica semelhantes Rufino (*apud* Lakatos, 2010) participaram da pesquisa; pedagogos, articuladores professores e alunos do 3º ano do ensino Médio das Escolas Estaduais Aldeia do Conhecimento Ruth Gonçalves Prestes e Senador João Bosco Ramos de Lima , com a perspectiva de promover melhores resultados nos anos de 2017 e 2018.

O Distrito Norte contempla ao todo 27 (vinte e sete) escolas, dessas quatro escolas trabalham somente com ensino com diurno, foram escolhidas duas escolas como objeto desta pesquisa:

Foram objetos de pesquisa: 02 (duas) escolas, sendo a Escola Estadual Aldeia do conhecimento Profª Ruth Gonçalves Prestes Médio Porte ter apenas 22 sala de aula e Escola Estadual Senador João Bosco pequeno porte, por ter apenas 11 salas de aulas.

Escola Estadual Aldeia do Conhecimento Profª Ruth Gonçalves Prestes, número de alunos matriculados na escola 4717, a faixa etária desses educandos está entre 15 e 17 anos.

Escola Estadual Senador do João Bosco Ramos de Lima, número de alunos matriculados na Escola 1661, a faixa etária desse estudantes está entre 15 e 17 anos.

Amostra

Neste processo de investigação foram instigadas duas escolas da Coordenadoria Norte III, Neste processo foram investigados pedagogos, docentes e discentes, foi utilizado questionário com perguntas abertas e fechadas, esses questionários só foram aplicados com turmas dos anos finais da Educação Básica 3º ano.

Escola Estadual Aldeia do Conhecimento Profª Ruth Prestes Gonçalves

Na Escola Estadual Aldeia do Conhecimento Profª Ruth Prestes Gonçalves, foi aplicado um questionário com oito questões sendo sete questões

fechadas e uma aberta, dos 50 docentes que trabalham no turno matutino, 23 professores responderam o questionário,dos 280 estudantes, distribuídos em 7 turmas de 3º ano do Ensino Médio inovador cada turno, cada turma com aproximadamente 42 alunos, o questionário foi aplicado com os estudantes do turno matutino, 80 participaram da pesquisa do 3º ano do Ensino Médio Inovador, houve uma entrevista com o articulador e pedagogo da escola.

Escola Estadual Senador João Bosco Ramos de Lima

Na Escola Estadual Senador João Bosco Ramos de Lima, foi aplicado um questionário com oito questões fechadas e uma aberta, tem 4 turmas de 3º anos de Ensino Médio Inovador no turno matutino, cada turno,cada turmas com 42 discentes e responderam aos questionários também 84 educandos.

As duas escolas estudadas perfizeram um total de 164 estudantes, todos os participantes são do turno matutino nas duas escolas.

Instrumento de Coleta de Dados

Como recursos para coleta de dados, utilizou-se um questionário questões com oito questões fechadas e uma questão aberta com tópico voltados na temática a ser estudada, nas Escolas Estaduais Aldeia do Conhecimento Professora Ruth Prestes Gonçalves e Escola Estadual Senador João Bosco Ramos de Lima, também foi realizado relatórios produzidos pelos estudantes após a realização de cada atividade diversificada e interdisciplinar ou multidisciplinar, realizada pelos educandos onde os estudantes puseram suas opiniões a respeito das atividades realizadas, falaram dos pontos positivos, apontaram também os pontos negativos, explanaram o que poderiam ser melhorado nas atividades, também disseram que nas atividades literárias, eles aprendem muito pois são obrigados a pesquisar dentre outras coisas, as duas escola estão separadas por um muro.

No entanto ao adentrar em ambas as escolas é possível notar, que cada uma tem suas peculiaridade, existe lacuna tinha sido deixado pelo Ensino Médio tradicional precisavam ser preenchida, O Redesenho Ensino Médio Inovador, é um dos avanços que o Ensino Médio estava precisando no Brasil a educação.

Método de Abordagem

Para desenvolvimento da pesquisa foi utilizado o método comparativo de investigação dedutivo-hipotético; iniciou com de uma problemática relevante no que concerne no aprendizado e avaliação dos estudantes o Redesenho Curricular Ensino Médio Inovador nas escolas públicas do Estado do Amazonas na Cidade de Manaus, problema que poderá ser rejeitado ou não a partir da pesquisa de campo. Segundo Bonge (1974, *apud* Marcone e Lakatos): “Esse método tem como característica apontar possibilidades de solução partindo da premissa inicial”.

Tabulação e Análise de Dados

A partir das respostas dos questionários os dados foram organizados de forma sistemática em percentuais cujos resultados proporcionaram dados quantitativos para análise da problemática das hipóteses formuladas no começo da pesquisa.

MARCO ANALÍTICO

Histórico das Escola Estadual Aldeia do Conhecimento Ruth Prestes Gonçalves

A Escola Estadual Aldeia do Conhecimento Professora Ruth Prestes Gonçalves, Ato de Criação: Decreto nº 23443 de 2003, está situada na Av. Noel NUTELS nº 51 Cidade Nova I, Gestor: Paulo Sergio Ribeiro, Secretária da escola: Geize Mara Souza Galdino, Funciona com a modalidade de ensino: Ensino Médio Inovador e uma turma de Ensino Médio Técnico (PRONOTEC), nos turnos Matutino, Vespertino e Noturno. A Escola Estadual Aldeia do Conhecimento Profa. Ruth Prestes Gonçalves, foi inaugurada na gestão do governador Carlos Eduardo Braga, tendo como Secretária de Educação Roseane Marques Crespo Costa. A escola atende estudantes da Cidade Nova e áreas adjacentes, totalizando mais de dez bairros.

A patrona da Escola Professora Ruth Prestes Gonçalves é amazonense de Parintins, residente em Manaus, filha de Elias Simão Assayag e Guajarina Falcão Prestes, pedagoga e mestre em educação possui vasta experiências na educação do Estado do Amazonas, tanto ao que se refere rede pública quanto particular de ensino. Por seu desempenho e dedicação profissional, tem recebido inúmeras homenagens e condecorações. Ministrou aulas em cursos de pós-graduação nas Faculdades Martha Falcão, Objetivo e UEA. Além disso, ministra palestras em escolas públicas e particulares, divulgando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ocupou vários cargos em órgão públicos desde subsecretária de Educação à Presidente Substituta do Conselho Estadual de Educação. É membro da Academia de Ciências e Letras do Amazonas, é escritora e poetisa, tem vários livros publicados, também muitos artigos em jornais e revistas(Placa Inaugural da Escola, 2003).

A escola iniciou suas atividades em 08 de abril de 2003 com 1500 estudantes por turno, oferecia na época á comunidade ensino fundamental, Ensino Médio Regular e Projeto Tempo de Acelerar, totalizado sua matrícula inicial em um total de 3500 educandos por turno. Em 2004 e 2005, por conta da demanda, a Aldeia do Conhecimento trabalhou com anexo, a Escola Paula Matias, oferecendo o Ensino Fundamental, de 2006 a 2007.

Atualmente a escola oferece somente as modalidades do Novo Ensino Médio Inovador e o PRONATEC, a partir de 2013, a Escola Estadual Aldeia do Conhecimento, deixou de receber os alunos de Ensino Fundamental II (6º ao 9º). Quando passou a trabalhar somente com o Programa Ensino Médio Inovador.

Objetivo da Escola Aldeia: proporcionar a todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem um ambiente de transformação com qualidade onde possam desenvolver suas potencialidades através de um processo continuo de construção e reconstrução, buscando o pleno desenvolvimento da cidadania da ética e da moral para vida em sociedade, (fonte: acervos da escola).

Missão da Escola Aldeia: oferecer um ensino de qualidade, que possibilite o desenvolvimento cognitivo psicossocial e coletivo do aluno, numa forma holística visando à formação de cidadãos reflexivos criativos, participativos, solidários, promotores do bem-estar social,(fonte: acervo da escola).

Visão da Escola Aldeia: proporcionar ao educando o desenvolvimento de suas habilidades com fundamentações teóricas e praticas formando cidadãos responsáveis com plena consciência dos valores étnico, morais e de cidadania (fonte acervo da escola).

Valores da Escola Aldeia: amor, ética, solidariedade, espiritualidade, honestidade, verdade, justiça, lealdade, hombridade, compromisso, amizade e visão do ser humano como um ser holístico(fonte acervo de escola).

Plano de Ação na Aldeia: 2017/2018

Na Escola Aldeia do Conhecimento durante o ano de 2017/ 2018 foram realizados cinco macrocampos iniciação da pesquisa científica, foi feito uma abordagem, a respeito dos quilombolas da Cidade de Manaus, o mundo do trabalho: visitação as instituições educacionais dentre outros e ao final aconteceram uma exposições por parte dos alunos; O projeto protagonismo Juvenil é desenvolvido pelo Grêmio da escola juntamente com os professores de Educação Física, que são realizados durante semana jogos Interclasses, No projeto Produção e Fruição das Artes, aconteceu o Literarte, que envolve o estudo de obras literárias, entre outras atividades, e o Acompanhamento Pedagógico, cuja finalidade é desenvolver nos educandos o interesse pela aprendizagem. A dinâmica propõe uma nova forma de ensinar e aprender. A escola não delimita quantas atividades devem acontecer por bimestre, porém as atividades são desenvolvidas em comum acordo com os docentes

da escola e a nota que cada professor atribui fica a caráter de cada docente (acervo da escola, 2017/2018).

Meta 2017/2018: (fonte acervo da escola)

- Elevar o índice de aprovação e dessa forma reduzir a reprovação e abandono.
- Elevar a aprovação para 90%.
- Reduzir o abandono para 2%
- Superar o resultado das proficiência das avaliações em larga escala.
- Estimular a participação dos pais no processo ensino-aprendizagem.

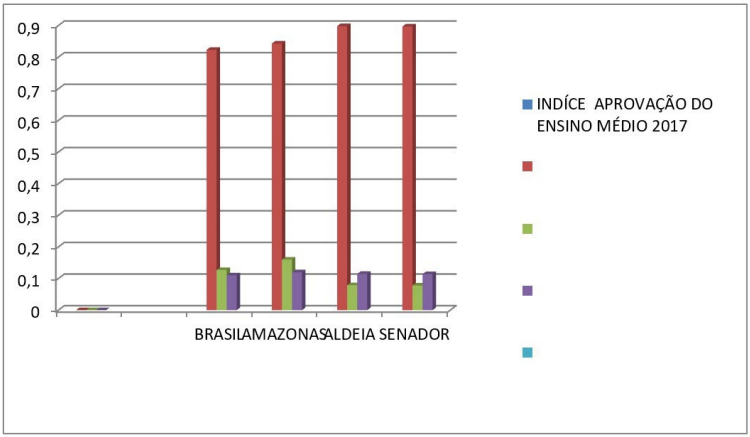
Tabela 1 - Taxa de aprovação.

Variáveis	2015	2016	2017
Brasil	78,3%	79,8%	82,3%
Estado Amazonas	79,7%	82,5%	84,3%
Escola (Aldeia)	88,8%	88,8%	89,8%
Escola (Senador)	86,6	87,8%	89,7%

Fonte: arquivos da escola estudada.

Índice de aproveitamento, reprovação e abandono nas escolas do Brasil,em especial as do Amazonas e as escolas que são objetos de estudo Escolas Aldeia do Conhecimento e Escola Senador João Ramos de 2017 são apresentadas logo abaixo:

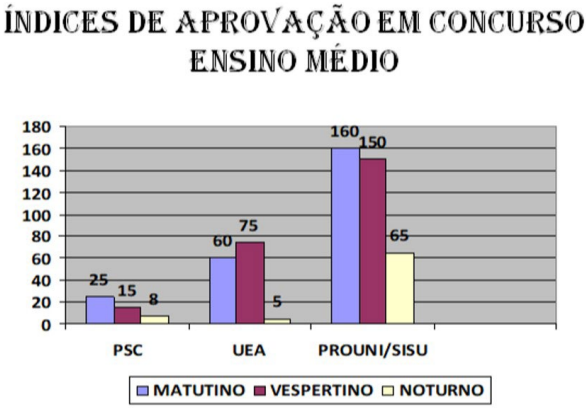
Gráfico 1 - Quadro de aproveitamento, reprovação e abandono.



Fonte: elaboração própria pesquisa INEP, Acervo das escolas.

Ao analisar a Taxa de Aproveitamento (aprovação) de todo o território brasileiro, é possível perceber um crescimento desde à implantação Programa Ensino Médio Inovador, basta examinar a tabela acima com as variáveis evolutivas da Brasil, da tabela Estado do Amazonas, e embora as duas escolas objeto da investigação estejam situadas em Manaus/AM é possível notar que desde a reformulação do ensino médio seja possível notar o crescimento nas avaliações externas, para que os estudantes tenham melhorado seu índice de aproveitamento (Rendimento) paulatinamente, dado as reformulações que tem passado o sistema de Ensino Brasileiro.

Gráfico 2 - Gráfico de aprovações de alunos em concursos e avaliações.



Fonte: arquivo da escola estudada.

Em 2017, 2200 (dois mil e dezentos) alunos foram 217 duzentos e dezessete aprovados nas universidades Públicas UFAM/UEA na Escola Aldeia do conhecimento, (Mostra de Painel da Escola Estadual Aldeia do Conhecimento). Em, 2017, 66 (sessenta e seis) alunos foram aprovados nas universidades públicas UFAM/UEA da Escola Senador João Bosco (Mostra de Painel da Escola Estadual Senador João Bosco Ramos de Lima).

Tabela 2 - Taxa de reprovação no Ensino Médio.

Variáveis	2015	2016	2017
Brasil	12,0%	12,0%	12,7%
Estado Amazonas	13,1%	12,4%	15,9%
Escola (Aldeia)	7,1%	8,2%	7,9%
Escola(Senador)	8,25%	8,23%	7,8%

Fonte: pesquisa da própria autora.

Tabela 3 - Taxa de Abandono do Ensino Médio da Escola Estadual Aldeia do Conhecimento Profª Ruth Gonçalves Prestes.

NÍVEL	2015	2016	2017
Brasil	6,7%	7,8%	11,0%
Estado Amazonas	12,9%	11,8%	12,%
Escola (Aldeia)	15,1%	12,3%	11,5%
Escola (Senador)	12,1%	12,3%	11,4%

Fonte: pesquisa da própria autora.

Histórico da Escola Estadual Senador João Bosco Ramos de Lima

Histórico da Escola Estadual Senador João Bosco Ramos de Lima, inaugurada no ano de 1984, Avenida Noel Nutels, a escola tem 12 salas de aula, a escola trabalha com o PROEMI desde o ano 2014, trabalhou 2015 e teve uma parada em 2016 quando a Plataforma teve uma paralisação para que houvesse uma reestruturação que aconteceu dezoito de novembro de dois mil de dezesseis, retomando suas atividades no mesmo mês em novembro de dois mil e dezesseis (Fonte: acervo da escola).

Objetivos da Escola Estadual Senador João Bosco: Transformar a escola em espaço de debates políticos-sociais suscitando e preconizando a descoberta de novos conhecimentos.

Missão da Escola Senador João Bosco: Propiciar conhecimento, atitudes e valores que tornem a comunidade escolar mais solidária, crítica e participativa em seu contexto social.

Metas da Escola Estadual Senador João Bosco (fonte acervo da escola).

- Elevar de 87,32% para 88% aprovação;
- Reduzir reprovação escolar de 8,25% para7%;
- Reduzir abandono escolar de 4,4% para3%;
- Elevar de 3,5 para3,8% a notado SEAB;
- Elevar de 5,8 para 6,0 a nota do SADEAM;
- Elevar de 50% para 60% a satisfação dos estudantes e comunitários;

- Elevar a satisfação de 72%para 80% a satisfação dos servidores;

De acordo com a articuladora do Ensino Médio Inovador do Médio Inovador na escola, professora Lisandra Mar, a escola teve seu Projeto Político Pedagógico aprovado pelo Conselho Estadual de Educação, também seu Regimento Interno Escolar, foi aprovado pelo Conselho. Educados e os professores realizam suas atividades nas 4 horas diárias, antes do PROEMI, já utilizavam a Pedagogia de Projetos[4]. Daí, então, não terem sentido tanta dificuldades para realização das aulas atrativas, utilizando o que outrora era denominado de Pedagogia de Projetos.

É importante que os professores trabalhem o Redesenho Ensino Médio Inovador de forma clara a contar pelo Projeto Macros[5], e assim ser aceitos e aplicados por todos os docentes da escola é de suma importância a aplicabilidade da interdisciplinaridade[6]. É de fundamental importância, tendo em vista que ao iniciarem sua atividades discentes na escola no primeiro ano do Ensino Médio, eles têm uma certa resistência quanto a metodologia aplicada e dificuldade de adaptação, mas logo se adaptam ao processo do sistema de ensino, haja visto que um número significativo professores, também apresentaram uma certa resistência, mas acabaram se envolvendo, nas atividades que são realizadas pela instituição uma vez que perceberam se tratar de uma metodologia inovadora, que atenua aprendizado significativo.

A Escola Senador João Bosco Ramos de Lima, trabalha quatro projetos por bimestre Iniciação Pesquisa Científica, O mundo do trabalho, O Protagonismo Juvenil (Grêmio), Produção e Fluição das Artes, Acompanhamento Pedagógica e Esportes.

De acordo com informações prestadas pela senhora Izabel, pedagoga da escola todos os bimestres são realizados quatro projetos, além de um projeto macro, que são Feira Literária, Feira Científica, todas essas atividades de forma interdisciplinar, de maneira que todos os estudantes estejam envolvidos e os docentes avaliam os educandos de forma interdisciplinar e aplicam uma nota, de acordo com o que foi acertado previamente com o corpo docente anteriormente, no mês de novembro de 2017, foi realizado uma exposição sobre as Diversidades Culturais e Consciência Negra, que foi

4 Pedagogia de Projeto: é um metodologia de trabalho educacional que tem por objetivo organizar a construção dos conhecimentos em torno de metas previamente definidas, de forma coletiva, entre educandos e professores.

5 Projeto Macro:

6 Interdisciplinaridade: processo de integração recíproca entre disciplinas, a interdisciplinaridade implica a existência de um conjunto de disciplinas interligadas e com relações definidas, que evitam desenvolver as suas atividades de forma isolada dispersa ou fraccionada.

aberto a comunidade. Em 2008, a Escola Senador foi contemplada com ISO 9001 – prêmio este que as instituições públicas ou empresas privadas eram contempladas pelo bom desempenho.

Tanto a Escola Aldeia do Conhecimento quanto a Escola Estadual Senador João Bosco trabalham com a mesma finalidade que é a de minimiza o índice reprovação, melhor aproveitamento dos estudantes no mercado de trabalho.

Estrutura Física das Escolas Pesquisadas

Estrutura da Escola Aldeia do Conhecimento

A Escola Estadual Aldeia do Conhecimento Professora Ruth Prestes Gonçalves, foi construída seguindo os padrões de qualidade e modernização estabelecida pelo Plano de Revitalização da Educação do Governo do Amazonas, a escola está composta por 76 dependências, distribuídas em 22 salas de aulas, diretoria, Secretaria, sala dos professores, sala dos pedagogos, biblioteca, auditório/refeitório, depósitos, um laboratório de informática, laboratório de ciências, salas de mídias, sala da APMC, quadra de esportes, estacionamento, banheiro dos educados e funcionários.

A Aldeia do Conhecimento Profª Ruth Preste Gonçalves, código do INEP 13084860, no ano de 2014 foi uma das escolas inserida no PROEMI é uma escola do município de Manaus, faz parte da Unidade Federativa do Estado do Amazonas, faz parte da Rede Pública Estadual, localizada na Área Urbana, no ano 2015 foi feito o Censo escolar para que assim fosse enviado o recurso do PROEMI, recurso equivalente a R$ 100.000,00 (Cem mil Reais) sendo capital R$ 30.000,00 (trinta mil reais), custeio R$ 70.000,00 (setenta mil reais), despesas prevista de capital R$30.000,00 e custeio 70.000,0, saldo: capital 0,00 e custeio 0,00.

Com intuito de minimizar a problemática da Unidade Escolar na elaboração da PRC ficou disposto as principais taxas do Censo Escolar, de educandos com aproveitamento, estudantes retidos, aqueles que deixaram de frequentar, através de tabelas e gráficos, que demonstraram as taxas de rendimento do Brasil, Estados e Municípios e da instituição, partindo dos gráficos para que assim de encontre as resposta a tantas questões educacionais.

Escola Estadual Aldeia do Conhecimento Professora Ruth Prestes Gonçalves:

- Vinte e duas salas de aula;
- Biblioteca, Secretaria e Sala de Informática e Sala de Mídias;
- Quatro banheiros para alunos com três divisórias;
- Dois banheiros para funcionários administrativos;
- Um depósito para merenda escolar;
- Um depósito de material didático pedagógico;
- Sala para a Direção;
- Secretaria;
- Sala para a administração;
- Sala para os professores;
- Sala dos técnicos
- Sala do Material do ensino Médio Inovador;
- Um auditório
- Uma cozinha e refeitório;
- Um pátio

De modo geral, as instalações físicas da Escola Aldeia do conhecimento seja um dos mais bem equipado que eu conheço, comportam as atividades e demandas emanadas da comunidade. No entanto, há necessidade de reforma e adaptação de espaços para promoção de maior bem-estar pedagógico às ações promovidas pelo corpo docente mesmo assim a escola é desprovida acessibilidade.

Estrutura da Escola Estadual Senador João Bosco Ramos de Lima

- Doze salas de aula todas equipadas com projetor multimídia;
- Uma diretoria com banheiro;
- Biblioteca, secretaria e sala de informática;
- Uma sala de multimídias;
- Uma sala de Educação Física com um banheiro feminino e um banheiro masculino;

- Dois banheiros para alunos um masculino e um feminino;
- Sala para os professores com banheiro;
- Sala dos técnicos
- Sala de coordenação de área;
- Um laboratório de Ciências

Sociografia da Comunidade Zona Norte

É uma região com maior número de habitantes de Manaus, os bairros da zona concentram um total de 501.05505 habitante.

A Zona Norte contempla um dos Bairros a Cidade Nova, nova Cidades que mais cresceram na cidade, nos últimos tempos é considerado um centro entretenimento da capital, entre os anos 2000 e 2010, a população de Manaus 28,2%.

O rendimento Escolar das Escolas Estudadas

Durante a aplicação do questionário para analise de questões inerentes ao aprendizado dos educandos do Redesenho Curricular Ensino Médio Inovador nas escolas objeto da pesquisa onde realizamos todas investigações relevantes e aparentemente não relevante, foi realizado levantamentos documentais sobre o aproveitamento do estudo dos anos de 2017 a 2018, daí então foi possível notar que os educando precisam de um facilitador e que a partir dos planos de aula, trabalhos com projetos e compromissos é possível um Brasil com uma é educação de qualidade (Fonte: acervo da escola).

Tomando por base os dados obtidos foi realizado a formulação de gráficos de rendimento que possibilitaram um olhar mais claro e facilitado no campo da pesquisa.

Caracterização Geral do PROEMI na Rede de Ensino e suas Implicações sobre as Escolas Estudadas

O Ensino Médio Inovador é realizado pela Secretarias de Educação Estaduais e Distrital são custeadas e tem apoio técnico e financiado através do PDDE como forma de garantir a execução de seus projetos de reestruturação do EMI. Haja vista que de acordo com o Oliveira O MEC com está proposta do Ensino Médio Inovador, Convida o Ensino Médio para o Palco das discussões na sociedade e dos sistema de ensino, o que fez houvesse uma retomada e se voltasse o pensamento ao é que justamente o Novo Ensino Médio que tenha nascido através de portaria acompanhando o Novo ENEM.

Sendo o Ensino Médio Inovador e uma escola jovem e seus componentes curriculares precisam ser de elementos criativos e interativos voltados as questões da razão, as questões emocionais é preciso estimular o lado criativo e interativo dos educandos, levando-os educandos a interagir entre emoção e racionalidade ou então esse se fechará cada vez mais para o conhecimento, no Brasil Ensino Médio Inovador é a etapa final da educação básica (Carneiro, 2011, p. 423).

O Cenário da Entrevista

As entrevistas foram realizadas durante o mês de maio de 2018 com aval [7] dos diretores das Escolas Estaduais Professora Ruth Gonçalves Prestes, professor Paulo Santos e a diretora da Escola Estadual Senador Jõao Bosco Ramos de Lima, professora Roqueline.

Participaram da realização desta pesquisa que aconteceu uma Escola Aldeia do Conhecimentos, a pedagoga do turno matutino, a articuladora PROEMI, vinte e três professores do turno matutino do contingente de 50 docentes, e 83 do alunos de terceiro ano do Ensino Médio Inovador do turno matutino da Escola Estadual Aldeia do Conhecimento. Também contribuíram participando da pesquisa a Pedagoga, a articuladora, da Senador João Bosco, 15 professores do turno matutino do total 20 docentes, e um número equivalente a 43% dos educandos regularmente matriculados de manhã no Ensino Médio Inovador escola estadual Senador João Bosco Ramos de Lima.

7 Aval: autorização

Houve um levantamento que, foi realizado com duas turmas de 3º ano, das duas escola objeto da pesquisa, perfazendo uma população de 164 educandos, nesta abordagem panorâmica foram elencados os estudantes de 3º ano de Ensino Médio, das duas escolas sendo, a escola estadual Aldeia do conhecimento de médio porte, enquanto a Escola Estadual João Bosco de Lima escola de pequeno porte, por ter apenas 11 salas de aulas, a pesquisa se deu com a etapa final da Educação Básica duas turma e 3º ano.

Durante a pesquisa foram utilizados documentos como:

- Regimento geral da Escola do Amazonas
- Regimento da escola
- Histórico da escola
- Projeto Político Pedagógico
- Plano Nacional de Educação
- Projeto de Gestão Participativa dentro de um Universo Pluralizado.
- BNCC do Ensino Médio

Foram aplicados 3 questionários, um questionário para a pedagoga da escola (anexo 5) contendo 9 questões, questionário para professores (anexo 6) contendo 13 questões e questionário aplicado aos alunos (anexo 7) com 9 questões.

Discussão dos Resultados da Pesquisa

Neste capítulo, acontece a interpretação dos dados coletados em campo a respeito do objeto de pesquisa, esta investigação aconteceu através da aplicação de questionário, relatórios, entrevistas, junto aos estudantes, coordenadores do PROEMI, gestores, pedagogos, articuladores, professores e educandos, de fevereiro de 2017 a 2018, o que tornou mais fácil a tabulação dos resultados encontrados entre as escolas investigadas.

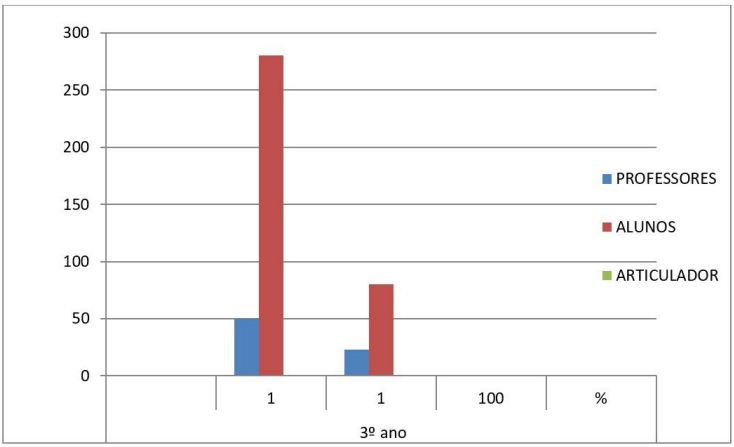
Resultados comparativos: Escola Estadual Aldeia do Conhecimento Profª Ruth Prestes Gonçalves x Escola Estadual Senador João Bosco de Lima

Tabela 1 - Escola Estadual Aldeia do Conhecimento Profa Ruth Prestes Gonçalves.

Participantes da pesquisa	Quantidade no Matutino	Amostra da Pesquisa	Percentual %
Professores	50	23	43%
Aluno	280	80	28,5%
Articulador	01	01	100%
Pedagogo	01	01	100%

Fonte: a própria autora.

Gráfico 1 - Quadro de docentes, pedagogo, articulador e discentes, os discentes matriculados no 3º ano do Programa Ensino Médio Inovador- 2017/2018. Escola Estadual Aldeia do Conhecimento Prof.ª Ruth Prestes Gonçalves.



Fonte: elaboração própria.

Na Escola Aldeia do Conhecimento Profª Ruth Prestes Gonçalves dos 43% por cento dos professores que trabalham no turno matutino participaram

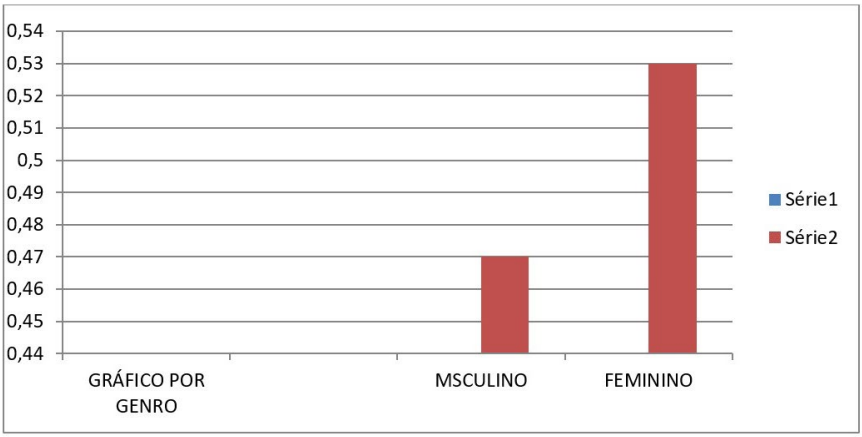
desta pesquisas e responderam ao questionários os discentes 28,5%, também deram suas contribuições respondendo o questionário conforme constam na tabela acima, articulador 100% e pedagogo 100% expuseram seus posicionamento sobre o Redesenho do Ensino Médio Inovador Curricular do ensino Médio Inovador.

Tabela 2 - Composição da amostragem por gênero. Escola Estadual Aldeia do Conhecimento Profª Ruth Prestes Gonçalves.

Variáveis	Quantidade	Percentual
Masculino	37	47%
Feminino	43	53%
Total	80	100%

Fonte: a própria autora.

Gráfico 2 - Quadro de Gênero Masculino e Feminino 2017-2018, Escola Estadual Aldeia do Conhecimento Profª Ruth Prestes Gonçalves.



Fonte: a autora

O gráfico de gênero demonstra o número de discentes participantes da investigação, gênero feminino é maior que os de gênero masculinos, muito embora esse percentual, em número de estudantes em termo de gênero feminino, não se torna relevante.

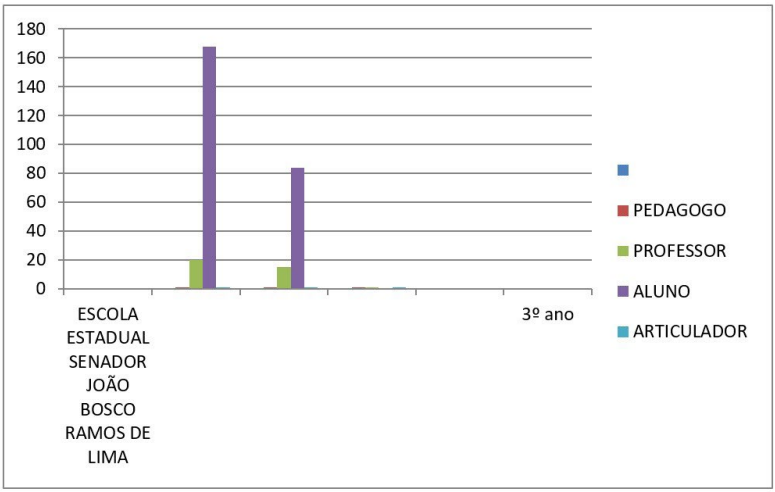
A tabela demonstra o número de discentes participantes da investigação por gênero feminino é maior que os de gênero masculinos, muito embora esse percentual, em número de estudantes em termo de gênero ou feminino, não se torne relevante.

Tabela 3 - Composição da amostragem Escola Estadual Senador João Bosco Ramos de Lima.

Participantes da pesquisa	Quantidade no matutino	Amostra da pesquisa	Percentual %
Professores	20	15	75%
Educandos	168	84	37%
Articulador	01	01	100 %
Pedagogo	01	01	100 %

Fonte: a própria autora.

Gráfico 3 - Quadro de docentes, pedagogo, articuladores e discentes, os discente estão matriculados no 3º ano do Programa Ensino Médio Inovador- 2017/2018. Escola Estadual Senador João Bosco Ramos de Lima.



Fonte: elaboração própria.

Os dados estão organizados através de tabelas e gráficos de forma que apresente mais clareza e objetividade dos resultados analisados.

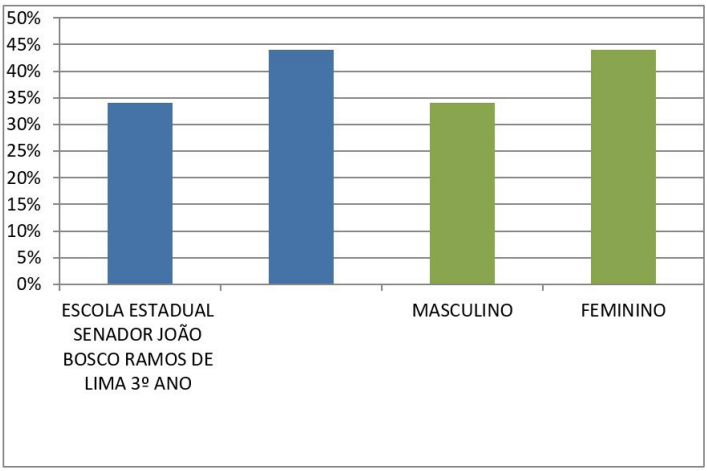
Este quadro corresponde a Escola Estadual Senador João Bosco Ramos de Lima 75% por cento dos docentes que atuam no turno matutino participaram desta pesquisas e responderam ao questionários, os discentes 37%, também deram suas contribuições respondendo os questionários conforme constam na tabela acima, articulador 100% e pedagogo 100% expuseram seus posicionamento sobre o Redesenho do Ensino Médio Inovador Curricular do ensino Médio Inovador.

Tabela 4 - Composição da amostra por gênero. Escola Estadual Senador João Bosco Ramos de Lima.

Variáveis	Quantidade	Percentual
Masculino	37	44%
Feminino	47	54%
Total	84	100%

Fonte: a própria autora.

Gráfico 4 - Composição da amostra por gênero. Escola Estadual Senador João Bosco Ramos de Lima.



Fonte: a própria autora.

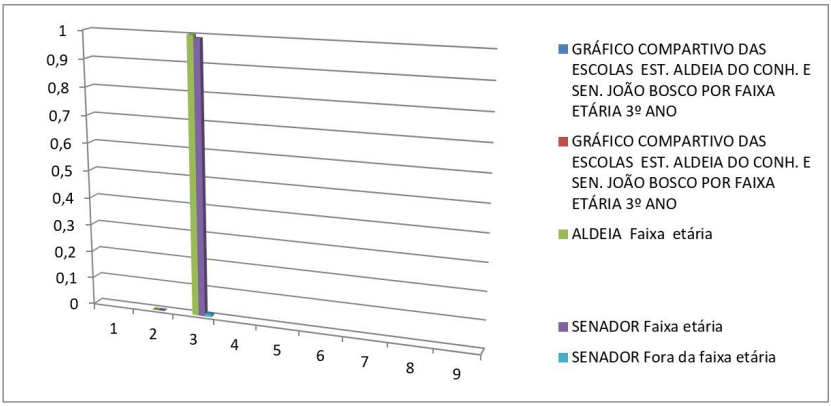
O gráfico de gênero demonstra o número de discentes participantes da investigação, gênero feminino é maior que os de gênero masculinos, mesmo assim esse percentual, em número de estudantes em termo de gênero feminino, não se torna relevante.

Tabela 5 - Comparativo de alunos por faixa etária. Demonstração de Tabela Comparativa de Estudantes Pesquisados por Faixa Etária.

Escola	15 anos	16 anos	17 anos	18 anos
Aldeia do Conhecimento	0	0	80	0
Senador João Bosco	0	0	83	01
Total	0	0	163	1

Fonte: dados da pesquisa da própria autora.

Gráfico 5 - Quadro comparativo das faixas etárias dos alunos das escolas estudadas; Escolas Estadual Aldeia e Escola Estadual Senador João Bosco x Aldeia do Conhecimento.



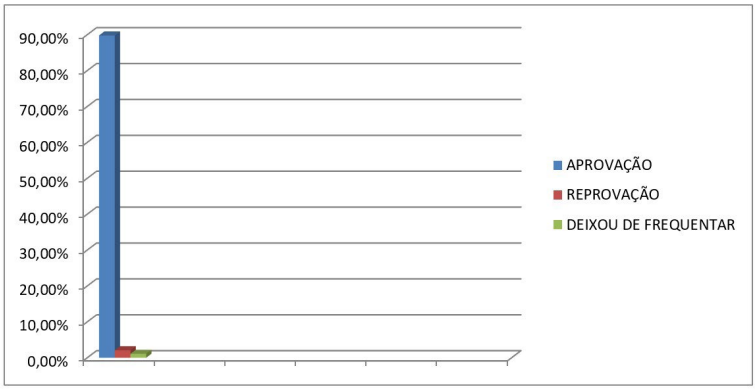
Fonte: dados da pesquisa da própria autora

Ficou estabelecido que os discentes de 3º ano, que participaram da investigação demonstram que 100% dos participantes da pesquisa da Escola Aldeia do Conhecimento Profª Ruth Gonçalves Prestes todos estão na faixa etária de 15 aos17 anos de idade, estando portanto, dentro a faixa etária exigida pelo MEC, no entretanto nos demais turnos vespertino e principalmente no noturno ainda é possível encontrar uma distorção idade série.

Também ficou estabelecido que os discentes das turmas de 3º ano, que participaram da investigação respondendo aos questionários, que foram transformados em gráfico, para demonstrar que 99% dos participantes da pesquisa da Escola Senador João Bosco Ramos de Lima apenas 1% está fora da faixa etária dos estudantes, portanto, da exigências feita pelo MEC o que não seria relevante, porém não se pode esquecer que tanto no turno vespertino quanto no ensino noturno existe a distorção entre idade e série.

Os discentes que participaram da pesquisa responderam questões a respeito da contribuição e impactos causados pela larga escala no processo de ensino aprendizagem. As respostas dos questionários estão apresentados através de gráfico de acordo com dados obtidos e interpretados.

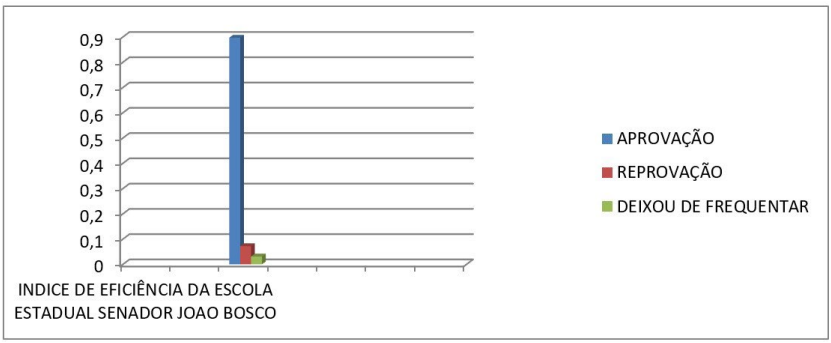
Gráfico 6 - Taxa de aprovação e reprovação da Escola Aldeia do Conhecimento. Escola Estadual Aldeia do Conhecimento Profª Ruth Prestes Gonçalves 2017.



Fonte: pesquisa da própria autora.

Durante o ano de 2017 com a aplicação dos Projetos Macros (Literartes), Projetos Micro classes, interclasse, Feira Literaria, Feira das Nações, o Grêmio estudantil e Projeto Protagonismo Juvenil, a utilização dos Laboratório de Química, Biologia e Física, Salas de tecnologias, os recursos, as metodologias tem feito com que os índices de aproveitamento a partir do Programa Ensino Médio Inovador, nesta escola tenha aumentado e continue se fortalecendo.

Gráfico 7. Quadro de aprovação e reprovação. Índice de Eficiência Escola Estadual Senador João Bosco Ramos de Lima 2017.



Fonte: a própria autora.

Durante o ano de 2017/2018 aplicação de vários Planejados na Semana Pedagógica; dos Projetos Macros (O Literartes), Micros projetos como é

o caso do interclasse, Feira Literária, Feira das Nações, o Grêmio estudantil e Projeto Protagonismo Juvenil, a utilização dos Laboratório de Química,Biologia e Física, Salas de tecnologias, os recursos, as metodologias e planos tem feito com que os índices de aproveitamento a partir do Programa Ensino Médio Inovador, nesta escola tenha aumentado e continue se fortalecendo, dinamizando o ensino.

Entrevista com as Pedagogas das Escolas e estudo

Entrevista com as Pedagogas da Escola Estadual Aldeia do Conhecimento

A entrevista com a pedagoga da Escola Estadual Aldeia do Conhecimento Profª Ruth Gonçalves Prestes, foi realizado em cinco de fevereiro de dois mil e dezoito, cuja faixa etária e de trinta e pouco anos de idade, graduada em pedagogia, pós-graduada e especializada em educação, atua na educação há dois anos.

Sua experiência com o EMI é de somente dois anos, aos questioná-la sobre como acontecem as orientações do planejamento e trabalhos dos conteúdos com os docentes, ela discorreu que todo o processo se dá através da proposta pedagógica curricular.

A pouca experiência no EMI apresentou-se com ponto primordial para da fragilidade na organização do planejamento pedagógico e a pouca experiência contextual deste com as necessidades dos discentes.

De maneira, que o fazer pedagógico ficou extremamente dependente das práticas dos professores, fato leva a um entendimento da diversidade de resultados obtidos pelas turmas.

Ao ser questionada sobre quais os indicadores de qualidade utilizados para verificar o aprendizado e o sucesso dos educandos do Ensino Médio Inovador a pedagoga relatou que faz a análise dos indicadores através do levantamento da frequência e notas dos educandos.

Este procedimento se apresenta pouco ou ineficaz pois não garante e não atende aos parâmetros avaliativos indicados na própria proposta curricular oficial da rede de ensino que nos leva a observação e análise atitudinal dos educandos de forma que forma de que se obtenha os resultados necessários à significação dos conteúdos das disciplinas que são aplicadas em sala de aula.

Quando novamente questionado como diferenciado EMI de outras modalidades de ensino, a pedagoga respondeu que o perfil de discentes do Ensino Médio Inovador é baseado no fato desse estudantes adolescentes na faixa etária correta tirando um ou outro que foge a esta regra isso acontece mais com os discentes dos turnos vespertino e noturno que pela manhã quase não acontece.

Daí então questionada sobre o que a SEDUC sugere quanto as especificidade do EMI e de que forma deve ser trabalhada, a pedagoga disse que a SEDUC, salienta que as turmas do EMI sigam a Proposta Curricular, de acordo com a BNCC,e as aulas sejas desenvolvidas de forma aulas atrativas dinâmica onde o professor seja o facilitador, visando atender as especificidade de cada estudante, o educando deve ser o construtor do seu conhecimento.

Entrevista com a pedagoga da Escola Senador João Bosco Ramos de Lima

No decorrer da entrevista com a pedagoga da instituição escolar Senador João Bosco Ramos de Lima que foi realizada no dia vinte e cinco de maio de 2018, cuja faixa etária é trinta de quarenta anos de idade, graduada em pedagogia, pós-graduada e especializada em educação, atua na área da educação dez meses, como pedagoga do Ensino Médio Educador a mesma nunca recebeu nenhuma formação de como desenvolver o trabalho com o EMI.

Durante a entrevista a pedagoga disse que tem pouca experiência com ensino médio inovador o que apresentou-se como um dos principais fatores para compreensão da fragilidade da organização do planejamento pedagógico dado a pouca pertinência contextual deste com as necessidades dos educando e docentes.

A pedagoga disse não saber muito do Ensino Médio Inovador, ao questioná-la sobre como são feitas as orientações do planejamento e trabalho

dos conteúdos com os professores, ela respondeu que todo o processo se dá através da proposta pedagógica curricular que os professores segue e também recebe suporte por parte da diretora atual que era a antiga pedagoga da escola.

A pouca experiência das pedagogas de ambas escolas com o ensino médio inovador mostrou-se um fator fundamental para compreensão da fragilidade da organização do planejamento pedagógico e a pouca pertinência contextual deste com as necessidades dos educandos e a falta firmeza em suas tomadas de decisão.

Dessa forma, o fazer pedagógico tem permanecido extremamente dependente do apoio recebido pela gestora e do conhecimento e prática dos professores, fato que ajuda a compreender a diversidade de resultados obtidos pelas turmas.

Ao ser questionada sobre quais os indicadores de qualidade utilizados para verificar o aprendizado e o sucesso dos educandos do Ensino Médio Inovador a pedagoga relatou que faz a análise dos indicadores através do levantamento da frequência e notas dos educandos e antes do fechamento de cada bimestre fazem um pré conselho e assim analisar e chamar os pais dos discentes em situação de evasão, notas baixa, a fim de reverter tais situações.

Este procedimento se mostra tem mostrado eficaz por o garantir e atentar para alguns parâmetros avaliativos indicados na própria proposta oficial da rede de ensino que aponta a observação e análise atitudinal dos educandos a fim de que se obtenha os subsídios necessários à significação dos conteúdos das disciplinas que serão trabalhadas em sala de aula.

Quando então inquerida de que forma dissociado EMI de outras modalidades de ensino, a pedagoga respondeu que o perfil de discentes do Ensino Médio Inovador é baseado no fato de estudantes adolescentes na faixa etária correta tirando um ou outro que foge a esta regra é na maioria dos caso os alunos do turno noturno.

Então questionada sobre o que a SEDUC sugere quanto as especificidade do EMI e de que forma deve ser trabalhada, a pedagoga relata que a SEDUC salienta que as turmas do EMI sigam a Proposta Curricular, e as aulas sejas desenvolvidas de aulas atrativas dinâmica onde o professor seja o facilitador, visando atender as especificidade de cada estudante.

Entrevista com os Professores das Escolas

Escola Estadual Aldeia do Conhecimento Profª Ruth Gonçalves Prestes

A entrevista com os professores (anexo 6) da instituição escolar objeto desta pesquisa Escola Estadual Professora Ruth Gonçalves Prestes, foi realizada durante o mês de maio do corrente de 2018, com vinte e três docentes que trabalham diretamente com os alunos do Ensino Médio Inovador dos cinquenta professores vinte três participaram desta pesquisa.

A faixa etária destes professores entrevistados, vária entre 21 anos a 50 anos de idade, 6 estão na faixa etária de mais de quarenta anos de idade e uma vasta experiência na educação, porém necessitam de acompanhamento e formação para atuar com o PROEMI, um professor comentou que quando houve treinamento para os professores trabalharem com o PROEMI.

Educadores com mais de 20 anos de trabalho na educação foram excluídos dessa formação, por serem muito antigos no sistema no sistema deducional e a Secretária de Educação entente, que ao completar 25 anos de serviço esses docentes, podem solicitar aposentadoria, o que nem sempre é verdade, muitos continuam trabalhando sem menor orientação ou conhecimento metodológico do PROEMI, dos vinte três educadores apenas um tem menos de cinco anos de experiência com o Ensino Médio Inovador está atuando na área da educação pela primeira vez.

Os demais têm mais de oito ou dez anos de experiência no magistério também é possível encontrar professores com mais de 26 anos atuando sem intenção de se aposentar, porém com a modalidade do Ensino Médio Inovador, estão trabalhando a pouco mais de cinco anos.

Dos vinte e três professores que atuam na modalidade do PROEMI somente vinte docente, dos cinquenta docentes do turno matutino participaram da proposta para elaboração do projeto multidisciplinar, juntamente com a Coordenadora Pedagógica do Distrito Norte VI Pedagoga Raimunda.

A Escola Estadual Aldeia do Conhecimento Professora Ruth Prestes Gonçalves compõe o seu quadro de professores no turno matutino 50 docentes, desses,vinte e três professores participaram da pesquisa e responderam aos questionários sendo 3 professor e 11 professoras, à faixa etária do corpo docente é a seguinte professores com idade entre 20 e 30 anos a quantidade são 6 (seis), professores com idade entre 30 e 40 anos são 5 (cinco) professores, de 40 a 50 anos 13 professores com mais de 50 que perfaz a quantidade de vinte e três educadores, quanto a formação dos docentes que fizeram parte da pesquisa cinco docentes são graduados, treze educadores são pós-graduados em suas áreas e especializados em suas áreas de atuação, dentre estes 4 são mestres e nenhum tem doutorado, perguntados sobre o tempo de trabalho na educação oito professores disseram que trabalham na educação 1 a 5 anos, dez docentes responderam que já trabalham de 5 a 10 anos, somente dois educadores disseram ter mais de 16 anos trabalhando na educação, quando questionados o tempo de experiência com o EMI dos vinte e três professores, somente um respondeu que estava trabalhado pela primeira vez os demais responderam que já trabalham desde 2014.

Quando perguntados quanto tempo de experiência tinham com o Ensino Médio Inovador (PROEMI), vinte e três disseram que trabalham há cinco anos, desde que foi implantado na escola em 2014, um dos professores entrevistados disse estar trabalhando com o PROEMI pela primeira vez, perguntados aos vinte e três professores entrevistados se há clareza nos objetivos e diretrizes dos PROEMI desenvolvida pela SEDUC 10 (dez) professores responderam que não, cinco educadores disseram que raramente os objetivos e diretrizes Ensino Médio Inovador foram explicados e nem mesmo os organizadores do Programa Ensino Médio Inovador, conseguiam ser claros do porque precisava acontecer tal mudança na quele momento.

Os professores só conseguiam entender que a escola iria receber R$ 1.000,00 e que esse valor precisava ser gasto em determinado momento. No delineamento da pesquisa, foi questionado aos educadores se o modelo de planejamento atendia às suas necessidades. Oito docentes responderam que o planejamento atende às suas necessidades; oito professores afirmaram que não atende; e sete docentes disseram que, raramente, o planejamento adotado atende às suas necessidades. Quando questionados sobre a disponibilidade de materiais para o atendimento ao EMI, seis professores disseram que sim, que há materiais disponíveis; sete foram enfáticos ao relatar que raramente há materiais; e oito docentes

responderam que não há disponibilização de materiais específicos para trabalhar com o EMI. Também foi perguntado aos docentes se havia formação continuada em serviço para os professores do EMI. Vinte e dois educadores responderam que não. Um professor afirmou que sim, tendo participado de nove formações com enfoque nos macrocampos e na aprendizagem. Outro professor relatou que, às vezes, há formação em serviço para o EMI.

Há docentes que relataram atuar com o EMI sem terem passado por nenhuma formação específica. Muitos educadores que trabalham com o Ensino Médio Inovador são profissionais em início de carreira. Os docentes também afirmaram que necessitam de formação continuada sobre como trabalhar com o EMI, o que não ocorreu de forma clara, uma vez que os formadores demonstravam insegurança durante os processos formativos.

Os professores foram enfáticos em dizer que segue a orientação dos demais professores, poia articuladora quase não repassa informação, pelo mesmo motivo não recebe nova orientações, mesmo assim os trabalhos são cobrados por área de conhecimento.

No decorrer da entrevista alguns professores comentaram que houve uma formação para os professores que ia trabalhar com PROEMI isso aconteceu em 2014, porém muitos professores já se aposentaram e aqueles que tinham mais de vinte anos de trabalhos na educação foram excluídos da formação. Perguntados aos docentes se o modelo de planejamento adotado atendia às necessidades pedagógicas dos estudantes. Os entrevistados relataram que o planejamento só atende em parte as necessidades dos professores e educandos. Alguns professore foram incisivos em dizer que o planejamento adotado não atende suas realidades dos docentes e muito menos as necessidades dos estudantes.

Um determinado número de professores, relataram que o planejamento, embora não atenda em sua totalidade, ele serve de suporte para os professores e alunos. Outros disse que surgem novas orientações, algumas totalmente deferentes das que foram praticadas no ano anterior. Tem o caso de docentes que relatam que veem o planejamento apenas como preenchimento de papeis e não um momento de interação entre os educadores a procura de encontrar novos caminhos e recursos,para melhorar o contexto educacional.

Houve citações como a cobrança exacerbada no cumprimento do Currículo Minimo de acordo com a BNCC (Base Nacional Curricular Comum),

que chegam ser extensos e incompatíveis com as necessidades e o tempo em sala de aula, também falaram o diário digital auxiliou bastante seus trabalhos, porém a Secretária de Educação não investiu equipamentos tecnológicos.

Ao serem indagados respeito da disponibilização de materiais específicos para a execução dos trabalhos e projetos do PROEMI, alguns docentes disseram que não havia disponibilização de materiais específicos, durante a apresentação dos projetos alunos e professores acabam tirando dinheiro do próprio bolso, e assim acontece os projetos, os professores também enfatizaram que tem os livros didáticos, mas que em algumas disciplinas não contemplam os conteúdos programáticos e não tem como fazer adequações.

Os docentes ainda relataram que a escola só disponibiliza o livro didático e que trabalham só básico também disseram que os materiais que a escola dispõe atende as necessidade dos alunos de forma moderada, O professor de Artes e Língua inglesa afirmaram que não tem como dinamizar suas aulas se os materiais que possui são insuficiente, e ainda tem o fator disciplinar que é reforçado pelo grande numero de discentes dentro das salas de aula que pode atingir 50 discente, enquanto lei diz que são 35 anos por sala de aula.

Os professores de inglês, em seus relatos completaram dizendo que nas aulas de inglês tem apenas dez dicionários para atender vinte e duas turmas, observamos que estes professores não tem nem o básico para realizar suas tarefas.

Aos serem questionados sobre qual impacto da infraestrutura escolar sobre seu trabalho, as resposta foram as mais diversas. Há reclamação sobre a falta de um auditório, a sala de informática que vive fechada, falta de espaço especifico para as aulas práticas de artes, mesas e cadeiras quebradas, equipamentos ou em desuso, biblioteca desorganizada, desatualizada e fechada entre outros.

A sala dos professores não comporta todos os professores. A falta ambiente para estudo e HTP (Horas de Trabalhos Pedagógicos) dos professores, a sala de informática os computadores não funcionam por falta de manutenção, a sala de mídia não tem coordenador e permanece muito tempo fechada.

Quando questionados como avaliam o perfil dos estudantes, os professores demonstraram de maneira específica ao encarar isso como um

problema. Grande parte dos professores demonstram estar desestimulados com a própria carreira e com a dificuldades de aprendizado dos seus alunos. Ressaltam que muitos dos jovens, ainda buscam um motivo para estudar, enquanto outro docente professor disse que os jovens chegam a escola e tem os mais variados perfis: os que querem aprender, apesar das dificuldades, e aqueles que por algum motivo não demonstram nenhum interesse.

Ao pedir aos professores que avaliassem seus próprios trabalhos alguns disseram que estão evoluindo e buscando o melhor aprendizado para que estejam instrumentalizado à atividade docente. Enquanto outros disseram que procuram ensina os estudantes, o que consideram essencial para que eles dar continuidade a seus estudos na universidade.

Há docentes que veem a situação social do país como um obstáculo ao desenvolvimento educacional do meio em que trabalham mesmo assim mantém o desejo de contribuir com o desenvolvimento do estudante como um todo.

De tal forma, que verificamos uma multiplicidade de fatores que se voltam atuação dos professores da escola estudada, no decorrer da pesquisa encontramos as mais diversificadas concepções sobre sociedade, o processo educacional e as expectativas de vida. Encontramos muitas investigações que trabalharemos mais adiante conjuntamente com os dados quantitativos da pesquisa.

Entrevista com professores Escola Senador João Bosco Ramos de Lima

A entrevista com os docentes (anexo 6) uma das instituições escolar objeto desta pesquisa foi realizada durante o mês de maio do corrente de 2018, na Escola Estadual Senador João Bosco Ramos de Lima compõe o seu quadro de professores no turno matutino 20 docentes, destes, 15 professores participaram da pesquisa e responderam aos questionários sendo 4 professores e 11 professoras, à faixa etária do corpo docente é a seguinte, professores com idade entre 20 e 30 anos a quantidade são três, professores com idade entre 30 e 40 anos são cinco professores, de 40 a 50 anos cinco professores, e educadores com mais de 50 anos 2 dois o que perfaz a quantidade de 15 (quinze) educadores, quanto a formação dos docentes que fizeram parte da pesquisa cinco docentes, são graduados, dez educa-

dores são pós-graduados em suas áreas e especializados em suas áreas de atuação, dentre estes 2 são mestres e nenhum tem doutorado, perguntados sobre o tempo de trabalho na educação 8 (oito) professores disseram que trabalham na educação de 1 a 5 anos, os outros sete docentes responderam que já trabalham de 5 a 10 anos, na educação,quando questionados o tempo de experiência com o EMI dos quinze que participaram da investigação três responderam que estavam trabalhando com EMI pela primeira vez os demais responderam que já trabalham desde 2014, alguns professores entrevistados disseram estar trabalhando com o PROEMI pela primeira vez, perguntados aos se há clareza nos objetivos e diretrizes dos PROEMI desenvolvida pela SEDUC (dez professores responderam que não lhes foi repassado, cinco educadores disseram que raramente os objetivos e diretrizes Ensino Médio Inovador foram explicados e nem mesmo os organizadores do Programa Ensino Médio Inovador, nem mesmo eles conseguiam ser claros, do porquê era necessário naquele momento acontecer tal mudança.

Os professores só conseguiam entender que a escola não poderia deixar receber R$ 1.000,00 e precisava ser gasto em um determinado momento por isso era necessário que professor todas as área do conhecimento Produzissem um projeto e que este fosse enviado ao SEDUC/MEC para análise e futuras aprovações dos projetos Macros, os professores em algum momento, no durante da pesquisa foram questionados se o modelo de planejamento atendia as necessidade deles e dos estudantes, oito docentes responderam que o planejamento atende suas necessidades, sete professores responderam que não atende suas necessidades.

Quando questionado se há disponibilidade de materiais para atender o EMI, seis professores disseram que sim tem materiais disponíveis, sete docente foram enfático em relatar raramente tem materiais, dois docentes responderam que não há disponibilização de materiais específicos para trabalhar com EMI e que precisam tirar recursos do próprio bolso assim com os discentes principalmente para realização dos projetos; foi perguntado se os docentes tinha Formação Continuada em Serviço para poder trabalhar com o EMI, os quinze educadores responderam que não, e que a formação que aconteceu foi uma formação excludente onde os professores com mais de vinte anos na educação foram excluído, por já estar perto de se aposentar.

Os professores em seus relatos completaram dizendo que nas aulas em suas não tem o mínimo de recurso mas buscam sempre dá o seu melhor promovendo os projetos sistematizado durante a Jornada Pedagógica no iní-

cio de cada ano, observamos que estes professores não tem nem o básico para realizar suas tarefas mesmo assim procuram fazer o seu melhor.

Aos serem questionados a respeito de quais os impactos da infraestrutura escolar sobre seus trabalhos, as resposta foram muitas, falaram da falta de um auditório, da sala de informática que vive fechada por falta de profissionais capacitados, falta de espaço específico para as aulas práticas de artes, mesas e cadeiras quebradas, equipamentos ou em desuso, biblioteca desorganizada, desatualizada e fechada entre outros.

A sala dos professores não comporta todos os docentes. A falta ambiente para estudo e HTP (Horas de Trabalhos Pedagógicos) dos professores, a falta de acompanhamento pedagógico durante os dias de HTP e planejamento, sala de informática os computadores não funcionam por falta de manutenção, a sala de mídia não tem coordenador permanece muito tempo fechada, os furtos constantes que acontecem e não se tem retorno dos recurso tecnológico que desaparecem da escola a exemplo de notebook, DVD e outros.

Quando questionados como avaliam o perfil dos estudantes, os professores demonstraram maneira especificas ao encara isso como um problema de estrutura familiar. Alguns professores demonstram estar desestimulados com a própria carreira reclama das dificuldades de aprendizado dos seus alunos. Falam que muitos dos jovens, ainda buscam um motivo para estudar, enquanto outro docente argumentou que os jovens chegam a escola e tem os mais variados perfis: os que querem aprender, apesar das dificuldades, e aqueles que por algum motivo não demonstram nenhum interesse e ainda há aqueles que não sabem o porquê de estarem na escola.

Ao pedir aos professores que avaliassem seus próprios trabalhos alguns disseram que estão buscando o melhor aprendizado para que estejam instrumentalizado à atividade docente. Enquanto outros disseram que procuram ensinar os estudantes, o que consideram essencial para que eles deem continuidade aos seus estudos na universidade.

Há docentes que apoiam as mudanças ocorridas no Ensino Médio, porém o que não deve acontecer são as mais diferentes orientações que geram uma situação social no país que são os obstáculo ao desenvolvimento educacional do meio em que trabalham mesmo assim mantém o desejo de contribuir com o desenvolvimento do discente num contexto geral.

Entrevista com os Alunos das Escolas

Escola Estadual Aldeia do Conhecimento Profª Ruth Prestes Gonçalves

Tabela 4 - Campo amostral, tabela de Amostragem dos Alunos Matriculados e Entrevistados.

Turma	Alunos Matriculados	Alunos Entrevistados	Masculino	Feminino	Total
1º	1573	0	723	850	1573
2º	1570	0	750	820	1570
3º	1574	80	37	43	1574
Total	4717	80	1500	1613	4717

Fonte: dados da pesquisa da própria autora.

Dos 80 discentes da Escola Estadual Aldeia do Conhecimento que participaram entrevista realizada através de questionário esses educandos são do turno matutino, sendo 43 alunos do sexo feminino e 37 trinta e sete do sexo masculino, estão na faixa etária alunos entre 15 e 17 anos, perguntados o por que de terem escolhido estudar nessa escola dezesseis responderam por ser perto de casa, sessenta e quatro discentes responderam quando questionados o que esperam desta escola alguns educandos disseram que desejam obter conhecimento e outros falaram que por vontade de obter novos conhecimentos.

Então questionados o que consideram importante para que você se sinta motivado para frequentar a escola todos os dias, sete estudantes responderam que as aulas e os projetos pedagógicos, quinze educandos vão a escola somente pelos colegas,os outros cinquenta e um relataram que vão as aulas pela necessidade de aprender. Tal situação demonstra não só o comodismo mediante a escolha da escola mas nos faz ver claramente que a maioria desse discentes são moradores da comunidade do entorno.

Nota-se o abandono ou evasão escolar não se explica pelo fato dos estudantes precisarem se deslocar de lugares distantes de suas casas até chegar a escola e sim do fato de algo de natureza das tarefas proposta nas

aulas serem pouco atrativas, coisa que com à implantação do PROEMI minimizou muito haja visto que as aulas são mais dinâmicas e os projetos tornam mais envolvente o dia a dia na escola.

Pedidos que avaliassem os materiais que são distribuídos pelo Governo Federal no início de cada ano com (livro, apostilas, etc.), 3 docente disseram que são ruins, 37 (trinta e sete) responderam que regular,vinte e quatro educandos relataram que os materiais são bons vinte e dois relataram que os materiais são ótimos; questionados como avaliavam a qualidade das aulas dadas pelos docentes, 30 (trinta discentes disseram que os professores são bons, vinte e cinco disseram que os professores são regular, um discente quando questionado disse que os professores são péssimos 24 estudantes disseram que os professores são ótimos e que os professores se propuseram em reduzir seus horários de almoço para dar aulas de reforço para os estudantes em dificuldades e também aos sábados para os estudantes que vão participar, do das provas do PSC, ENEM e outros; quando questionados o que poderia ser melhorado na escola para que pudessem suas atender as necessidades, enquanto estudante, que é importante utilizarem mais o laboratório de ciências, vários alunos salientaram abrir a biblioteca, 100% dos estudantes entrevistados, solicitaram que seja construído uma quadra coberta na Escola Aldeia do Conhecimento uma vez que realizam suas atividades em uma quadra improvisada, 80% dos alunos disseram que outrora era o estacionamento dos professores pudessem ir mais vezes as quadras para aulas práticas,uma vez que atualmente apesar de já ter melhorado bastante, a mais Escola Aldeia do Conhecimento Professora Ruth Prestes.

Diante do disposto tal situação mostra uma necessidade negligenciada pelas próprias políticas públicas educacionais no Brasil que diminuíram a importância da educação física escolar em detrimento de outras disciplinas, sendo consideradas as mais prioritárias Linguagens e Código, Ciências Naturais e Ciências Humanas, de por serem à base dos processo da BNCC. De acordo com o Ministério de Educação e Cultura.

O quadro amostral de entrevista (anexo 7) com os estudantes ficou distribuído do modo abaixo demonstrado:

Entrevistas com os alunos da Escola Estadual Senador João Bosco Ramos de Lima

Tabela 5 - Campo amostral de alunos Matriculado e Entrevistados Escola João Bosco.

Turmas	Aluno Matriculados	Aluno Entrevistado	Masculino	Feminino	Total
1º	561	0	220	341	561
2º	553	0	213	340	553
3º	540	84	37	47	540
Total	1661	84	460	728	1661

Fonte: dados da pesquisa da própria autora.

Dos 84 alunos da escola Senador João Bosco Ramos de Lima, que participaram entrevista realizada através de questionário 84 (oitenta e quatro) educandos do turno matutino, sendo 47 (quarenta e sete) alunas do sexo feminino e 37 (trinta e sete) do sexo masculino, estão na faixa etária alunos entre 15 e 17 anos.

Perguntados o por que de terem escolhido estudar nessa escola dezesseis responderam por ser perto de casa, 68 (sessenta e oito) discentes responderam quando questionados o que esperam desta escola 15 (quinze) educandos disseram que desejam obter conhecimento e 69 (sessenta e nove) falaram que por vontade de obter novos conhecimentos.

Então questionados o que consideram importante para que você se sinta motivado a vir para escola todos os dias? 7 (sete) estudantes responderam que as aulas e os projetos pedagógicos, 15 (quinze) educandos vão a escola somente pelos colegas, 55 (cinquenta e cinco) relataram que pela necessidade de aprender. Pedidos que avaliassem os materiais que são distribuídos pelo Governo Federal no início de cada ano com (livro, apostilas,etc), 3 docente disseram que são ruins, 37 (trinta e sete) responderam que regular, 28 (vinte e oito) educandos relataram que os materiais são bons, 22 (vinte e dois) relataram que o material é ótimo.

Questionados como avaliavam a qualidade das aulas dadas pelos docentes? 34 (trinta e quatro) discentes disseram que os professores são bons

25(vinte e cinco) disseram que os professores são regular, 1 discente quando questionado disse que os professores são péssimos 24 estudantes disseram que os professores são ótimos; quando questionados o que poderia ser melhorado na escola para que pudesse atender suas necessidades, enquanto estudante, abrir a biblioteca, pudessem ir mais vezes as quadras para aulas práticas, apesar de, já terem melhorado bastante, a Escola Aldeia do Conhecimento Professora Ruth Prestes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Ensino Médio Inovador surgiu dado a necessidade de encontrar novas práticas e reflexões bastante amplo na reestruturação de perspectiva curricular interdisciplinar voltado a centralização na leitura. Compreender o processo educativo que perpassa essa modalidade de educação significa reconhecer o direito a escolarização para todos os jovens visto que em 2009 quando então foi lançado o Programa Ensino Médio Inovador tinha no Brasil mais de 1,8 milhões jovens com idade entre 15 e 17 anos fora dos bancos escolares, isto é um número bem significativo mais de 50% do jovens dessa idade privado de seus direitos, nota-se que acontecia um processo desigual entre os grupos de 15 e 17anos.

É importante reconhecer que não se pode privar da garantia do educando de cursar o Ensino Médio. No entanto, esse olhar é insuficiente para superar o caráter dando seguimento a escolaridade após a conclusão do Ensino Médio Inovador adentrado a uma Universidade Públicas através dos sistemas de aprovação PSC, EMEM.

O trabalho de pesquisa nas escolas estudadas parte de duas problemáticas que poderiam exemplificar os fenômenos do O Redesenho Curricular Inovador Novo Ensino Médio é do baixo do rendimento escolar por parte dos jovens que sentem a necessidade aulas ondes eles sentem a necessidade de ser parte do processo e não meros expectadores

No entanto, só em reconhecer a diversidade cultural dos educandos ou simplesmente dar valorização suas identidades e experiências vivenciadas, isso nem sempre é são suficiente para propor diálogo com outros sujeito socioculturais e outras práticas culturais, conforme o desenvolvimento dessa pesquisa foi possível verificar em larga escala, como acontece o cotidiano dos docentes de cada escola objeto desse estudo, onde nem mesmo as políticas públicas investidas supre a necessidade dos estudantes, pois ainda tem aqueles estudantes que são custeados pelos professores com dinheiro para passagem de ônibus e outras ajudas, conforme relatos dos professores e discentes, ou vão a para escola pela merenda, isso é um fator para estudante ter um baixo rendimento (jovem mal alimentado).

Vale destacar que o primeiro problema encontrado no Ensino Médio Inovador, nos dados obtidos é importante, pois, nos remete as mais diversificadas interpretações que são importantes ações transformadoras que é a fal-

ta de acompanhamento por parte da SEDUC nas atividades realizadas pelos educandos. Outrossim é importante que a Secretária de Educação faça mais presente e assim potencialize suas exigências ou potencialize a autonomia das escolas, através das supervisões e inspeções dos dados quantitativos e qualitativos gerados conforme os instrumentos das pesquisas que nos permitem afirmar que tal situação ocorrem nas escolas objetos de estudo que após investir na reformulação do EMI houve um aproveitamento considerável por parte dos educados.

É importante que todos os docentes que trabalham com programa Ensino Médio Educado tenha 40 semanas, este tem sido um dos maiores problemas, e tenham em mente quais são os reais objetivos e sistematização Redesenho do Ensino Médio Inovador. É de suma importância que as orientações pedagógicas sejam mais firmes; assim, o corpo docente sentiria maior segurança, e as escolas — em especial as do Distrito Norte III — estariam cada vez mais aptas a superar seus objetivos e metas.

Com base nos relatos dos próprios alunos das duas escola objetos de estudo verificamos que a questão das mudanças que estão acontecendo no Programa Ensino Médio Inovador tem representado inúmeras estratégias e novas garantias à permanência educando na escola. No ambiente escolar é bem avaliado que não tem acontecido nenhuma briga por dos alunos e muito menos não houve apresentações quaisquer queixas e registros de casos de violência ou preconceito praticados por estudantes, docentes, comunitários ou qualquer outro membro da escola.

Quanto às questões de diversidade também não registramos casos de homofobia, preconceitos de raça, cor, gênero, orientação sexual ou de condição financeira e social. Não foi possível encontrar nenhum de conflito étnico ou religioso.

Quando consideramos os fatores envolvidos na segunda problemática podemos afirmar que ela é parcialmente procedente.

Os aspectos infraestruturais de fato possuem algum peso sobre as questões de evasão e aprendizado, mas não são determinantes para tal. Na realidade, os professores mostram-se bem mais desconfortáveis que os próprios alunos quando observamos esta questão.

As outras duas variáveis – deficiência pedagógica e de formação de professores – demonstram exercer influência prática sobre o redesenho curricular do ensino médio inovador e suas deficiências de aprendizado das turmas da modalidade de ensino.

Observamos a partir dos dados obtidos que o PROEMI tem sido uma alavancada para Ensino Médio, modalidade voltada a juventude de 15 a 17 anos, o planejamento pedagógico e a execução das aulas estão voltadas a seguir o que foi programado no inicio do ano durante a jornada pedagógica enfrentam problemas na concepção de instrumentais de ensino, critérios de avaliação e medidas corretivas com vistas à promoção do aprendizado dos alunos com baixo rendimento que, por conta das dificuldades enfrentadas na compreensão do conteúdo dos componentes curriculares são corrigidos por docentes que se reuniram desenvolvam aulas de reforço, a fim desses não se evadirem das atividades escolares.

A interculturalidade do redesenho curricular colabora para que se pense as identidades como provisórias e híbridas, exigindo novos olhares sobre os currículos e as práticas pedagógicas que considerem e impactem as pluralidades e a especificidade dessas identidades.

É fato que a administração da rede ensino não oferece os subsídios mínimo ao trabalho dos coordenadores pedagógicos, deixando-os à própria mercê das condições de formação inicial e continuada poucos professores dizem ter tido, Por falar em formação continuada este é outro aspecto que influência negativamente a questão pedagógica da Ensino Médio Inovador nas escola estudadas e na rede de ensino como um todo

Os professores que fizeram parte do estudo relataram que as formações oferecidas são insuficientes e inadequadas às necessidades reais que eles vivenciam nas salas de aula. Desse modo, como poderia um professor oferecer os meios adequados de aprendizado aos seus alunos sem que haja apoio pedagógico condizente com políticas, metas e estratégias previstas nos planos de educação.

Revisitando o quadro de hipóteses desta pesquisa, destaca-se a confirmação de que o Redesenho Curricular Inovador potencializou os resultados educacionais das Escolas Estaduais do Ensino Médio da Coordenadoria Distrital Norte de Manaus/AM. Considerando os resultados obtidos, observa-se que houve contribuição significativa nas duas escolas objeto desta pesquisa.

As variáveis dependentes foram identificadas como as práticas pedagógicas e as práticas metodológicas, bem como os procedimentos pedagógicos específicos do Ensino Médio Inovador. Já as variáveis independentes relacionam-se a fatores como a evasão escolar, que ainda se apresenta como um desafio relevante, e às salas de aula superlotadas, reflexo direto da ausência de políticas públicas adequadas.

Há também outros aspectos que não apareciam no campo inicial da problemática que explicaria as questões de evasão e baixo rendimento. Esses fatores são de caráter externo ao ambiente escolar: o contexto familiar e o trabalho cotidiano.

Os alunos matriculados em turmas do Ensino Médio Inovador, possuem habilidades na área de tecnologias,que muitas vezes estão anos luz a frente dos professores, é importante que sejam revistas as praticas docentes atuais.

Desse modo, torna-se necessário realizar um diagnóstico mais aprofundado das características dos estudantes da escolas estudadas de forma que se obtenha um perfil que possa servir como subsídio à elaboração de um planejamento escolar mais adequado às reais necessidades desses discentes.

No decorrer da pesquisa foi possível notar que ocorre muitas fragilidades que ocorrem no fazer pedagógico devido a pouca experiência das pedagogas das escolas estudadas, também foi possível notar que os projetos acontecem e que há um envolvimento por parte dos educandos.

Vale ressaltar que ao pesquisar os aspectos gerais do PROEMI, foi possível perceber, que o aproveitamento EMI nas escolas objeto de estudo conseguiram superar questões próprias da faixa etária.

É notório que apesar das dificuldade que a escola integral tem enfrentado, aumento da carga horária e não houve a preocupação em ter docentes efetivos com 40 horas o que é fator primordial para aprendizagem do educando no trabalhado a diversidade, preparo para o mercado de trabalho.

Nos relatos dos educandos que são a maioria adolescentes de 15 a 17 que estão envolvidas com as novidades alguma atividade descoberta lhe chame atenção novos desafios.

Conforme a plataforma interativa são apresentados anualmente os planos de ação para serem trabalhado no decorrer do ano letivo 2017/2018 durante da jornada pedagógica contemplada pele índice dos indicadores do Redesenho Curricular do desenho escolar, com revisão periódica, o Sistema SIGEAM: contempla, faltas, frequência, desistências, evasões repetência e aprovação. Assim sendo nas escolas objetos da pesquisa o Programa Ensino Médio as ações desenvolvidas nas escolas objetos de estudo estão desta forma distribuídos.

Quanto às questões de diversidade também não registramos casos de homofobia, preconceitos de raça, cor, gênero, orientação sexual ou de condição financeira e social. As únicas questões relacionadas a isso se referem a problemas de conflito de gerações entre alunos de diferentes faixas etárias, mas com nenhuma ocorrência de violência.

Quando consideramos os fatores envolvidos na segunda problemática podemos afirmar que ela é parcialmente procedente.

Os aspectos infraestruturais de fato possuem algum peso sobre as questões de aproveitamento e aprendizado, mas não são determinantes para tal. Na realidade, os professores mostram-se bem mais confortáveis que os próprios rendimento das escolas objetos quando observamos esta questão.

As outras duas variáveis – deficiência pedagógica e de formação continuidade professores, que exercem suas atividades não foram suficiente e outro foram excluído por ter mais de 20 anos de atividade pedagógica – demonstram exercer influência prática sobre a evasão escolar e deficiências de aprendizado das turmas da modalidade.

Observamos a partir dos dados obtidos que o planejamento pedagógico, docentes compromissados e docentes participes da execução das aulas que se tornam mais dinâmicas onde os estudante são parte do processo aprendizagem na concepção de ensino, critérios de avaliação e medidas corretivas com vistas à promoção do aprendizado dos estudantes, sempre elevando a autoestima do educando visando melhorar rendimento que, por conta das dificuldades enfrentadas na compreensão do conteúdo dos componentes curriculares estes te sido baixo, e por conta disso acabam se evadindo das atividades escolares, não se pode esquecer da superlotação de alunos nas salas de aula.

Os docentes que foram quase que em sua participaram dos enfáticos estudo e relataram que as formações oferecidas são inexistentes e quando têm é só para Português e Matemática às necessidades reais que eles vivenciam nas salas de aula. Desse modo, como poderia um professor oferecer os meios adequados de aprendizado aos seus estudantes sem que haja apoio pedagógico condizente com políticas, metas e estratégias previstas nos planos de educação.

Revisitando o quadro de hipóteses desta pesquisa destacamos que foi possível a constatação dos procedimentos nos procedimentos pedagógicos estabelecidos se confirmam com melhoria de Ensino e a aprendizagem au-

mentando rendimento, a variável dependente tem sua influência, também a variável independente contribuir com o evasão e lotação nas salas de aula, nas escolas estudadas.

Há também outros aspectos que não apareciam no campo inicial da problemática que explicaria as questões de evasão e baixo rendimento. Esses fatores são de caráter externo ao ambiente escolar: o contexto familiar e o trabalho cotidiano.

Os educandos matriculados em turmas da PROEMI,sua maioria são jovens de 15 a 17 anos, que no decorrer dos três anos as aulas previstas serão dinâmicas, e bem diversificado como necessidades pedagógicas, seguindo os documentos modalidade de ensino.

Desse modo, nota-se que em conversa informal com um grupo de estudantes, foi realizado um diagnóstico mais aprofundado das características dos estudantes desta unidades escolares com intuito se obter se possa servir como subsídio de elaboração de um planejamento escolar mais adequado às reais necessidades desses estudantes.

Constatamos nos relatórios destes que são em sua maioria são estudantes que trabalham ou estão envolvidas com alguma atividade cotidiana, que lhe ocupam um horário para ajudar no sustento da família toda. Logo, chegam ao fim do dia cansados e necessitando de uma motivação extra para que possam ter a motivação de fazer presente no ambiente escolar.

Portanto, não é somente o reconhecimento e a acomodação da diversidade cultural dos estudante ou de suas experiências vivenciadas, por eles ou elas, que nem sempre são suficiente para propor diálogo com outro sujeitos socioculturais e dentre outras práticas culturais, somente a valorização visando o rendimento escolar e das taxas de evasão reduzir o grande número de estudantes nas salas de aula faz-se necessário relembrar que isto é um sinal de alerta,sala lotada probabilidade de baixo rendimento, então aproxima-se as teorias e práticas, concepções pedagógicas da escola e de seus professores às necessidades e expectativas dos educandos e da comunidade.

Recomenda-se que prossiga com um trabalho de acompanhamento mais direcionado ao Programa Ensino Médio Inovador, por parte da SEDUC ou Coordenadorias Distritais, com periodicidade e prazos definidos e com maior envolvimento nas datas de culminâncias das atividades, para prestigiar os educandos e o empenho dos docentes. Há necessidade da implementação de política de formação continuada e também de apoio e acompanhamento pedagógico nas escolas onde o programa é aplicado.

Referências

ALBUQUERQUE E, Manoel Mauricio de. **Pequena História da Formação Social Brasileira**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Graal 1981.

ARROYO, Miguel. **Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública**. Caderno de textos: 1ª Conferência Municipal de Educação de Contagem – MG. p. 39 - 56. Contagem, MG. 2005.

BEISIEGEL, Celso RUI. **Considerações sobre política da União para a educação de jovens e adultos e analfabetos.** Revista Brasileira de Educação, São Paulo, Jan. / Abr.1999, nº 4p. 26-34.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Básica.** Diretoria de Currículos e Educação integral. Coordenação Geral do Ensino Médio. Programa Ensino Médio Inovador. Documento/Orientador/Adesão/ Versão I. Brasília: out., 2016.

BRASIL. Ministério da educação. **Portaria N 971, de 9 de outubro de 2009**. Disponível em Diário Oficial de 13 de outubro de 2009.Disponível em <http://w.w.w.in. gov. br. Autenticidade html.Disponível em <http;//portal.mec.gov.br/index..php>.Acesso em: 10 nov. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** - 1988.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 9494 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11692.htm>.Acesso em:15.jul.2009.

BRASIL. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Resolução/CD/FNDE** Nº 4, de 25 de outubro de 2016.

CARDOSO, T.F.L. As aulas régias no Brasil. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (Org.). **História e memoria da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 179 -191. vol. In: séculos XVI-XVIII. Connel 1999.

CORTELLA, Mário Sérgio. **A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos.** 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CRUZ, Giseli Barreto. **A Prática docente no Cotidiano da Sala de Aula em Face das Reformas Curriculares**. Cadernos Camilliani Centro Universitário São Camilo, Espirito Santo V.8 n.1,2007.

CARNEIRO, Moacir Alves. **LDB fácil**. Ed. 23ª. 2015.

CORTELLA, Mário Sérgio. **A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

COSTA, Marinete da Silva. D**issertação Análise Histórico Documental da Educação de Jovens e Adultos no Ensino Noturno da Escola Francisca** Pereira de Araújo, 2012.

CRUZ, Giseli Barreto. **A Prática docente no Cotidiano da Sala de Aula em Face das Reformas Curriculares**. Cadernos Camilliani Centro Universitário São Camilo, Espirito Santo V.8 n.1,2007.

CURY, C. R. J. **O Ensino Médio no Brasil**. Caderno de Pesquisa V. 38, nº 134, maio/agosto, 2008.

DI PIERRO, Maria Clara: Graciano, Mariângela. A **Educação de Jovens e Adultos no Brasil: informe Apresentando à oficina regional da UNESCO para América Latina y Caribe**. São Paulo, 2003. P.08 – 09.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp/FDE, 1999.

FLECHA GARCIA, Ramon. **Efeito desnivelador y educación comunicativa: Educación de jovens y personas adultas em España.** Barcalona:Crea,1996.

FREIRE, Paulo. A. E**ducação na Cidade.** São Paulo: Cortez. 2001

GONÇALVES, N. G. **Constituição histórica da educação no Brasil.** 2011 p. 53- 54, HISTEDBR On-line p.49 – 59.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação Escolar, Políticas, Estrutura e Organização.** Editora Cortez. :

LOPEZ, Selma Paraguassu; Souza, Luzia Silva. **EJA, Uma Educação Possível ou Mera Utopia?** Cereja 2010.

MANACORDA, M. A. **História da educação: da Antiguidade aos nossos dias.** 6 ed. p.53 São Paulo: Cortez, 1997.

MANFREDI , Silvia Maria. E**ducação Profissional no Brasil Docência em Formação**. Ed. Cortez, p.28 – 32, 1981.

MIRANDA, Estelbina Alvarenga. **Metodologia da Investigação quantitativa e qualitativa** .2 ed. Assunção, Paraguai, 2010, 136p.

OLIVEIRA, Aline Benedita Teixeira de; LIMA, Martha Barbosa; PINTO, Eliane Aparecida Toledo. **Educação de Jovens e Adultos (EJA): Perspectivas Metodológicas e Aprendizagem Significativa**. Mimesis, Bauru, v. 33, n. 2, p. 181204, 2012.

PAIVA, J.M. Educação Jesuítica no Brasil colonial. In LOPES, E, M. T.; FILHO, L, M.; C.G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 2ª ed. Belo horizonte: Autêntica, 2000. P 43-60.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 13. Ed. Petropólis. Vozes, 1991

SANCHES, Carlos Augusto Conte. Araújo, Wagner Paiva. Inovação na PAIVA, J.M. **Educação Jesuítica no Brasil colonial**. In LOPES, E, M. T.; FILHO, L, M.; C.G. (Org.). 500 anos de educação no Brasil. 2ª ed. Belo horizonte: Autêntica, 2000. P 43-60. Varzea do Amazonas, 2013, 33- 34p.

SAVIANI, Demerval. **História da Ideias Pedagógicas no Brasil 3º** ed. rev Campinas, SP autores Associados, 2010 (Coleção Memoria da Educação).

TORRES; Rosa Maria. **Educação para Todos a Tarefa por Fazer.** Ed. ATMED, 2004.

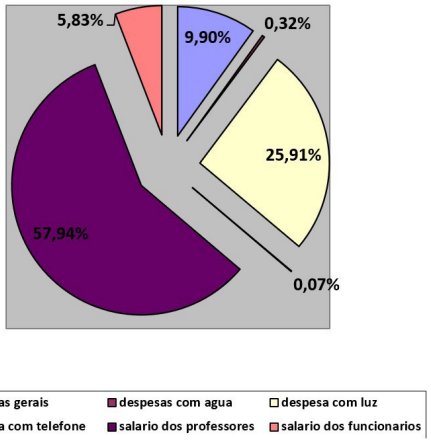
VEIGA, C. G. **História da Educação**. São Paulo: Ática 2007.

Anexos

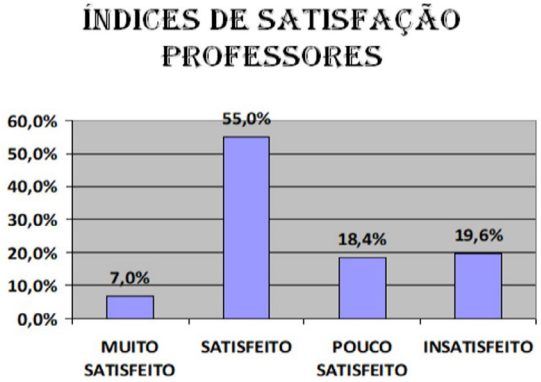
Distribuição dos estudantes na Escola Estadual Aldeia do Conhecimento disposto por idade e série. Para, segue o gráfico coluna por série 9 quantitativo de discentes matriculados na escola no ano de 2017/2018(eixo escola aldeia)

NÚMERO DE ALUNOS	4717
NÚMERO DE PROFESSORES	115
NÚMERO DE SERVIDORES	37
NÚMERO DE TURNOS	3
ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA	2.172m²
ÁREA TOTAL DE SALAS DE AULA	1.142m²

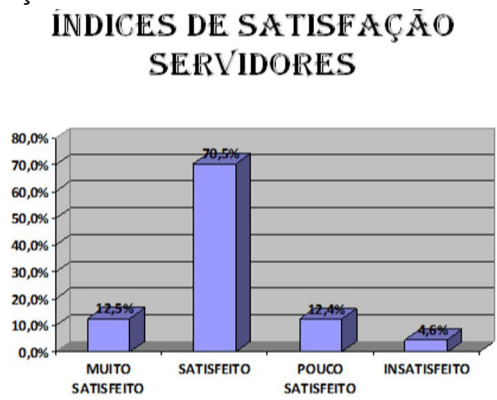
2. O gráfico abaixo indica os índices de gasto da Aldeia do Conhecimento em 2018.



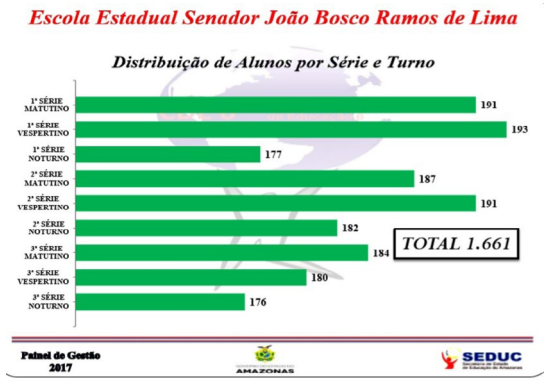
3. Índice de Satisfação Professores Aldeia.

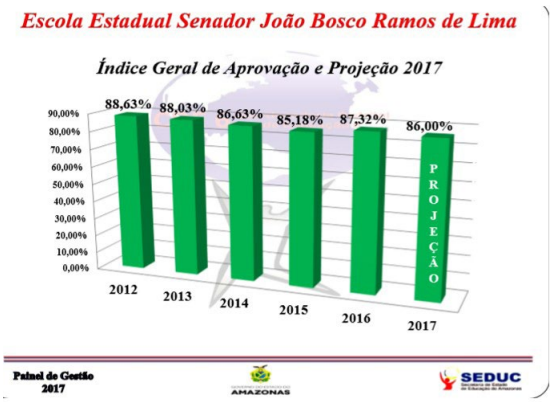


4. Índice de Satisfação dos Servidores.



5. Índices da escola.





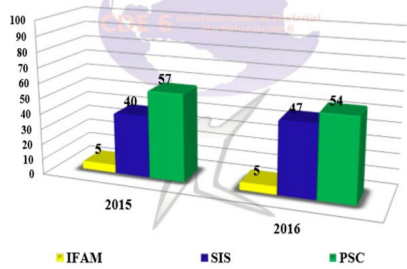
Escola Estadual Senador João Bosco Ramos de Lima

Índices de Eficiência e Rendimento - 2012 a 2016

Painel de Gestão 2017 — AMAZONAS — SEDUC

Escola Estadual Senador João Bosco Ramos de Lima

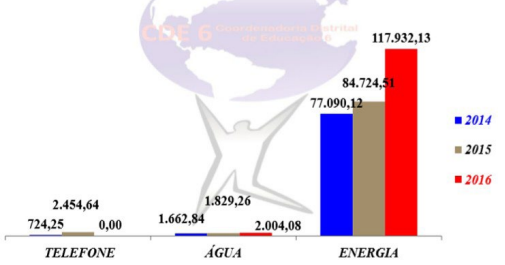
Índice de Aprovação em Universidades Públicas



Painel de Gestão 2017 — AMAZONAS — SEDUC

Escola Estadual Senador João Bosco Ramos de Lima

Distribuição de Custo 2014 a 2016.



Painel de Gestão 2017 — AMAZONAS — SEDUC

QUESTIONÁRIO DOS PROFESSORES

1.Caracterização do professor(a):

Sexo: Masculino ( ) Feminino ( )

2. Faixa etária:

a. ( ) 21 – 30

b. ( ) 31 – 41

c. ( ) 41 – 5130

d. ( ) + 51

3. Formação

a. ( ) Graduação

b. ( ) Pós-gradação Especialista

c. ( ) Mestrado

d. ( )Doutorado

4. Tempo de serviço:

a. ( ) 1 – 5

b. ( ) 06 – 10

c. ( ) 11 – 15

d. ( ) +16

5. Tempo de Experiência você tem no ProEMI (Ensino Médio Inovador).

a.( ) 1 – 5

b.( ) 6 – 10

c.( ) 11 –15

d.( ) +16

6. Há clareza sobre os objetivos e diretrizes do PROEMI desenvolvida na SEDUC? Isso foi explicado a você em algum momento?

a.( ) SIM

b.( ) NÃO

c.( ) RARAMENTE

7. O modelo de planejamento adotado atende às suas necessidades?

a. ( ) Sim

b. ( ) Não

c. ( ) As vezes

9. Há disponibilização de materiais específicos para o PROEMI?

a.( ) SIM

b. ( ) NÃO

c. ( ) RARAMENTE

10. Há oferta de Formação Continuada em serviço para o PROEMI?

a. ( ) Sim quantos_____

b. ( ) Não

c. ( ) As vezes

QUESTIONÁRIO DOS PEDAGOGOS

1.Caracterização do professor(a):

Sexo: Masculino ( ) Feminino ( )

2. Faixa etária:

a. ( ) 21 – 30

b. ( ) 31 – 41

c. ( ) 41 – 5130

d. ( ) + 51

3. Formação

a. ( ) Graduação

b. ( ) Pós-gradação Especialista

c. ( ) Mestrado

d. ( )Doutorado

4. Tempo de serviço:

a. ( ) 1 – 5

b. ( ) 06 – 10

c. ( ) 11 – 15

d. ( ) +16

5. Tempo de Experiência você tem no ProEMI (Ensino Médio Inovador).

a.( ) 1 – 5

b.( ) 6 – 10

c.( ) 11 –15

d.( ) +16

6. Há clareza sobre os objetivos e diretrizes do PROEMI desenvolvida na SEDUC? Isso foi explicado a você em algum momento?

a.( ) SIM

b.( ) NÃO

c.( ) RARAMENTE

7. O modelo de planejamento adotado atende às suas necessidades?

a. ( ) Sim

b. ( ) Não

c. ( ) As vezes

9. Há disponibilização de materiais específicos para o PROEMI?

a.( ) SIM

b. ( ) NÃO

c. ( ) RARAMENTE

10. Há oferta de Formação Continuada em serviço para o PROEMI?

a. ( ) Sim quantos_____

b. ( ) Não

c. ( ) As vezes

QUESTIONÁRIO DOS DISCENTES

1.Caracterização do aluno(a):

Sexo: Masculino ( ) Feminino ( )

2. Faixa etária:

a) ( ) 15 – 17

b) ( ) 17 – 27

c) ( ) 27 – 37

d) ( ) 37 –47

e) ( ) + 60

3. Por que escolheu essa escola para seus estudos?

a. ( ) perto de casa

b. ( ) perto do trabalho

c. ( ) indicação de amigos e parentes

d. ( ) era o único local disponível para matrícula

e. ( ) outros. Quais?

4. O que espera obter na escola?

a. ( ) conhecimento aplicado ao trabalho

b. ( ) necessidades domésticas diversas

c. ( ) por vontade de obter novos conhecimentos

d. ( ) outros. Quais?

5. O que considera mais importante para que você se sinta motivado a vir para a escola todos os dias?

a. ( ) As aulas, Projeto Pedagógicos

b. ( ) A merenda

c. ( ) Os colegas da turma

d. ( ) A necessidade de aprender

e. ( ) Estrutura da escola: iluminação, refrigeração, carteira, mesas em bom estado, etc.

6. Como você avalia os materiais que são fornecidos a você (livros, apostilas, etc)?

( ) ruim ( ) bom ( ) regular ( ) péssimo ( ) ótimo

7. como você avalia a qualidade das aulas dadas por seu professor?

( ) ruim ( ) bom ( ) regular ( ) péssimo ( ) ótimo.

Sobre a Autora

Marinete da Silva Costa

Doutora em Ciência da Educação pela Universidade de San Lorenzo (PY). Mestra em Ciência da Educação (PY), pela Universidade de San Lorenzo, Especialista em Filosofia Clinica pela (BAGOZZI), Especialista em História e Ensino de História do Brasil (UNINORTE) Licenciada em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Por 30 anos desenvolveu suas atividades docentes como docente de Língua de Inglês nas Escolas da Estaduais da Cidade de Manaus, atou na Educação Básica, por 1 ano permaneceu no Ensino Fundamental I, por 8 Ensino Fundamental II, 21 Ensino Médio. Por 27 anos desenvolveu suas atividades como docente de História nas Escolas Municipais de Manaus, na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Índice Remissivo

A

abandono 12, 15, 63, 72, 74, 97
abordagem 26, 61, 62, 71, 80
acessibilidade 77
administrativos 63, 77
alfabetizados 37
ambiente escolar 30, 57, 102, 104, 106
analfabetismo 22, 23, 25, 43, 44, 46
analfabeto 22, 32
aprendizagem 14, 15, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 50, 51, 55, 58, 71, 72, 85, 92, 104, 105
audiência pública 42
autonomia 42, 48, 57, 58, 102
avaliação 27, 28, 35, 36, 38, 43, 69, 103, 105

C

comunidade escolar 37, 63, 74
concurso 19, 20, 26
corpo docente 75, 77, 91, 94, 102
criação 6
crianças 21, 22, 23, 29, 39, 46
cultura 31, 33, 34, 35, 41, 50, 55
culturais 15, 21, 33, 35, 40, 54, 64, 101, 106
curriculares 12, 25, 26, 27, 28, 30, 41, 47, 48, 50, 58, 79, 103, 105
curricular interdisciplinar 101

D

democracia 23, 33

desenvolvimento 12, 17, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 31, 36, 37, 39, 41, 42, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 56, 57, 58, 62, 69, 71, 94, 96, 101

diagnóstico 36, 66, 104, 106

disponibilização 92, 93, 95, 113, 115

diversidade 46, 62, 87, 89, 101, 102, 104, 105, 106

diversidades 15, 33, 51

docentes 14, 20, 28, 29, 31, 34, 35, 39, 40, 47, 48, 52, 53, 54, 57, 58, 59, 67, 68, 71, 75, 79, 81, 83, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106

E

econômica 23, 35, 43, 57

econômico 17, 23, 31, 39, 42, 47, 51

educação 7, 13, 14, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 31, 33, 34, 37, 38, 39, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 57, 59, 63, 68, 70, 78, 79, 87, 88, 90, 91, 92, 95, 98, 101, 103, 105, 107, 108, 109

educação brasileira 20, 21, 22, 24

educador 24, 27, 28, 30, 33, 35, 36, 51

educandos 14, 15, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 37, 40, 41, 47, 53, 57, 58, 59, 60, 67, 68, 70, 71, 75, 76, 78, 79, 80, 87, 88, 89, 92, 97, 98, 99, 101, 102, 104, 106

educativo 36, 51, 101

elementos 37, 40, 41, 79

ensino 13, 14, 15, 19, 20, 21, 26, 27, 28, 29, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 56, 57, 59, 63, 66, 67, 70, 71, 72, 73, 75, 77, 79, 82, 83, 85, 87, 88, 89, 102, 103, 105, 106

escola 14, 15, 17, 20, 23, 24, 25, 27, 29, 30, 32, 37, 38, 41, 49, 50, 51, 52, 56, 57, 58, 59, 60, 63, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 86, 87, 89, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 110, 111, 115, 116

escolarização 19, 21, 23, 29, 38, 101
escolas 12, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 24, 26, 27, 28, 30, 37, 38, 39, 40, 46, 47, 48, 49, 50, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 76, 78, 80, 85, 89, 101, 102, 103, 104, 105, 106
escolas públicas 18, 46, 49, 53, 54, 69, 70
estratégias 32, 34, 43, 45, 46, 47, 58, 62, 102, 103, 105
estudantes 12, 14, 15, 16, 20, 25, 26, 27, 28, 32, 34, 35, 37, 38, 39, 46, 47, 53, 54, 59, 60, 63, 64, 67, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 76, 80, 82, 84, 85, 88, 89, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 110
evasão 12, 15, 29, 46, 89, 97, 102, 103, 104, 105, 106
evasão escolar 46, 97, 103, 105

G

gestores 39, 48, 54, 66, 80
gestor escolar 58

I

inclusão 29, 48
indígenas 18, 21, 22, 40
infraestruturais 102, 105
inovadores 15, 57, 58
inserção 30, 47, 55
instalações 55, 77
instituições públicas 76
instrumentos 35, 44, 102
intelectual 6
investigação 12, 14, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 69, 73, 80, 82, 84, 85, 95
investimento 23, 37

L

legislações 39, 47

M

materiais 20, 27, 28, 38, 91, 92, 93, 95, 98, 99, 113, 115, 116
método 19, 61, 62, 64, 69

N

normativas 58

P

pedagoga 70, 75, 79, 80, 87, 88, 89
pedagogia 18, 28, 39, 56, 87, 88
pedagógica 15, 18, 20, 27, 38, 57, 87, 89, 102, 103, 104, 105
pedagógico 26, 27, 29, 38, 39, 41, 47, 52, 59, 77, 87, 88, 89, 96, 103, 104, 105, 106
pedagógicos 15, 29, 38, 50, 57, 58, 60, 97, 99, 103, 105
pedagogos 14, 39, 48, 59, 67, 76, 80
pesquisa de campo 62, 63, 69
políticas 12, 14, 20, 39, 43, 48, 50, 63, 98, 101, 103, 105
práticas 16, 18, 19, 26, 30, 34, 39, 87, 93, 96, 98, 100, 101, 103, 106
processo 12, 14, 18, 25, 27, 28, 29, 30, 35, 36, 38, 39, 42, 43, 44, 45, 47, 51, 55, 58, 62, 64, 65, 66, 67, 71, 72, 75, 85, 87, 89, 94, 98, 101, 105
professores 14, 19, 20, 26, 27, 28, 34, 37, 43, 46, 54, 60, 63, 66, 67, 68, 71, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106
públicas 18, 43, 46, 49, 53, 54, 58, 63, 69, 70, 73, 76, 98, 101, 103
público 13, 19, 26, 29, 39, 43, 53

R

reestruturação 12, 15, 74, 79, 101
reprovação 12, 35, 36, 46, 72, 73, 74, 76, 86
responsabilidade 6

S

serviços 6
sistema 6, 12, 13, 17, 20, 22, 23, 26, 28, 29, 34, 41, 42, 46, 48, 51, 53, 56, 58, 63, 65, 73, 75, 79, 90
sistemas 27, 35, 38, 41, 42, 45, 101
sociedade 13, 15, 23, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 42, 45, 46, 47, 48, 51, 56, 57, 71, 79, 94
socioculturais 26, 101, 106
sucesso 87, 89

T

tecnológica 40, 48, 57

AYA EDITORA
2025